



**José Manuel da Veiga de
Barros**

**Impacte do Turismo no Desenvolvimento
Socioeconómico: o caso da ilha do Sal**



**José Manuel Da Veiga
de Barros**

**Impacte do Turismo no Desenvolvimento
Socioeconómico: o caso da ilha do Sal**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob orientação científica do Professor Doutor Carlos Costa, Professor Associado com Agregação do departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Apoio financeiro do IPAD no âmbito da
cooperação com Cabo Verde

o júri

presidente

Prof. Dr. Joaquim da Costa Leite
professor associado com Agregação da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Dr. Carlos Manuel Martins da Costa
professor associado com Agregação da Universidade de Aveiro (Orientador)

Prof. Dr. José da Cunha Barros
professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
(Arguente)

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado é o resultado de um intenso trabalho de investigação, assente, num vasto conhecimento que compõe a parte curricular deste mestrado.

À minha família, por todo o apoio prestado durante a realização deste curso.

Ao Senhor Professor Doutor Carlos Costa, meu orientador, que esteve sempre disponível para me orientar e acompanhar durante todas as fases da realização deste trabalho.

Aos meus professores, que muito sabiamente souberam fazer deste Curso de Mestrado um caso de sucesso.

Ao Secretariado de apoio aos mestrados por todo o serviço prestado durante as diferentes fases da realização deste curso.

Aos meus colegas de Mestrado, que partilharam comigo amizade e conhecimentos.

À todos, muito OBRIGADO!

Palavras-chave

Turismo, impacte, desenvolvimento, socioeconómico, sustentabilidade, factor

Resumo

O turismo é mais do que uma simples actividade económica. Exerce um peso significativo no desenvolvimento, sobretudo das economias insulares. Em virtude do seu carácter multidisciplinar e abrangente torna-se um tema pertinente para investigação. Esta tese analisa o impacte do turismo no desenvolvimento socio-económico da ilha do Sal, partindo da hipótese de haver uma forte correlação entre o desenvolvimento da actividade turística e o desenvolvimento económico.

Na avaliação dos impactes, recorreu-se à análise dos indicadores económicos e à aplicação de um inquérito por questionário dirigido aos residentes locais. Optou-se por uma amostra representativa de 200 indivíduos, destacando como principais variáveis: emprego, rendimento, receitas governamentais, infra-estruturas, investimentos, inflação, crescimento populacional, migrações e segurança. A estatística descritiva foi o principal método utilizado na análise dos dados obtidos.

A partir da análise dos indicadores económicos e das opiniões dos inquiridos concluiu-se que o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento económico do Sal. Apesar da tendência em transformar-se no principal impulsionador da economia da região, a sua sustentabilidade depende do desenvolvimento de outros sectores económicos. Pois, sendo uma actividade muito dependente de factores externos, o turismo deverá ser desenvolvido numa perspectiva de sustentabilidade, tendo presente os interesses económicos, sociais, culturais e ambientais. O seu desenvolvimento exige a criação de infra-estruturas adequadas que sirvam tanto aos turistas como a população local.

keywords

Tourism, impact, development, socioeconomic, sustainable, factor

abstract

Tourism is more than a simple economic activity. It prints a significant weight in the development, especially of the insular economies. Due to its multidisciplinary and including character, it becomes a pertinent theme to investigation. This thesis analysis the impact of tourism in the socioeconomic development of Sal Island, starting from the hypothesis of the existence of a strong correlation between the development of the touristic activity and the economic development.

In order to evaluate the impacts, it was used an analysis of the economic indicators and the application of an inquiry to the local residents. It was chosen a representative sample of 200 individuals, popping out as main variables: employment, income, government revenues, infrastructures, inflation, population growing, migrations and security. The descriptive statistic was the main method used to analyze the obtained data.

From the analysis of the economic indicators and the opinions of the inquired, it was concluded that the tourism is one of the main factors for the economic development of the Sal Island. Though the tendency of transformation it self in the main engine of the region's economy, its sustainability depends on the development of other economic sectors. Being an activity that depends a lot on external factors, the tourism must be developed in a perspective of sustainability of the economic, social, cultural and environmental interests. Its development demands the creation of adequate infrastructures that fit the tourist and the local population.

Índice de Quadros.....	III
Índice de Gráficos.....	IV
Lista de Abreviaturas.....	V
Introdução.....	1
Capítulo 1 Impacte Socioeconómico do Turismo	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Revisão da Literatura sobre Impacte Socioeconómico.....	4
1.2.1 Impacte Económico do Turismo	4
1.2.1.1 Turismo e Emprego	14
1.2.1.2 Turismo e Rendimento	23
1.2.1.3 Turismo e Infra-estruturas	25
1.2.1.4 Turismo e Receitas Governamentais	28
1.2.2 Impacte Social do Turismo.....	30
1.2.2.1 Turismo e Estrutura Social	34
1.2.2.2 Turismo como Preservação e Valorização Cultural	37
1.2.2.3 Turismo e Migrações	37
1.3 Conclusão	38
Capítulo 2 Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão	41
2.1 Introdução.....	41
2.2 Aspectos Característicos do Turismo em ilhas.....	41
2.3 Implicações Socioeconómicas	48
2.4 Casos de sucesso.....	51
2.4.1 Seychelles	52
2.4.2 Maurícias	55
2.4.3 Ilhas Canárias	57
2.5 Problemas de Turismo em Ilhas	58
2.6 Conclusão	61
Capítulo 3 Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde	65
3.1 Introdução.....	65
3.2 Caracterização do Arquipélago.....	66
3.3 Quadro Económico das Ilhas a partir de 1990.....	67
3.4 Turismo e Economia das Ilhas.....	73
3.5 Políticas de Gestão e Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde.....	75
3.6 Impacte do Turismo na Economia Cabo-Verdiana	82
3.7 Procura Turística Nacional	87
3.8 Oferta Turística Nacional	92
3.9 Conclusão	97
Capítulo 4 Cabo Verde: Ilha do Sal	99
4.1 Introdução.....	99
4.2 Potencialidades Turísticas da ilha do Sal.....	100
4.3 Aspectos Socioeconómicos	101
4.4 Impacte Regional.....	102
4.5 Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico do Sal.....	104
4.5.1 Procura Turística.....	105
4.5.2 Oferta Turística.....	109
4.5.3 Impacte Económico do Turismo na ilha	112
4.5.3.1 Turismo e Emprego	112

4.5.3.2	Turismo e Rendimento	119
4.5.3.3	Turismo e dinâmicas empresariais	121
4.5.4	Impacte Social do Turismo na ilha	125
4.5.4.1	Turismo e estruturas sociais	125
4.5.4.2	Turismo, preservação e valorização cultural	127
4.5.4.3	Turismo e Migrações	128
4.6	Conclusão	130
Capítulo 5	Metodologia e Análise de Dados	133
5.1	Introdução	133
5.2	Processo da investigação	134
5.3	Objectivos da Investigação	136
5.4	Metodologia aplicada	139
5.5	Escolha do tema e selecção da amostra	143
5.6	Memória descritiva do inquérito/questionário	144
5.7	Análise e discussão dos resultados do Inquérito	145
5.7.1	Caracterização da População Inquirida	145
5.7.2	Apresentação e Discussão das Opiniões dos Inquiridos	151
5.8	Conclusão	170
Capítulo 6	Conclusão	173
Referências Bibliográficas e outras Fontes de Informação		179

Índice de Quadros

Quadro 3.1 Indicadores macroeconómicos (milhões de Euros).....	70
Quadro 3.2: Investimentos/Projectos portugueses por sectores (1994-2003)	72
Quadro 3.3: Evolução dos Principais Indicadores do Turismo (Milhões de ECV).....	84
Quadro 3.4: Investimento Directo Aprovado (000 USD).....	85
Quadro 3.5: Investimentos Privados por sector (Valor percentual).....	86
Quadro 3.6: Evolução das Receitas do Turismo em PIB.....	86
Quadro 3.7: Evolução de Entrada de Turistas na Fronteira (Unidades)	88
Quadro 3.8: Principais países emissores de turismo para Cabo Verde	91
Quadro 3.9: Procura Turística por nacionalidades (Valor percentual).....	91
Quadro 3.10: Número de Estabelecimentos, Capacidade e Pessoal ao Serviço (evolução).....	93
Quadro 4.1: Taxa ocupação/cama segundo o tipo de estabelecimento (2005).....	107
Quadro 4.2: Evolução das dormidas (2000- 2004).....	108
Quadro 4.3: Evolução da capacidade de alojamento: 1999-2004	112
Quadro 4.4: Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro, por ilhas (2005)	113
Quadro 4.5: Evolução da força de trabalho (1990-2002)	115
Quadro 4.6: Proveniência dos trabalhadores (%)	117
Quadro 4.7: Evolução das empresas activas no Sal.....	118
Quadro 4.8: Investimentos aprovados para a ilha do Sal	119
Quadro 4.9: Estabelecimentos de alojamento segundo a participação no capital	120
Quadro 4.10: Investimentos realizados em Cabo-Verde em 2002	124
Quadro 5.1: Idade dos inquiridos	146
Quadro 5.2: Género dos inquiridos por faixa etária	147
Quadro 5.3: Habilitação dos inquiridos por idade.....	148
Quadro 5.4: Turismo como factor de desenvolvimento económico.....	151
Quadro 5.5: Representação da pergunta 1 por género.....	153
Quadro 5.6: Resposta à pergunta 1 de acordo com habilitações	153
Quadro 5.7: Resposta à pergunta 1 segundo a profissão	153
Quadro 5.8: Turismo e emprego.....	155
Quadro 5.9: Turismo e subida de impostos	157
Quadro 5.10: Resposta dos inquiridos em relação à pergunta 3 por idade.....	158
Quadro 5.11: Resposta dos inquiridos à pergunta 3 segundo habilitações.....	159
Quadro 5.12: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 4	159
Quadro 5.13: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5	161
Quadro 5.14: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5 por profissão	162
Quadro 5.15: Opinião dos inquiridos quanto à pergunta 6.....	163
Quadro 5.16: Opinião dos inquiridos sobre o rápido crescimento populacional.....	164
Quadro 5.17: Opinião sobre a relação entre o turismo e a prostituição.....	165
Quadro 5.18: Opinião dos inquiridos sobre a relação entre turismo e segurança	166
Quadro 5.19: Opinião dos inquiridos sobre a relação entre turismo e cultura	167
Quadro 5.20: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 4 segundo habilitações.....	167
Quadro 5.21: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5	168
Quadro 5.22: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta.6	169

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1: Exportações e Importações de Bens e Serviços (Taxas de Crescimento)	71
Gráfico 3.2: IDE (acumulado) no Turismo de 2000 a 2005	74
Gráfico 3.3: Evolução de Entradas e Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros	90
Gráfico 3.4: Estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde	94
Gráfico 3.5: Capacidade de alojamento por ilhas em 2005	94
Gráfico 3.6: Taxa de Ocupação – Cama por Ilha em 2002	95
Gráfico 3.7: Investimentos Directos Estrangeiros em Cabo Verde (%)	96
Gráfico 4.1: Hóspedes/Entrada nos estabelecimentos hoteleiros no Sal	106
Gráfico 4.2: Estabelecimentos hoteleiros por ilhas em 2005	110
Gráfico 4.3: Capacidade de alojamento nas principais ilhas em 2005	111
Gráfico 4.4: Evolução da taxa de desemprego Sal/CV	114
Gráfico 4.5: Peso da hotelaria, restauração e transportes no emprego	115
Gráfico 4.6: Peso dos principais sectores de actividade no emprego	116
Gráfico 4.7: Emprego no sector turístico, por ilhas em 2005	117
Gráfico 4.8: Investimento Externo por ilhas	123
Gráfico 4.9: Classificação dos Concelhos segundo grau de atracção	129
Gráfico 5.1: Género dos indivíduos inquiridos	147
Gráfico 5.2: População inquirida segundo habilitações (%)	149
Gráfico 5.3: Profissão exercida pelos inquiridos	149
Gráfico 5.4: Representação da pergunta 1 por idade	152
Gráfico 5.5: Resposta dos inquiridos em relação à pergunta 2 por idade	156
Gráfico 5.6: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 3 por idade	158
Gráfico 5.7: Opinião dos inquiridos por faixa etária	160
Gráfico 5.8: Opinião dos inquiridos segundo à profissão	160

Lista de Abreviaturas

BCV – Banco de Cabo Verde

CST – Conta Satélite de Turismo

CVE – Escudos Cabo-verdianos

CVI – Cabo Verde Investimentos

DGDT – Direcção Geral do Desenvolvimento de Turístico

GOP – Grandes Opções do Plano

IDE – Investimentos Directo Estrangeiros

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PMOMEX – Centro de Promoção e de Investimentos Externos

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SIDS – Small Island Developing States

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TECNICIL – Sociedade de Imobiliária e Construções

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

WTO – World Tourism Organisation

WTTC – World Travel&Tourism Council

ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado

ZRPT – Zonas de Reservas e de Protecção Turística

Introdução

O turismo é uma actividade económica com relevância internacional que tem contribuído de certo modo para dinamizar a economia de muitos países e regiões. Embora seja uma actividade económica emergente ao nível mundial é actualmente um dos sectores mais dinâmicos da economia moderna, não só pelas receitas e emprego que gera, mas sobretudo pelos impactes directo no domínio económico, social, cultural e político. Actualmente, o turismo é considerado a maior força económica do mundo e para muitos países em desenvolvimento tem-se transformado numa importante fonte de rendimento e de divisas.

Nos países com poucos recursos económicos, o turismo tem sido apontado sistematicamente como possível solução para muitos dos problemas que estes enfrentam. Dado ao impacte desta actividade na economia, muitos países tem adoptado o turismo como uma opção para o desenvolvimento, especialmente os Pequenos Estados Insulares Africanos. Para estes países, o turismo tornou-se a principal actividade económica e a maior fonte de captação de divisas e de geração de emprego. Existem vários casos de sucessos de desenvolvimento do turismo em várias regiões, sobretudo no mediterrâneo e no pacífico. Dado às características específicas das ilhas, muitos defendem o desenvolvimento do turismo em ilhas na perspectiva de sustentabilidade.

Cabo Verde é um dos Pequenos Estados Insulares que vem apostando no turismo como uma estratégia de promoção do desenvolvimento económico. Esta opção tem sido condicionada por limitações de diversas natureza desde infraestruturais, passando por falta de capital para investimentos, fraca capacidade de produção interna e formação de recursos humanos. Por isso, em virtude destas e de outros factores, o problema que se coloca é se, o turismo pode constituir na verdade, um factor de desenvolvimento dessas ilhas.

Assim, pretende-se nesta tese, evidenciar a relação entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento socioeconómico, em especial, o caso do Sal. Partindo-se da hipótese de haver uma relação intrínseca entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento económico, procura-se centrar a abordagem nos indicadores do emprego, rendimento, receitas governamentais, infra-estrutura, estrutura demográfica, migrações e aspectos

culturas, a fim de avaliar o peso da actividade turística no desenvolvimento económico desta ilha. Portanto, o tema central desta tese gira em torno do impacto do turismo no desenvolvimento socioeconómico da ilha do Sal. Para tanto, envolve uma abordagem de natureza teórica, sob aspectos considerados mais relevantes que servirá de suporte ao caso empírico. A literatura tem apontado vários tipos de impactos do turismo nas áreas de destino, mas neste estudo limitar-se-á aos impactos socioeconómicos.

As razões que motivaram a escolha deste tema, bem como os objectivos e a metodologia aplicada encontram-se referenciadas no capítulo 5.

Em termos de estrutura, o trabalho encontra-se organizado em seis capítulos, a saber:

Capítulo 1 – Impacte Socioeconómico do turismo;

Capítulo 2 – Turismo em ilhas de pequena dimensão;

Capítulo 3 – Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde;

Capítulo 4 – Cabo Verde: ilha do Sal;

Capítulo 5 – Metodologia e análise de dados;

Capítulo 6 – Conclusão

Para melhor sistematização e compreensão dos conteúdos abordados, optou-se por razões metodológicas iniciar e terminar os capítulos com uma breve introdução e conclusão. Os dados analisados foram representados sob a forma de quadros e gráficos. Na realização deste trabalho, deparou-se com algumas dificuldades que se relacionam com a falta de dados estatísticos e a aplicação de determinadas ferramentas do SPSS. A elaboração de um trabalho desta natureza foi uma experiência interessante que de certeza servirá de base para futuros trabalhos de investigação.

Capítulo 1 Impacte Socioeconómico do Turismo

1.1 Introdução

Os estudos sobre impactes do turismo têm alcançado um grande apogeu nos últimos 30 anos, sobretudo no que respeita aos impactes socioeconómicos. A preocupação fundamental da comunidade académica era encontrar um marco conceptual teórico e metodológico coerente que permite analisar este sector.

Na maioria das vezes, os estudos sobre impactes do turismo são realizados na óptica da procura. Neste sentido, os gastos turísticos são muito importantes, porque reflectem de forma directa ou indirecta na economia das áreas de destino.

Não obstante, os diferentes tipos de impactes que o turismo pode causar nas áreas de destino, neste capítulo, procura-se compreender através da literatura, os seus impactes sobre: emprego; rendimento; infra-estruturas; receitas governamentais; estrutura social; cultura e migrações. Este quadro teórico de referência é fundamental, porque servirá de base para melhor perceber e analisar os impactes socio-económicos da actividade turística na região em estudo.

Ainda, neste capítulo, tenta-se compreender as principais metodologias utilizadas para avaliar ou medir os impactes socioeconómicos do turismo, com particular destaque, para o modelo keynesiano.

1.2 Revisão da Literatura sobre Impacte Socioeconómico

1.2.1 Impacte Económico do Turismo

Sendo o estudo de impacte do turismo, ainda relativamente recente, a maior atenção tem concentrado como é evidente, nos impactes económicos. Muitos debates foram desenvolvidos, sobretudo em relação aos problemas metodológicos a adoptar na análise económica, particularmente no uso dos multiplicadores económicos e na análise custo e benefício (Archer, 1985; Murphy, 1985; Pearce, 1989).

Embora o turismo seja uma actividade muito antiga, como tema de investigação académica iniciou-se na década de 60. Na verdade, pode-se dizer que a pesquisa sobre o turismo ao nível académico cresceu muito nos últimos 30 anos. Foi durante a década de 80 que o turismo alcançou progressos notáveis e reconhecido como factor importante para o equilíbrio económico e social dos países.

Conforme a literatura, foi a partir desta década que o turismo despertou interesse de vários estudiosos desde economistas, geógrafos, sociólogos, psicólogos e outros que viram na complexidade desta actividade, um tema fértil para investigação.

Segundo Hall e Page (1999) uma das maiores áreas de interesse para geógrafos, assim como para outros investigadores em turismo, é a pesquisa sobre impactes do turismo e recreação. Com o crescimento das viagens internacionais o interesse em estudar o turismo e o seu impacte aumentou ainda mais.

Para Mathieson e Wall (1982) a literatura sobre o turismo tem expandido enormemente e é altamente fragmentado. Segundo Pearce (1987) durante as últimas décadas, surgiu um corpo considerável de literatura sobre o impacte do turismo.

Dos vários estudos realizados sobre impactes do turismo destaca-se autores como Mathieson e Wall (1982) e Pearce (1989), concentrando-se nos aspectos económicos, sociais, ambientais e físicos do turismo. O turismo causa várias categorias de impactes,

mas Mathieson e Wall (1982) considera nos seus estudos as três dimensões: económica, social e física (ambiental).

Do ponto de vista conceptual, a estimativa dos impactes de turismo requer a distinção entre os chamados impactos directos, indirectos e induzidos (Archer, 1982; Mathieson e Wall, 1982; Bull, 1991; Foster 1992). De acordo com Fridgen (1990) o impacte económico do ponto de vista conceptual é um efeito macroeconómico no número agregado de emprego e no montante do rendimento que uma região pode esperar do desenvolvimento económico de várias indústrias, como o turismo.

Para Hall (2000, p. 296) “os impactes do turismo são as mudanças que ocorrem como consequência do desenvolvimento desta indústria”. Essas mudanças podem ocorrer ao nível económico, social, político e ambiental. Butler (1993) considera o turismo um agente de desenvolvimento e de mudanças, ou seja, mais do que uma simples indústria.

Na década de 1970s, o Conselho de Ministro Nórdico tomou a iniciativa de investigar um método para analisar os impactes económicos do turismo. Segundo Baum e Mudambi (1999, p. 124) “ a estrutura desse modelo tem sido flexível e bastante simples para suportar posteriores estudos – uma faceta que poderia aumentar de longe o desenvolvimento do turismo”.

De acordo com Baum e Mudambi (1999, p.124) o Modelo Nórdico de Turismo “é uma ferramenta para estudos empíricos de turismo, investigando os seus efeitos na economia local e no emprego”. Para estes autores, este método serve para delinear a contribuição económica do turismo nas diferentes localidades. Segundo Lickorish *et al.*, (1991, p.91) o estudo analítico sobre o turismo pode ser categorizado em três etapas:

- 1- O primeiro período até meados de 1970s, concentrando-se nos impactes económicos de turismo. Destacam-se (Bryden, 1973; Archer, 1973; Mathieson e Wall, 1982).

-
- 2- A partir de meados de 1970s surgiu algumas críticas sobre os impactes do desenvolvimento de turismo relativo aos seus efeitos sobre a população e a sociedade. São exemplos, os estudos desenvolvidos por Smith, 1977 e de Kadt, 1979.
 - 3- Por último, em 1990 o turismo é reconhecido como a maior actividade económica ao nível mundial, regional e dos países.

Segundo Harrison (1992, p.13) “ há discordância considerável entre economistas sobre os impactes económicos de turismo”. Trata-se de um tema discutido por vários investigadores (Duffield, 1982; Mathieson e Wall, 1982, pp. 64-92; Butler, 1993). A contribuição do turismo na entrada de divisas, no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego, constitui um dos aspectos mais focados.

Para avaliar os impactes do turismo é fundamental definir um dos seus maiores componentes que são os turistas. De acordo com Mathieson e Wall (1982, p.11) “ turista é um visitante temporário que permanece pelo menos 24horas fora da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios e outros, sem objectivo de trabalhar ”.

Como forma de avaliar o impacte económico, o turismo é considerado “ um conjunto de actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadias em lugares distintos do seu entorno habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios ou outros motivos (ONU, OMT, 1994).”

Para Fletcher (1994) um dos problemas fundamentais em medir o impacte das despesas dos visitantes é que o turismo não existe como um sector distinto em nenhum sistema de contas nacionais. Sendo assim e considerando que a sua contribuição é extensível a outros sectores da economia, torna-se cada vez mais difícil determinar exactamente a sua contribuição na economia de um país ou região.

No que se refere aos impactes económicos derivados da actividade turística, estes podem ser muito mais abrangente, dado que o turismo estimula investimentos, aumenta as

oportunidades de emprego, exerce pressão sobre os preços, aumenta as vendas dos bens e serviços e exerce um ‘efeito multiplicador’ em vários outros sectores da economia.

Na verdade, o problema de definição e medição do impacte do turismo tem sido tema de várias reflexões (Williams e Shaw, 1988, pp. 10-11; Hall, 1991, pp. 12-17). Várias técnicas têm sido usadas pelos economistas para medir os impactes económicos do turismo e prever os efeitos de investimento na indústria. Existem várias abordagens metodológicas para avaliar os impactes económicos do turismo. Para Foster (1985) impacte económico pode ser dividido em três etapas:

1. Há uma despesa directa por parte dos turistas em bens e serviços fornecidos por hotéis, restaurantes e outras ‘*facilities*’ turísticas na região;
2. Há o gasto indirecto originado por transacções comerciais decorrentes da primeira etapa;
3. Finalmente, há o gasto provocado devido ao dispêndio subsequente do rendimento por parte dos nacionais que estão empregados ou beneficiam dos gastos do turismo nas suas regiões.

Desde modo, a avaliação do impacte económico do turismo numa determinada área torna-se pois, uma tarefa bastante complexa e muito difícil. Isto porque, para além da criação de novos postos de trabalho, existem na comunidade actividades comerciais afins que também, prestam serviços aos turistas.

Uma das técnicas mais utilizadas é o multiplicador Keynesiano (Archer, 1989) na qual avalia os efeitos cumulativos das mudanças nas despesas turísticas, por exemplo, sobre o rendimento, receitas governamentais, emprego, vendas, produção ou níveis de importação.

Trata-se de um dos conceitos mais usado nos estudos sobre o turismo. Archer (1996) considera os multiplicadores particularmente adequados para o estudo de impacte das despesas turísticas em movimentos de negócios, rendimento, emprego, receita do sector

público e balança de pagamento. Para Foster (1992) o efeito multiplicador mostra como o aumento das despesas iniciais dos turistas poderão manter a viabilidade económica de uma região.

Segundo (Fletcher, 1998; Cooper *et al.*, 2001, p. 166; Milone, 2001, p.127; Sharpley e Telfer, 2002, p.94) o conceito de multiplicador baseia-se “no reconhecimento que as vendas de uma firma requerem compras de produtos e serviços de outras empresas dentro da economia”, ou seja, este conceito pressupõe “uma relação de interdependência entre os diversos sectores da economia a partir dos gastos iniciais”.

O conceito de multiplicador pressupõe um efeito múltiplo em toda a economia a partir dos gastos iniciais. Para cada uma das variáveis pode-se estimar os impactes derivados, ou seja Fletcher (1998) apresenta três níveis de impactes: (i) efeitos directos; (ii) efeitos indirectos e (iii) efeitos induzidos.

Segundo Archer (1985) os impactes primários ou directos são considerados impactes económicos que resultam como consequência directa dos gastos dos visitantes efectuados nas áreas de destino, como por exemplo, na alimentação e bebidas num hotel. Os turistas nas áreas de destino procuram alojamento, restaurantes, alimentos, recordações, diversões e outros serviços. À medida que estes usam serviços e compram produtos estão transferindo dinheiro para os empreendimentos locais.

Os impactes secundários são conhecidos também por impactes indirectos ou induzidos. Os impactes indirectos são os que resultam da cadeia de relações intersectoriais que se originam a partir do impacte directo. São dispêndios de dinheiro nas transacções de negócios locais, por exemplo, novos investimentos em hotéis, equipamentos e materiais. Por último, os efeitos induzidos do turismo na economia local referem à contribuição dos efeitos directos e indirectos nos níveis de rendimento dos residentes.

Existem outros métodos utilizados como a análise “*input-output*”. Trata-se de um modelo matemático que descreve os fluxos de dinheiro dentro dos sectores da economia de uma região.

O conceito de ‘*Multiplier analysis*’ é usado para estimar o impacte contínuo das despesas turísticas na economia, enquanto a análise ‘*input-output*’, ou seja, ‘entrada-saida’ é usado na avaliação do impacte das despesas turísticas em outras áreas do sistema económico.

Para medir o impacte económico actual do turismo numa determinada área, deve-se reconhecer primeiro, que nem todas as despesas efectuadas pelos visitantes são recebidos pela região anfitrião (Gee, Makens e Choy, 1989, p.151). Por exemplo, no sistema de package ‘all inclusive’ os pagamentos, na maioria das vezes, são efectuados no local de origem do viajante e não entra no destino, pelo menos de forma directa. Entretanto, as despesas efectuadas nos hotéis, restaurantes, alugueres de viaturas, lojas de recordações, que servem aos turistas têm um efeito directo na economia local.

Mathieson e Wall, (1982, p.54), consideram os efeitos primários,¹ facilmente mensuráveis, enquanto os secundários e terciários mais difíceis de medir por serem mais complexas. Chris, Fletcher, David e Stephen (1993, p.94) consideram que “o impacte do turismo em qualquer destino deverá ser determinado por uma gama variada de factores: (i) o número de chegada de turistas; (ii) a estrutura económica da comunidade anfitriã; (iii) os tipos de actividades turísticas; (iv) a diferença entre as características sócio-culturais dos turistas e da comunidade anfitrião e (v) a fragilidade do ambiente local”

Para Theobald (1994) o impacte do turismo depende do número e do perfil dos turistas (duração da estada, actividades desenvolvidas, sistema de transportes, preparativos da viagem, etc.). De acordo com Ritchie e Goeldner (1994, p.414) “os potenciais impactes da industria do turismo depende de um grande número de critérios e não apenas do número de turistas, mas dos aspectos históricos, social, cultural, económico, e do ‘*background*’ político do país anfitrião”.

Segundo Mill (1990, pp. 153-154) as características económicas do turismo explicam os tipos de impactes que o turismo tem na comunidade. Este autor distingue cinco

¹ Efeitos primários, incluem os fluxos de dinheiro recebidos nos hotéis, restaurantes, táxis, agências de viagens ou seja os fluxos de dinheiro recebidos directamente dos turistas.

características específicas do turismo: (i) o turismo é um produto que não pode ser armazenado; (ii) a procura turística é altamente sazonal; (iii) a procura é influenciada de fora e é imprevisível; (iv) a procura é influenciado por motivações muito complexa e (v) o preço e o rendimento do turismo são elásticos.

É evidente que o desenvolvimento do turismo acarreta certos custos. Por exemplo, a inflação no custo dos terrenos e a pressão sobre os governos para a criação de determinadas infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento, para além dos custos ambientais e sociais. Também, não se pode ignorar os custos de oportunidades, sobretudo em relação aos investimentos.

Para Fletcher (2000) qualquer mudança na natureza da actividade de um sector produtivo causa impacte económico. Este considera que as mudanças no nível ou no padrão das despesas turísticas poderá causar um impacte na economia onde essas despesas são efectuadas. Considera ainda que estes impactes podem traduzir-se sob a forma de rendimento, emprego, receitas governamentais, produção ou fluxos de divisas, e geralmente medidos pelos efeitos multiplicadores.

De acordo com Keynes, o conceito de multiplicador pressupõe um efeito múltiplo em toda a economia a partir dos gastos iniciais. No caso particular do turismo, uma despesa turística inicial afectará a produção, o emprego, o rendimento e as receitas governamentais, ou seja, o valor inicial dos gastos provoca efeito múltiplos em toda a economia.

Para Foster (1985, p;15) “o impacte económico do turismo não é somente os efeitos tangíveis do desenvolvimento e mudanças estruturais na região específica, mas também, conduz a um aumento da população (tanto permanente como temporária)”. Ainda este autor considera que o impacte económico do turismo tem um efeito desproporcional ou menor na comunidade anfitrião, por causa do efeito multiplicador cujos benefícios estende para além dos *resort*.

Os multiplicadores mais utilizados no sector do turismo podem ser classificados em:

- *Multiplicador do rendimento* que mede o rendimento adicional criado na economia como resultado do aumento das despesas turísticas iniciais;
- *Multiplicador de vendas ou transacções* que mede a relação entre o aumento das receitas dos negócios no sector turístico e o aumento das despesas turísticas iniciais;
- *Multiplicador do emprego* que avalia o emprego total criado por unidade adicional das despesas turísticas;
- *Multiplicador de produção* que relaciona o valor da produção adicional gerado na economia, em consequência de um aumento unitário na despesa turística inicial.
- *Multiplicadores das receitas governamentais* que mede o impacte nas receitas governamentais, resultante de um aumento das despesas turísticas iniciais (Foster, 1985 e Fletcher 1998, p.8)

O turismo por definição exige deslocação de pessoas de um lugar para outro e pressupõe a ocupação e mobilidade destas num determinado espaço. Pois, a mobilidade das pessoas no espaço físico e a criação de infra-estruturas locais de modo a satisfazer as necessidades dos turistas provoca à partida alterações na estrutura física/ambiental. Assim, para Glasson *et al.*, (1995) o turismo é por natureza um agente de mudança e como tal, causa diferentes tipos de impactes nas áreas de destino, resultante da interacção entre turistas, o ambiente físico e a população local.

Para Williams (1998) entre muitos dos impactes que o turismo pode causar nas áreas de destino, os processos de desenvolvimento físicos e económicos são ‘talvez’ os que mais sobressaem. Estes efeitos são visíveis no desenvolvimento físico de infra-estruturas turísticas (alojamento, vendas a retalho, entretenimento, atracções e serviços de transportes, etc.)

Mais tarde Glasson et al., (1995) acrescentaram à classificação de Mathieson e Wall a dimensão política. Para os mesmos autores (1995): os impactes físicos normalmente envolvem o ambiente natural e construído; os impactes sociais implicam modificações na qualidade de vida (inclusive modificações culturais) dos visitantes e da população anfitrião; os impactes económicos envolvem os custos e benefícios para as partes implicadas. Estes autores argumentam que os impactes políticos são os menos discutidos, mas são importantes, porque implicam decisões em relação aos procedimentos, à formulação e implementação de políticas, que pode ser crucial para a definição de uma gestão que aproxima das pressões do número de visitantes.

Porém, segundo Hall (1994, p.1) “apesar do papel significativo da economia do turismo ao nível nacional e regional e dos seus efeitos sociais, ambientais e culturais, raramente são discutidos os aspectos políticos de turismo na literatura do turismo”.

Inicialmente, a pesquisa tem centrado nos impactes económicos ‘positivos’. Só muito recentemente, começou-se a surgir algumas reflexões sobre os impactes sociais e ambientais do turismo, apesar de ser difícil delimitar a fronteira entre o económico e o social. De acordo com Williams e Shaw (1988) muitas análises de impactes têm concentrado nos benefícios económicos ao nível nacional e regional. Segundo Glasson e Godfrey (1997, p.34) ao nível local, a repartição dos benefícios económicos depende da capacidade da economia local em fornecer serviços aos visitantes e do próprio perfil dos turistas.

A estrutura e a dinâmica da economia local são factores importantes no desenvolvimento do turismo. Associado aos benefícios económicos, existem custos derivado do desenvolvimento do turismo, como por exemplo, a inflação no preço dos bens e serviços fornecidos aos turistas que também são consumidos pelos residentes locais.

Davidson (1989, p.144) considera os benefícios económicos nas áreas de destino como “a primeira e a mais importante razão para o desenvolvimento do turismo”. Como já se referiu, o turista para satisfazer as suas necessidades gasta dinheiro numa grande variedade de bens e serviços. Para Loomis e Walsh (1997, p.242), “a comunidade local preocupa-se

com o desenvolvimento económico das suas regiões, porque sabem que o turismo cria oportunidades de emprego, aumenta rendimentos e contribui para a prosperidade geral da região”.

Segundo Pearce (1991, p.59-60) “o turismo é considerado tradicionalmente como meio de reduzir disparidades económicas regionais, apesar da sua extrema concentração ao longo da costa”. O turismo, dependendo entre outros factores, das potencialidades e do dinamismo da economia local poderá transformar-se num instrumento de mudança da estrutura económica da região.

Actualmente, a consciência relativa à importância do turismo é de tal modo que muitos países em desenvolvimento viram nesta actividade uma forma de equilibrar a sua balança de pagamento. Para além de constituir uma oportunidade de criar mais postos de trabalho, aumentar as receitas e o rendimento, muitos governos apostam no turismo como forma de atrair mais investimentos estrangeiros. O investimento estrangeiro pode ajudar a acelerar o processo de desenvolvimento económico trazendo novas ideias e tecnologias, facilitando contactos internacionais e mercados.

Os efeitos do desenvolvimento de turismo podem causar impactes tanto positivos como negativos. Sem dúvida, o turismo afecta a economia das áreas de destino, embora os benefícios e os custos não são distribuídos de modo uniforme. Por conseguinte, através da criação de oportunidades de emprego, o turismo pode constituir um meio de atrair a migração das pessoas para áreas mais desenvolvidas do país ou até para o estrangeiro.

Segundo Foster (1985, p; 15) o turismo é também um ‘agente de mudança’ e muitos indivíduos e organizações, sejam grandes ou pequenas são afectadas. Pois, desde a década de 60 o turismo vem assumindo como um forte agente de mudança e tem causado impactes consideráveis ao nível de desenvolvimento de muitas regiões sobretudo, através da criação de emprego e do rendimento.

Porém, para Mathieson e Wall (1982, p.5) “pode ser difícil determinar se as mudanças são directamente atribuíveis ao desenvolvimento turístico ou se o turismo é só um entre um

número de agentes de mudança”. Segundo Mill e Morrison (1985) o desenvolvimento do turismo pode ser uma das alternativas, particularmente para o desenvolvimento de países em vias de desenvolvimento e pode mudar efectivamente a estrutura económica nos países de destino e ter um impacte significativo. Para Mathieson e Wall (1982, p.45) “o turismo é considerado um potencial para o crescimento económico sobretudo, para um país que não tem uma base produtiva sólida”.

De acordo Mathieson e Wall (1982) não há dúvida que o turismo tem grandes efeitos na economia das áreas de destino.² Para estes autores, a maioria dos estudos focaliza os benefícios económicos do turismo nas áreas de destino, porque estes são relativamente mais fáceis de medir, enquanto os impactes físicos e sociais ocorrem, particularmente mais tarde e por vezes, contém elementos intangíveis e de difícil quantificação. Pois, a ênfase na economia do turismo, especialmente nos benefícios económicos, reflecte a expectativa que o turismo pode trazer progressos rápidos e ajudar a resolver muitos dos problemas económicos. Por exemplo, alguns países europeus como a Espanha enveredaram pelo desenvolvimento do turismo em grande escala logo à Segunda Guerra Mundial.

1.2.1.1 Turismo e Emprego

O emprego é um dos argumentos mais utilizados para estimular o desenvolvimento do turismo uma vez que pode facilitar uma distribuição mais equitativa do rendimento e constituir uma forma de transferência de capital dos países mais ricos para os países mais pobres.

Tal como o rendimento, o emprego é talvez, um dos mais importantes benefícios económicos que o turismo pode ter no desenvolvimento económico de um país ou de uma região. Segundo Krippendorf (1984, p.47-48), “além das divisas, o benefício mais notável do turismo é o seu efeito sobre o emprego e o rendimento”. Williams e Shaw (1988)

² Uma ‘área de destino’ é um lugar com características que justifica a sua consideração, enquanto tal.

consideram a criação de emprego um dos mais importantes efeitos económicos do turismo, quer seja de forma directa ou indirecta.

Existem várias pesquisas sobre turismo e emprego e seus impactes (De Kadt, 1979; Mathieson e Wall, 1982; Murphy, 1985; Pearce, 1986; Baum, 1993). O emprego constitui uma variável muito importante na avaliação do impacte económico do turismo. Muitos dos estudos sobre impactes do turismo limitam-se em estimar os efeitos do emprego turístico agregado ao nível nacional e regional, (Cooper, 1984) sem se preocupar com as características do mercado laboral turístico.

Segundo Archer (1982) e Sinclair (1988) uma atenção considerável foi dada a literatura sobre impactes das despesas turísticas na economia ao nível nacional, regional, local, assim como o emprego e o rendimento gerado. De acordo com Goodall e Ashworth (1988, p.58) “ durante a década de 1960, o turismo foi aclamado como um sector capaz de gerar vários efeitos benéficos em indicadores económicos como a Balança de Pagamentos, rendimentos e emprego, equilíbrio regional, impostos, infra-estruturas apropriadas, etc.”

Para de Kadt (1999, p.75) “ a habilidade da economia nacional para beneficiar de turismo depende da disponibilidade de investimentos para desenvolver a infra-estrutura necessária e a habilidade para prever o crescimento de turismo”.

A contribuição do turismo para o desenvolvimento de uma área destino é vista do ponto de vista positivo, com particular destaque para o rendimento e o emprego. Para Boniface e Cooper (1994) o turismo transformou-se numa importante fonte de rendimento e de emprego.

O efeito sobre o emprego e o rendimento estão intimamente interligados, aliás fazem parte do impacte total de turismo. Contudo, de acordo com Hall (1994, p. 213) o turismo poderá ter um impacte positivo ou negativo dependendo da escala de análise, percepções, interesses e valores daqueles que o estudam. Para o mesmo autor, a maior ênfase nos aspectos económicos de turismo deve-se em parte à relativa facilidade da sua medição em detrimento dos impactes sociais.

A procura turística é uma componente importante na análise do impacto económico do turismo, porque a produção, o rendimento e as oportunidades de emprego dependem sobretudo dos gastos efectuados pelos turistas.

Acredita-se que o desenvolvimento do turismo pode gerar novas oportunidades de emprego nas áreas de destino (UNESCO, 1986; Grandall, 1987; Pearce, 1989). Contudo, não se pode esquecer que a maior parte desses empregos são de carácter sazonal e ocupadas por pessoas inexperientes e mal pagas em determinadas regiões.

Para Hall e William (2002) o turismo é uma indústria ‘*accommodating*’ dado que requer a utilização de mão-de-obra intensiva cujo capital humano é bastante diversificado, ou seja, tem capacidade para criar diferentes formas de empregos derivados.

De acordo com (Pearce, 1992; Hall, 1994; Jenkins *et al.*, 1998 e Hall e Page, 1999) um dos principais argumentos usados pelos governos para encorajar o desenvolvimento do turismo são os benefícios com o emprego derivado do potencial turístico.

Segundo Smith (1995, p. 273) “os Líderes comunitários esperam que o turismo aumente os rendimentos e cria novos empregos”. Para Cunha (1997, p.264) “os investimentos turísticos devem ser encarados pelos governos como um meio de estimular o emprego, o crescimento económico e um meio de promover os pequenos investidores”.

Contudo, alguns pesquisadores têm notado problemas na avaliação da contribuição do turismo internacional para o emprego (Mathieson e Wall, 1982, pp. 76-82). O facto de existir uma grande variedade de sectores industriais que directa ou indirectamente está ligada ao turismo, torna-se como é evidente, difícil de estimar o número de empregados associados a esta actividade.

Para Foster (1992, p. 34) não é fácil analisar com exactidão a extensão do emprego resultante directamente do turismo. Primeiro, porque as pessoas que prestam serviços directos aos turistas também podem fazer o mesmo aos que não são turistas. É o caso dos restaurantes de hotéis que servem tanto os turistas hospedados como os habitantes locais;

segundo, porque aqueles que estão empregados em empresas não especificamente destinadas a turistas (ex. transportes locais) também incluem como seus clientes este último; terceiro, porque a maior parte das estatísticas oficiais sobre o emprego inclui apenas empregados e não aqueles que trabalham por conta própria nem os patrões; quarto, porque grande parte do emprego turístico é sazonal, por isso os números empregues variam consideravelmente de um período de ano para outro e finalmente, porque aqueles que trabalham no turismo raramente são distinguidos nas estatísticas oficiais de outros empregados em actividades.

Atendendo a essas limitações, Foster (1992) considera mais difícil fazer análises detalhadas sobre o emprego no turismo. Para este autor, além do emprego directo no turismo existem outros sectores da economia que também fornecem bens e serviços aos turistas.

Na verdade, os países em desenvolvimento normalmente caracterizam-se por altos índices de desemprego, fraca capacidade produtiva e grande dependência externa. O turismo pode dinamizar a economia desses países contribuindo de certo modo para suavizar o problema do desemprego e atenuar os efeitos do subdesenvolvimento.

A importância do sector de serviços na criação do emprego nos países em desenvolvimento foi reconhecida recentemente nos anos 1980 (UNCTAD, 1988). México tem sido apontado como um caso de sucesso no uso do turismo como estímulo ao crescimento económico, pelo facto de ter criado muitos empregos. (Mathieson e Wall, 1982).

A Organização Mundial das Viagens e Turismo (World Travel and Tourism Council) estima que em 1998 o sector de turismo, directa ou indirectamente, respondeu por mais de 200 milhões de postos de trabalhos ao nível mundial.

De acordo com a CST (Madrid, 1992) o maior interesse em conhecer as actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens para fora do seu entorno habitual está em analisar os seus impactes sobre a oferta e procura de bens e serviços ao nível geral da actividade económica e sobre o emprego.

Para Pearce (1989) um dos maiores impactes do desenvolvimento do turismo, particularmente a nível regional e local é a criação de postos de trabalho. O emprego pode ser em hotéis e outros estabelecimentos de alojamentos, restaurantes, cafés, bares, clubes, agências de viagens, etc. Porém, segundo Pearce (1989) uma questão importante é se, os postos de trabalhos criados em turismo são ‘verdadeiros emprego’ quando se trata de empregos de carácter sazonal, em regime de part-time, utilizando a maioria de mão-de-obra feminina e de baixo salários.

De acordo com estudos efectuados por Sinclair (1997) o emprego de mulheres no sector de turismo está particularmente concentrado em alojamentos, enquanto os homens com maior predominância no sector dos transportes. Sinclair (1997) argumenta que as mulheres normalmente aceitam os baixos salários nos seus ofícios e de um modo geral ocupam-se nos trabalhos domésticos, lavandaria, administração e contabilidade, rececionista de hotéis, manutenção de jardim, transporte e segurança.

Segundo Bull (1989) as variações sazonais e periódicas em relação à procura turística e à sazonalidade afecta o emprego no turismo. Por estas razões de acordo com Jafari (1990) o trabalho em regime de ‘*part-time*’ é comum na indústria de turismo.

Por motivo de limitações das estatísticas oficiais e da própria dificuldade na definição da indústria de turismo, torna-se como é evidente, difícil de fazer uma análise detalhada do emprego derivado desta actividade. Até porque, o turismo cria uma multiplicidade de oportunidades de emprego, tanto no sector formal como no sector informal. As oportunidades de emprego ao nível local podem ser: directo, indirecto e induzido.

O turismo cria emprego directo em áreas como alojamento, restauração, e operações turísticas de um modo geral. A construção de hotéis, de vias de acesso e de outras infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo também são oportunidades de emprego ainda que de forma indirecta. Pois, esta capacidade de multiplicar empregos em outros sectores económicos demonstra o poder impulsionador do turismo na economia local.

A expectativa do emprego neste sector é de tal sorte que muitos trabalhadores, particularmente jovens procuram destinos considerados turísticos na esperança de encontrar um trabalho. Pois, o turismo tem essa capacidade de induzir as migrações tanto internas como internacionais.

O turismo exerce um impacte favorável sobre o emprego ao nível local, como aumenta as oportunidades disponíveis para trabalhos em estabelecimentos de alojamento turísticos, indústria alimentar, operações turísticas (*Tour operations*, agências de viagens, organismos governamentais de turismo, artesanato, lojas de recordações, recreação, diversões, artes de entretenimento e várias outras formas de vendas. Contudo, muitos desses empregos são de carácter sazonal, ou seja, concentram-se numa determinada época do ano e período de tempo. São os tais empregos sazonais e *'part-time'* que dificulta ainda mais a medição do emprego no turismo. O carácter sazonal da procura de mão-de-obra pode desequilibrar a estrutura do emprego local e criar uma falsa sensação de emprego.

O emprego, na maioria das vezes, é altamente sazonal. Segundo Lavery (1989) é difícil medir o número total de trabalhadores dependentes da indústria turística, isto porque os efeitos das despesas turísticas são extensíveis a uma variedade de ocupações e são sentidas directa ou indirectamente.

Nos lugares onde a procura é altamente sazonal estes empregos podem ter a duração de algumas semanas num ano. Neste caso, a preferência pode recair principalmente sobre mulheres que, por vezes, recebem salários mais baixos que os homens.

Quando a procura turística é muito sazonal pode surgir o problema do subaproveitamento da infra-estrutura da região, reduzindo por conseguinte, o rendimento de hotéis, restaurantes e transportes. Por isso, os impactes socio-económicos podem não ser tão significativos como se espera.

Como o turismo é uma indústria que depende muito do factor humano, pois é óbvio que favorece a criação de emprego. O turismo ao possibilitar a entrada de divisas no país pode até suavizar o problema do desemprego. Os gastos dos turistas e os investimentos

estrangeiros contribuem de certo modo para impulsionar o desenvolvimento económico das regiões ou localidades.

Smith (1995) considera uma das importantes características da indústria turística o facto de constituir um trabalho intensivo. Para este autor (1995, p. 7) “um determinado nível de rendimento ou de investimento de capital cria muito mais trabalhos em turismo que o mesmo nível de rendimento ou investimento em sectores como agricultura, indústria automobilística ou indústria petroquímica”.

Para Witt e Moutinho (1989) o turismo estimula investimentos, prevê a entrada de divisas e é uma importante fonte de emprego. Além do mais, provoca mudanças ao nível social e em relação às expectativas das pessoas. Os mesmos autores (1989) são da opinião que o turismo pode alterar de modo radical o ciclo de vida das áreas remotas exercendo uma grande pressão sobre o ambiente.

Segundo Cunha (1997, p.267) “o efeito do aumento das receitas turísticas sobre o emprego varia com o nível de desenvolvimento económico e social dos países onde ocorre e com a estrutura do emprego aí existente, podendo traduzir num aumento da imigração.”

Deste modo, os postos de trabalhos poderão aumentar à medida que as receitas derivadas do emprego turístico (directo e indirecto) forem gastas. Ao criar novos postos de trabalhos e, em muitos casos, provocando o aparecimento de novas empresas de negócios, o turismo pode afectar a repartição do rendimento na localidade. Pois, esta redistribuição do rendimento pode ter impactes económicos e sociais significativos, dependendo da posse de propriedade e dos recursos locais disponíveis.

Contudo, o emprego directo³ no turismo representa apenas uma parte do emprego total, porque existem outros sectores da actividade económica que também criam empregos indirectamente derivados do turismo.

³ O emprego directo é criado para satisfazer especificamente as necessidades dos turistas.

Segundo Mill e Morrison (1985, p.229-230) “o número de emprego indirecto depende da extensão do sector de turismo ao resto da economia local”. Isto significa que quanto maior for a integração e a diversificação do turismo na economia local maior será a sua capacidade de gerar empregos indirectos. São questões cuja análise requer o desenvolvimento de novos métodos estatísticos que permite elaborar estudos mais detalhados sobre turismo e emprego.

O efeito do turismo sobre o emprego depende de vários factores, entre os quais se destaca, os gastos efectuados pelos turistas e o tipo da actividade turística desenvolvida. Determinadas actividades turísticas exigem utilização de mão-de-obra cada vez mais intensiva.

Segundo Sharpley e Telfer (2002, p.103) o papel e a contribuição do turismo para o emprego e, conseqüentemente, para o desenvolvimento variam consideravelmente com a fase de desenvolvimento e a importância relativa desta indústria no destino.

O crescimento do turismo traduz na maioria das vezes, num aumento do emprego. É o caso dos serviços de alojamento, particularmente, hotéis e restauração. Normalmente, para a medição do emprego turístico costuma-se recorrer ao multiplicador do emprego⁴.

Em suma, é evidente que o turismo cria oportunidades de emprego acabando por beneficiar a economia local. Mas o carácter sazonal desses empregos pode criar uma certa instabilidade e flutuação do pessoal afecto a este sector.

Qualquer análise inicial sobre a atractividade do emprego, em particular, na indústria turística é quase certo focar sobre o carácter do trabalho (deveres, responsabilidades, ritmo e recompensas, etc.) e a variedade de ocupações. Segundo Mathieson e Wall (1982) a pesquisa sobre o emprego em turismo tem concentrado na determinação do número de empregos criado pelo turismo e os sectores da indústria que oferecem oportunidades de emprego.

⁴ “The term multiplier, which comes from macroeconomics, is used to describe the total effect, that is, both direct and secondary, of an external source of income introduced into an economy (GEE, MAKENS and CHOY, 1989:153).

De acordo com Hall e Williams (2002) uma das características distintivas do emprego turístico relaciona-se com os limites entre o trabalho e o tempo desocupado ‘tempo livre’. Devido às variações sazonais e periódicas da procura turística, muitos trabalhos são de carácter sazonal e em regime de *‘part-time’* neste tipo de indústria. (Jafari, 1990).

Segundo (Hall e Williams, 2002) esta reflecte de forma negativa na segurança do emprego turístico, carreira prospectiva e torna o emprego turístico pouco atractivo para os que procuram trabalho de tempo inteiro e permanente e com estímulos na carreira.

Na verdade, o trabalho *‘part-time’* e sazonal pode oferecer um grau de flexibilidade que pode ser atraente a determinados trabalhadores (Hall e Williams, 2002, p, 56). O turismo é um sector da actividade económica com capacidade de criar diferentes formas de empregos não turísticos, ou seja, em outros sectores da economia. São os chamados empregos indirectos. Para além da oportunidade de emprego nos hotéis, os turistas também gastam dinheiro fora de hotéis, o que constitui uma oportunidade aos condutores de táxis, restaurantes, lojas de recordações, agências de viagens e lugares de diversão aumentarem também os seus rendimentos.

Mathieson e Wall (1982, p.77) distinguem três tipos de emprego gerado pelo turismo: directo, indirecto e induzido. De um modo geral as estatísticas internacionais sobre o emprego criado no sector de turismo referem-se ao emprego directo.

Segundo Williams e Balaz (2000, p. 3) “os dados sobre o emprego são até certo ponto problemáticos por causa do problema clássico em definir o que constitui um trabalho em turismo”. Segundo os mesmos autores, muitos debates têm focado os tipos de trabalhos mais visíveis como em hotéis, suprimindo o resto. Esta pode conduzir à conclusão que trabalhos de turismo são de baixa qualidade em termos de pagamentos, segurança e habilidades.

Williams (1987) considera este ponto de vista excessivamente simplista devido a gama de trabalhos que o turismo suporta desde administração pública, gestão, serviços de produção, vendas, transportes, etc.

Segundo Cunha (1997) não é fácil avaliar o emprego derivado dos gastos turísticos, porque o turismo sendo um produto composto abrange uma grande multiplicidade de actividades que podem satisfazer tanto necessidade dos turistas como dos residentes.

De facto, o turismo estimula o emprego e o investimento, provoca alterações no espaço físico e na estrutura económica e pode contribuir de forma positiva para o equilíbrio da balança de pagamentos em muitos países do mundo (Mathieson e Wall, 1982:1).

1.2.1.2 Turismo e Rendimento

O turismo é reconhecido ao nível mundial como uma importante fonte de rendimento. Segundo Murphy (1985) o rendimento que este gera nas áreas de destino varia de acordo com o tipo de visitantes e a duração das suas estadas. Murphy (1985) considera as despesas dos visitantes como uma primeira fase do impacte económico nas áreas de destino, porque existem outras formas de rendimento que também são importantes. Segundo Foster (1992, p.40) as despesas turísticas fazem parte dos “rendimentos invisíveis” no país anfitrião, constituindo, por conseguinte, um influxo adicional de moeda estrangeira.

Para Mathieson e Wall (1982) o turismo por definição envolve movimento de pessoas dos seus locais permanente de residência para novos lugares. Esta deslocação exige a satisfação de um conjunto de necessidades que vão desde a garantia de meios de transportes, passando por questões de alojamento, alimentação, diversão, entre outras.

Dependendo do motivo da viagem, o turista procura encontrar o máximo de satisfação pessoal durante a sua estadia e permanência no local visitado. Deste modo, o turista realiza despesas em função das suas necessidades e do ambiente que lhe é proporcionado. Eles pagam os custos de alojamentos, comida, bebida, transportes, comunicação, entretenimento, concertos o que implica o fornecimento de bens e a prestação de serviços.

Esses gastos constituem entrada de recursos na economia local e acaba por beneficiar directa ou indirectamente a população anfitrião. Por exemplo, os que trabalham

directamente nos empreendimentos turísticos beneficiam de um salário que constitui uma fonte de rendimento.

Segundo Archer (1989, p.130) “ a maior proporção das despesas iniciais recai sobre o rendimento”. Para este autor, as regiões altamente dependentes da importação poderão ter um coeficiente de rendimento mais baixo. É o caso das pequenas ilhas que são particularmente vulneráveis.

De acordo com Harrison (1992) geralmente os países de grande dimensão cuja população também são maiores tendem a ter um alto multiplicador de rendimento turístico. Em relação às economias das pequenas ilhas cujos recursos naturais são limitados o espectro é bem diferente, ou seja, o efeito multiplicador é muito mais reduzido.

Cooper (2001) considera o valor dos gastos realizados pelos turistas apenas uma parte dos impactes económicos. Por isso, deve-se considerar também, os efeitos indirectos e induzidos. Para este autor, as estimativas do impacte económico do turismo baseadas nas despesas ou nas receitas, podem ser imprecisas como também enganosas.

Por conseguinte, é necessário estabelecer a distinção entre o impacte derivado das despesas turísticas e o associado ao desenvolvimento da actividade turística, ou seja, os impactes da construção e financiamento das oportunidades turísticas.

O turismo começa por conseguinte a surtir efeitos, através do aumento da circulação da moeda e do consumo de bens e serviços, do aumento de oportunidades de emprego, do aparecimento de empresas ligadas ao sector, tais como, hotéis, restaurantes, agências de viagens, discotecas, transportes, parques de diversões, lojas de recordações, etc. Portanto, a economia local ganha uma nova dinâmica com o movimento de turistas e de negócios.

Os principais beneficiários do turismo são, sobretudo as empresas envolvidas directamente na satisfação das necessidades dos turistas (p. ex. agências de viagens, hotéis e restaurantes, lojas de recordações). Muitos destes encontram-se em situação de quase total dependência em relação à procura dos seus serviços por parte dos turistas. Por conseguinte,

o turismo também beneficia outros sectores da economia através do chamado efeito multiplicador.

Por vezes, ao nível académico, questiona-se sobre o rendimento líquido para o país ou região. Mas, para muitos países pobres ou em desenvolvimento onde os recursos naturais exploráveis são limitados, o turismo é encarado como uma opção para o desenvolvimento. Por sua vez, as famílias também, podem vir a aumentar os seus rendimentos trabalhando no turismo e em serviços conexos como transportes, actividades culturais, lojas de recordações, etc. Em muitos países em desenvolvimento, o turismo é considerado a principal fonte de rendimento e de emprego.

Contudo, os benefícios podem não ser tão expressivos por causa da importação de bens de primeira necessidades do estrangeiro. Em termos económicos, o turismo pode beneficiar as áreas de destino com mais emprego e rendimento e melhorar as infra-estruturas urbanas.

Os gastos efectuados pelos turistas provocam de certo modo um relativo impacte nas áreas de destino. O rendimento está directamente relacionado com as despesas dos turistas, ou seja, um aumento na despesa dos turistas fará aumentar o rendimento.

Fletcher (1990) e Archer (1997) desenvolveram estudos sistemáticos sobre metodologias de medição dos efeitos dos multiplicadores do rendimento a partir da construção do modelo de análise “input-output”. Este modelo demonstra as interdependências entre os diversos sectores da economia.

1.2.1.3 Turismo e Infra-estruturas

Como é evidente, o desenvolvimento do turismo requer a criação de infra-estruturas, principalmente (estradas, portos, aeroportos, sistemas de abastecimento de água e de energia, esgotos, recolha de resíduos sólidos, etc.). Cabe ao poder público adoptar políticas que visa fazer face a essas necessidades.

Segundo Cooper (1993) as infra-estruturas representam todas as formas de construção sobre ou debaixo da terra. A criação de infra-estruturas de suporte adequada é necessária e indispensável ao desenvolvimento do turismo em qualquer região ou localidade. Para além das atracções, as infra-estruturas de acolhimento e de transportes, bem como outras facilidades e serviços são fundamentais ao desenvolvimento do turismo.

Segundo David W. Howell (1989,p. 170) “as infra-estruturas ou instalações básicas, referem-se as estradas, sistema de água e de esgotos, electricidade e outros serviços. As superestruturas são todas as construções e outras estruturas que são necessárias nas áreas de destino. Incluem, hotéis, restaurantes, centros de congressos, facilidades de recreação, lojas e outras facilidades de visitas.

O turismo segundo Williams (1998) por definição centra em viagens e implica estar longe de casa e a previsão de transportes e alojamento são elementos integrantes de qualquer programa de viagem. Assim, no desenvolvimento dos transportes é preciso ter em conta a necessidade das ligações externas (portos, aeroportos, terminais internacionais, etc.).

Numa fase inicial o desenvolvimento de turismo precisa de muitas infra-estruturas. As infra-estruturas normalmente cobrem áreas significativas de terreno, levam tempo considerável para criar e envolvem avultados investimentos.

Para McIntosh e Goeldner (1986) o turismo afecta uma região durante o período de actividades de investimentos e posteriormente quando este começa a surtir efeitos. Esses efeitos dependem das conexões com outras unidades económicas. Geralmente o dinheiro gasto em investimentos poderá ir para construção e outros sectores industriais.

Na maioria dos casos a implementação das infra-estruturas é da responsabilidade do sector público. Por isso, cabe habitualmente aos governos centrais ou locais tomarem a iniciativa de as criar. Estas podem beneficiar tanto aos turistas como a população local. Normalmente as infra-estruturas exigem custos elevados e longo tempo para planear e desenvolver.

Geralmente, as infra-estruturas turísticas representam todas as formas de construção necessárias ao desenvolvimento desta actividade. Segundo Foster (1985) para atrair turistas e lhes proporcionar uma experiência satisfatória é necessário a construção de alojamentos, restaurantes e terminais de transporte de passageiros adequados nas estâncias adequadas.

No desenvolvimento das infra-estruturas deve-se considerar as necessidades dos residentes, porque estas envolvem somas elevadas. Para Macintosh, Goeldner e Ritchie (1995) o hotel e as outras estruturas de alojamento são entre as partes mais importantes da infra-estrutura turística. No desenvolvimento de infra-estruturas, prevê-se ainda, aumentar a procura dos serviços e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos residentes locais (Pearce, 1989; Crandall, 1994)

Para o sucesso do turismo é necessário existir infra-estruturas de alojamento em quantidades suficientes e confortáveis para poder responder a procura dos turistas. Neste particular o turismo afecta a região, sobretudo durante o período de investimentos criando muitas oportunidades de emprego. Muitos investimentos são feitos na construção e em outros sectores.

De facto, a indústria turística necessita de grandes investimentos em super e infra-estrutura, mas também, cria emprego para um grande número de pessoas. Para além de hotéis, o turismo exige investimento em aeroportos, portos, estradas, transportes públicos, telecomunicações, água, electricidade e outros serviços públicos que servem tanto os residentes como os turistas. Portanto, a própria dispersão geográfica do desenvolvimento do turismo requer a implementação de um sistema efectivo de transportes.

Segundo Briguglio, Butler, Harrison et al., (1996, p.61) “se o turismo desempenha um papel significativo na economia das ilhas, é fundamental desenvolver políticas de transportes adequadas.” Nos países em desenvolvimento a falta de infra-estruturas satisfatórias de apoio ao desenvolvimento de turismo é um dos maiores constrangimentos para o crescimento deste sector (Inskeep, 1991; Gunn, 1994).

Para Butler (1996) um dos principais constrangimentos no desenvolvimento de uma indústria de turismo de qualidade relaciona-se com a falta de importantes infra-estruturas básicas como água e distribuição de electricidade, telecomunicações e instalações de aeroportos.

1.2.1.4 Turismo e Receitas Governamentais

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2001) o número de turistas internacionais aumentou de 25 milhões de chegadas internacionais em 1950 para 699 milhões em 2000, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 7%. No mesmo período as receitas do turismo internacional, a preço corrente, excluindo o custo de transporte internacional tiveram uma taxa de crescimento anual de 11%.

Este facto, mostra que um aumento na procura turística poderá corresponder a um aumento das receitas nas áreas de destino, embora existe outros factores que interferem na variação das receitas como a duração das estadias e a despesa média dos turistas.

O turismo, sem dúvida, afecta a economia das áreas de destino pelas receitas que gera. As receitas provenientes do turismo contribuem sobremaneira para equilibrar a balança dos serviços. Teoricamente, em termos económicos, as receitas de turismo internacionais são classificadas como exportações e despesas de turismo internacional como importações. O rendimento derivado do turismo internacional constitui uma importante fonte de divisas para muitos países.

Não há dúvidas que o turismo contribui para aumentar a entrada de divisas, as receitas governamentais e o emprego num país, mas a extensão dessa contribuição varia de acordo com a área em questão, a estratégia adoptada, a habilidade dos governantes em criar um ambiente saudável de investimentos e de estabelecer conexões com outros sectores da economia.

Para Leonard e Lickorish (1991, p.92) “os principais impactes do turismo relacionam-se com a entrada de divisas, receita governamental oriundas dos impostos, criação de emprego e rendimento e sua contribuição para o desenvolvimento regional”. O turismo tem sido muito usado para atrair investimentos estrangeiros, captar divisas, aumentar empregos e promover a independência económica. Pois, os governos poderão aumentar as suas receitas através de impostos e direitos de importações sobre os bens e serviços importados para fins turísticos. O imposto sobre o rendimento aplicada às empresas que se dedicam ao turismo, também vão contribuir para aumentar as receitas do Estado.

Muitos países adoptaram o turismo como uma estratégia para o desenvolvimento. Segundo Sharpley e Telfer (2002, p.14), “a principal razão para esta opção é a sua contribuição na economia local ou nacional”.

Para muitos países em desenvolvimento, com um sector industrial limitado, fracos recursos naturais e dependentes de ajuda internacional, o turismo pode representar o único meio de obter as divisas necessárias, criando emprego e atraindo investimentos estrangeiros. Cabo Verde enquadra-se perfeitamente no grupo de países com estas características.

Em países como Jamaica, Espanha e México, o turismo é a maior fonte de entrada de divisas e a principal indústria em termos de rendimento e emprego. Em Fiji logo a seguir ao açúcar o turismo é a principal fonte de divisa. Em 2003, as receitas do turismo neste país atingiram aproximadamente 639⁵ milhões de dólares, representando cerca de 15 por cento do PIB.

As receitas provenientes do sector de turismo podem ser directas ou indirectas. As contribuições directas resultam da possibilidade que os governos têm de cobrar impostos sobre o rendimento, tanto ao nível pessoal como às empresas, derivadas do emprego turístico e de negócios, enquanto as fontes indirectas de receitas são provenientes dos impostos arrecadados sobre as mercadorias e os serviços prestados aos turistas. Contudo, os impostos alfandegários se forem elevados poderão reflectir-se nos preços e afectar, por sua vez, a competitividade do destino.

⁵ Fiji Island Bureau of Statistics

O turismo é considerado ao nível internacional uma espécie de exportação invisível de bens e serviços. A sua contribuição no equilíbrio da balança de pagamento é considerável em muitos países. Segundo Archer e Cooper, (1994: p.75) “tal como as outras indústrias de exportação, este influxo da receita aumenta o volume de negócios, rendimento, emprego e receitas do governo”.

1.2.2 Impacte Social do Turismo

Como é evidente, para além dos efeitos visíveis sobre a economia e o ambiente físico, o turismo pode contribuir para mudanças a nível social e cultural nas áreas de destino, incluindo mudanças nos sistemas de valores, estilos de vida tradicionais, relações familiares, comportamento individual e na própria estrutura da comunidade. Em Cabo Verde, ainda não existem estudos sobre os efeitos sociais do turismo na comunidade. Apenas existem alguns indicadores a nível económico que também reflectem de certo modo na estrutura social da comunidade anfitriã.

A maioria da literatura revista mostra que os impactes sociais do turismo são relegados para segundo plano dado que estes só aparecem muito mais tarde e são de difíceis medição (Mathieson e Wall, 1982). Para Hall (1992) é o movimento de turistas e de capital que poderá determinar os impactes do turismo a nível social, económico e ambiental numa determinada região.

A maioria de estudos sobre impacte de turismo tem enfatizado os benefícios económicos nas áreas de destino (Mathieson e Wall, 1982). Só muito recentemente, começou-se a surgir algumas reflexões e estudos sobre os impactes sócio-culturais do turismo e os seus efeitos nas áreas de destino.

Segundo Mathieson e Wall (1982), nos últimos anos surgiu um grande número de estudos sobre os impactes sócio-culturais do turismo, embora se reconhece que ao contrário dos efeitos económicos, estes muitas vezes, são retratados na literatura na perspectiva negativa. Entretanto, não se pode ignorar os efeitos positivos que derivam do desenvolvimento desta

actividade. Por exemplo, a cultura local pode ser estimulada e preservada e constituir-se numa importante fonte de rendimento.

Para Mathieson e Wall (1982) e Wall e Page (1999), os impactes sociais do turismo refere-se às mudanças nos sistemas de valores quer seja colectiva ou individual, modos de comportamento, estruturas da comunidade, estilo de vida e qualidade de vida. Estes autores levam em consideração não só mudanças no estilo de vida, mas também, na própria qualidade de vida.

Infelizmente, muitos estudos sobre os impactes sociais de turismo tendem a reagir negativamente em relação ao desenvolvimento de turismo. Lickorish e Jenkins (1997) são da opinião que essas reacções negativas devem ser examinadas do mesmo modo que os ‘desbenefícios’ económicos, porque são problemas que carecem de solução de gestão.

Como já se referiu, o turismo por definição implica deslocação e estadia temporária em locais para fora do ambiente habitual de trabalho e de residência (Mathieson e Wall, 1982). Durante a estada no local, o turista interage com os residentes e acabam por estabelecer contactos a diferentes níveis.

Esta interacção pode reflectir na mudança da qualidade de vida dos residentes, sistemas de valores, relações familiares, atitudes e comportamentos e cria novas formas de expressão (Cohen, 1984). A grande diferença cultural e económica entre turistas e residentes pode alterar ainda mais estas mudanças (Mathieson e Wall, 1982).

A interacção entre turistas e comunidade hospedeira pode ocorrer em três principais contextos como defende (De Kadt, 1979): na compra directa de alguns bens e serviços oferecidos pela comunidade; quando estão em simultâneo no mesmo espaço e período de tempo e quando precisam de informação e partilham ideias.

De acordo com a WTO (1994, p.35) o turismo pode trazer tanto benefício como problemas à comunidade anfitrião. Para esta organização, “se o turismo for bem planeado,

desenvolvido e gerido de maneira a responder os anseios da sociedade, pode trazer vários tipos de benefícios sócio-culturais”.

Esses benefícios incluem: (i) melhoria do nível de vida das pessoas e ajuda a custear as melhorias das *‘facilities’* e serviços na comunidade, se os benefícios económicos forem bem distribuídos; (ii) conserva do património cultural de uma área que caso contrário poderia perder-se como resultado do desenvolvimento geral. Por exemplo, conserva de locais arqueológicos e históricos, padrões culturais de música, danças, arte e ofícios, costumes, cerimónias, estilos de vida, etc. (iii) ajuda a desenvolver e a manter museus, teatros, e outras *‘facilities’* cultural; (iv) reforça ou até mesmo renova o sentido de orgulho nas suas culturas, quando notam que os turistas apreciam isto; (v) oportunidades para um cruzamento cultural entre residentes e turistas, aprendendo uns com os outros na base de respeito mútuo.

Para a WTO (1994) o turismo pode também gerar alguns problemas se não for bem planeado e gerido. Portanto, as características sociais e culturais da comunidade anfitrião estão, naturalmente, também continuamente sob o efeito dos aspectos políticos, económicos, tecnológicos, sociais e culturais ao nível global. Ainda persiste o problema de separar os impactes de turismo dessas influências (Pearce, 1989). Um dos problemas comuns segundo esta organização é a super-aglomeração de turistas causando um certo ressentimento e hostilidade em relação ao turismo. Ainda para a WTO (1994, 36) “os ressentimentos podem aumentar se os residentes perceberem que não estão a beneficiar com o turismo, e que o desenvolvimento do turismo é controlado por interesses estrangeiros”.

Alguns problemas sociais como o abuso da droga, alcoolismo, crime e prostituição podem aumentar com o turismo embora sabe-se que o turismo não é a causa desses males sociais. Certos problemas podem estar relacionados com a degradação e a perda do sentido de identidade cultural. Pode acontecer o excesso de comercialização e perda da autenticidade dos costumes locais, cerimónias, dança, músicas, e outras formas de expressão cultural. Por vezes, os residentes locais, especialmente os jovens tendem a imitar os padrões comportamentais

Segundo Gee, Makens e Choy (1989) as novas oportunidades de emprego não são visíveis apenas pelos residentes; servem também de atracções para novos migrantes, e coloca-se a questão sobre a adaptação destes recém-chegados na comunidade. Portanto, é então, necessário observar o rácio de crescimento populacional, sobretudo à chegada de novos migrantes.

Segundo Lickorish e Jenkins (1997) até meados de 1970s a maior parte dos estudos do turismo concentraram-se nos aspectos económicos e pouca ênfase foi dada a interacção entre turistas e comunidade anfitrião.

É evidente que na maioria das vezes o turista estabelece contacto directo com as pessoas e este contacto pode provocar uma relativa mudança a vários níveis. Embora, o contacto com a população local limita-se por vezes à encomenda de comida e bebidas nos restaurantes e bares e à compra de algumas recordações, não deixa de ter impacte ainda que seja pouco notório. Portanto, os impactes sócios -culturais surgem da interacção entre turistas e a população local.

Mais tarde, Lickorish (1991, p. 101) considera que “talvez o problema mais difícil na identificação dos impactes sócio -culturais do turismo é que estes podem levar tempo muito longo para emergir e ser notado”. Para este autor, sendo o turismo uma actividade humana, pode proporcionar a harmonia entre turistas e a população local.

Contudo, este considera ainda um terreno muito delicado onde numerosos parâmetros qualitativos são envolvidos desde as estruturas socioprofissionais da população local; o nível de ensino e de conhecimento; o nível de vida, as opiniões, os efeitos institucionais, etc.

De acordo com Glasson et al., (1997, p.35) “os impactes sócio-culturais podem variar em função do tipo (natureza) dos turistas, grau de participação dos residentes locais, taxa de crescimento de turismo e muitos outros factores”.

Para Fridgen (1991, p.92) esses impactes podem ser simples ou complexos, a curto prazo ou duradouro. Pode depender do grau de interação entre turistas e a população local e da própria duração da estadia dos turistas na localidade”. Mesmo assim, não deixa de constituir uma oportunidade das pessoas entrarem em contacto pessoal e poder entender as atitudes e crenças dos outros.

Para Richards e Hall (2000) além da presença física dos turistas e dos encontros com os residentes locais, o desenvolvimento da indústria turística também contribui para mudanças na qualidade de vida, estruturas e organizações sociais dos mesmos. O turismo na sua essência pode estimular a produção artesanal, representando e valorizando cada vez mais a cultura da comunidade autóctone.

1.2.2.1 Turismo e Estrutura Social

Um dos impactes significativos de desenvolvimento do turismo é a alteração no tamanho e nas características demográficas da população anfitrião (DE Kadt, 1979). Para Foster (1992, p.28) “o impacto do turismo não é apenas o efeito tangível do desenvolvimento e das mudanças estruturais numa região, conduz igualmente ao aumento da população (permanente e temporária).”

O turismo como já se referiu por ser uma actividade que requer a utilização de mão-de-obra intensiva tem grande poder de atrair pessoas para as áreas de destino. Isto acaba por reflectir no aumento da população local e influenciar positiva ou negativamente a comunidade hospedeira. Se for uma área de destino que depara com grandes problemas de mão-de-obra, estas migrações poderão reflectir positivamente, pelo contrário, se for uma comunidade que enfrenta problemas de desemprego pode desencadear uma forte concorrência no mercado de emprego.

À semelhança de outras formas de modernização, é evidente que o turismo contribui para mudar a estrutura de instituições básicas como a família e reforçar o papel das instituições políticas e económicas. Por exemplo, como já se referiu, a maioria dos postos de trabalhos

criado neste sector são ocupados por jovens e mulheres. Por conseguinte, este facto aumenta a mobilidade de mulheres e jovens adultos (Greenwood, 1972; de Kadt, 1979). Por um lado, os jovens começam muito cedo a ganhar uma certa autonomia financeira em relação aos pais e muitas mulheres sentem-se menos dependentes do ponto de vista económico em relação aos seus maridos.

O desenvolvimento da actividade turística para além dos vários impactes económicos que já foram referenciados, também têm efeitos na comunidade em geral e nas pessoas em particular, resultante sobretudo, da interacção entre os turistas e a comunidade receptora. De certo modo facilita a extensão de normas e valores ocidentais, por vezes, em contraste directo com a tradição.

Muitas vezes existem uma certa relutância quanto a perda dos valores da cultura autóctone mas essa alteração é um processo dinâmico que pode demorar algum tempo. Até porque, em muitas comunidades receptoras a população já começa a ganhar consciência quanto a valorização e utilização de determinados aspectos culturais para aproveitamento económico. Segundo Harrison (1992, p.22) “o turismo contribui para modificar instituições básicas como a família e reforçar o papel das instituições políticas e económicas”.

As novas oportunidades de emprego e de tipos de serviços inevitavelmente constitui uma porta aberta para grupos fora da força de trabalho tradicional. Por exemplo, em muitas áreas de destino, a maioria das oportunidades de emprego, são particularmente ocupada por pessoas inexperientes, sobretudo mulheres e jovens de pouca idade (Ritchie e Goeldner, 1994).

O turismo, enquanto fonte de rendimento, pode reflectir na reorganização familiar, rompendo com o poder económico tradicional das famílias e criar uma nova relação na estrutura familiar. Para Harrison (1992) os efeitos de turismo na estrutura familiar varia de acordo com a extensão e o tipo de turismo bem como a base tradicional.

As localidades cuja população depende do emprego tradicional, tais como agricultura e pesca, muitos abandonam esses trabalhos e vão prestar serviços em hotéis e restaurantes. À

medida que o turismo se desenvolve as instituições existentes transformam-se para se adaptarem à nova realidade.

Um outro impacte bastante significativo do desenvolvimento do turismo diz respeito às mudanças provocadas no tamanho e nas características demográficas da população anfitriã; alterações na estrutura comunitária, desenvolvimento de infra-estruturas nas áreas de destino, melhoria da qualidade de vida dos residentes, maior mobilidade da população feminina, etc.

Para Mathieson e Wall (1982), o turismo pode ajudar a suportar o crescimento populacional das ilhas mas isto também pode agravar outros problemas. Para este autor, a construção de instalações turísticas pode conduzir a afluência de trabalhadores e consequentemente provocar mudanças na estrutura demográfica e problemas sociais associados. Pois, o desenvolvimento de turismo pode aumentar a desigualdade social e trazer consequências muitas vezes, consideradas inaceitáveis. Por exemplo, pode criar uma atitude hostil por parte dos residentes em relação aos turistas. Foster (1991) considera que os emigrantes acrescentam mais custos à comunidade, porque aumenta a procura dos serviços de saúde, água, transporte, etc.

Segundo Roy e Tisdell (1998) as novas oportunidades de emprego e os benefícios económicos nem sempre provocam modificações na estrutura social. Embora a criação de emprego tem sido uma mais-valia para os residentes locais muitos trabalhadores são mal pagos e os contratos de trabalhos são temporários e precários. Esta situação cria uma certa insegurança e incerteza em relação ao trabalho futuro e agrava os problemas sociais.

Segundo Elliot (1997) o turismo é mais do que uma indústria ou uma simples actividade económica. Trata-se de um fenómeno social universal e dinâmico que toca muitos países do mundo e que afecta as populações. Para o mesmo autor os efeitos sociais do turismo podem ser profundos, especialmente nos países em desenvolvimento; podendo transformar as comunidades locais para o bem ou para o mal. A entrada do capital financeiro, os novos empregos e a revitalização das tradições e culturas podem contribuir para elevar o nível de vida e a qualidade de vida da comunidade hospedeira.

1.2.2.2 Turismo como Preservação e Valorização Cultural

Segundo Mathieson e Wall (1982), os impactes sociais dizem respeito às mudanças no modo e na qualidade de vida dos residentes nas áreas de destino. Já para Mill e Morrison (1985, p. 232) o turismo consiste em “movimentos de, e contacto entre, pessoas em posição geográfica diferentes”. Pois, este movimento e contacto entre pessoas possibilita o estabelecimento de relações sociais; a confrontação de culturas, estilos de vida e linguagem diferentes. De certo modo esta confrontação pode contribuir para o enriquecimento e valorização da cultura local, assim como a perda de valores da cultura autóctone.

Um dos principais impactes resultantes da relação entre turistas e residentes é a tentativa de imitar os turistas (Wilson, 1989, McElroy e Albuquerque, 1986; Greenwood, 1989; Pearce, 1989), a mudança de uso de idioma nos destinos (Brougham e Butler, 1977; Wallace, 1997); o aumento do consumo de álcool; crime, prostituição e jogos (Graburn, 1983) e a transformação material e não material das formas de cultura (Mathieson e Wall, 1982; Mill, 1990).

Para além da presença física dos turistas e dos encontros com os residentes, o desenvolvimento da actividade turística também contribui para mudar a estrutura social e as organizações sociais dos residentes. Com certeza, que o desenvolvimento do turismo de forma rápida e intensa pode resultar em diferentes tipos de impactes (de Kadt, 1989; Getz, 1983; Krippendorf, 1987; D.G. Pearce, 1989).

1.2.2.3 Turismo e Migrações

A mobilidade da força laboral de outros sectores da economia para o turismo é um fenómeno característico de muitos sistemas económicos nas diferentes partes do mundo. O turismo segundo Williams e Shaw (2004) tem permanecido até então, como uma das formas especiais de mobilidade.

Na literatura de turismo, “um dos primeiros e principais debates sobre este fenómeno e, particularmente, sobre suas consequências aconteceram nos anos 70, no contexto das ilhas

Carafbas “ (Hall e Williams, 2002, p. 54). O turismo tem atraído uma grande força de mão-de-obra do sector agrícola. Cita-se como exemplo, os casos das ilhas Canárias, Barbados e Jamaica. Mill (1990) considera as migrações de trabalhadores do campo para as cidades, e até de um país para outro país como consequência do impacte do turismo.

A força de trabalho dos emigrantes pode por sua vez, causar impactes tanto positivo como negativo. Por exemplo, para as autoridades locais pode representar mais custos com a saúde, água, escolas, etc. Deste modo, áreas ocupadas com actividade turística podem provocar um relativo impacte na opção da mobilidade geográfica das pessoas e causar implicações sobre a vida familiar dos que deslocam.

Segundo Foster (1992) o turismo pode provocar alterações na estrutura demográfica da população, quer temporária ou permanente. Neste contexto, o turismo é um agente de mudanças que afecta tanto indivíduo como organizações, quer seja grandes ou pequenas. Os emigrantes podem significar mais despesas para as localidades, uma vez que aumentam a procura dos serviços médicos, água, e sistema de esgotos, estradas, transportes, escolas.

1.3 Conclusão

Depois de fazer uma breve revisão da literatura sobre a problemática da avaliação dos impactes socio-económicos do turismo, constatou-se que o turismo provoca uma série de impactes nas áreas de destino e que existe uma variedade de técnicas para a sua medição.

De acordo com a literatura revista não resta dúvida que o turismo cria oportunidades de emprego e que isto de um modo geral beneficia as populações nas áreas de destino. Contudo, ao analisar as características do emprego conclui-se que muitos dos empregos criados são de carácter sazonal e precário o que pode provocar uma certa instabilidade e flutuações do pessoal afecto a este sector.

Verificou-se também que é difícil quantificar exactamente o número de emprego derivado da actividade turística, porque este é extensível a outros sectores da economia e por outro lado não se sabe até que ponto um emprego pode ser considerado turístico ou não.

O rendimento, as infra-estruturas e as receitas governamentais também constituem importantes impactes do turismo nas áreas de destino. Contudo, a literatura revista deixa entender claramente que tanto o rendimento como as receitas governamentais dependem de uma vasta gama de factores que fazem aumentar ou diminuir o montante arrecado. Por exemplo, muitos estudos realizados demonstram que as regiões altamente dependentes da importação podem ter um coeficiente de rendimento turístico muito baixo. É o caso das pequenas ilhas que são particularmente vulneráveis e que importam grande parte de bens essenciais ao consumo.

Pelo contrário, em relação aos países de grande dimensão os estudos apontam a tendência para um alto multiplicador de rendimento. Constatou-se ainda que o rendimento está directamente relacionado com o gasto dos turistas, ou seja, com a proporção dos gastos iniciais.

Em relação às receitas ficou claro que o turismo pode contribuir positivamente para aumentar as receitas governamentais através de entrada de divisas, investimentos estrangeiros e de impostos. Mas também que os governos devem criar incentivos e infra-estruturas que permite o normal desenvolvimento do turismo.

A literatura demonstra que é difícil abarcar a totalidade dos impactes, porque o turismo é um sector bastante complexo e heterogéneo. Verificou-se que embora o turismo causa uma variedade de impactes, os do domínio económico, social e ambiental são os que mais tem despertado interesse.

Constatou-se ainda que o turismo também pode reflectir na estrutura social, alterando a estrutura demográfica e familiar nas áreas de destino e contribuindo de certo modo para despertar as migrações.

Em relação à metodologia verificou-se que várias técnicas foram usadas na avaliação dos impactes mas o multiplicador Keynesiano tem sido o mais utilizado. Para além da análise do efeito multiplicador existem outras técnicas usadas como a análise “*input-output*” um modelo matemático que descreve os fluxos de dinheiro dentro dos sectores da economia.

Segundo a literatura consultada os efeitos do turismo não se resumem aos impactes económicos tangíveis mas também às alterações nas estruturas sociais e demográficas.

Conclui-se que os benefícios do turismo dependem da capacidade organizativa da comunidade local, do perfil dos turistas, da política adoptada pelas autoridades governamentais e de muitos outros factores.

Capítulo 2 Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão

2.1 Introdução

Enquanto no capítulo anterior, a preocupação fundamental era compreender a natureza e a magnitude dos impactes económicos e sociais do turismo, neste o foco recai sobre alguns casos de sucesso de desenvolvimento do turismo em ilhas, particularmente, em ilhas de pequena dimensão.

As ilhas de pequena dimensão normalmente apresentam características geográficas e socioeconómicas muito similares que as identifica como tal e as difere do bloco continental. De entre as ilhas de pequena dimensão destacam-se nesta abordagem as ilhas de Seychelles e Maurícias, no Oceano Índico e Canárias, no oceano Atlântico.

Escolheu-se pois, Seychelles e Maurícias, porque ambos integram o grupo dos Pequenos Estados insulares e constituem dois casos de sucesso de desenvolvimento do turismo em África insular. As Canárias, porque fazem parte do grupo das ilhas do Atlântico norte e porque apresentam características geográficas muito semelhantes às do arquipélago de Cabo Verde.

O conhecimento da experiência de desenvolvimento turístico nessas ilhas pode contribuir para melhor entender e enquadrar a realidade turística de Cabo Verde. Sendo um dos potenciais mercados concorrentes do turismo cabo-verdiano, seria de certo modo oportuno, conhecer a realidade turística e socioeconómica dessas ilhas.

2.2 Aspectos Característicos do Turismo em ilhas

No cômputo geral, as ilhas apresentam características muito específicas que as confere um lugar de destaque em relação ao bloco continental. A palavra ilha está associada à ideia de isolamento. Contudo, o carácter insular não traduz necessariamente a condição de

isolamento. O isolamento neste contexto, diz respeito ao problema de transporte e acessibilidade.

Por mais distante que as ilhas estejam dos continentes, estas mantêm relações de diversas formas acabando por vezes, numa relativa dependência sobretudo, ao nível económico. Esta dependência é de certo modo condicionada pelas limitações dos recursos económicos que na maioria delas são escassos.

As ilhas têm particularidades geográficas muito próprias, por serem geralmente territórios de reduzida dimensão e estarem cercadas de água por todo lado. Perante esta realidade, o turismo em ilhas possui características próprias que requer uma análise diferenciada.

No caso das ilhas de pequena dimensão dado ao seu poder fascinante foram desde sempre locais muito atractivas. Este poder fascinante tem despertado muita curiosidade e imaginação junto dos potenciais turistas. A imagem que se veicula na comunicação social é que as ilhas são destinos cheios de encantos, espaços exóticos, onde se pode desfrutar de belas praias, contemplar belas paisagens e onde os potenciais turistas poderão encontrar um fascínio muito diferente das áreas continentais.

Também, ao nível académico as ilhas despertaram um certo interesse e curiosidade científica. Já nos anos trinta os antropólogos tinham demonstrado um certo interesse em estudar determinados fenómenos específicos das ilhas.

Segundo Butler (1993) as pequenas ilhas têm sido consideradas há muito tempo como lugares atractivas para recreação e turismo. Este considera tais destinos, espaços particularmente apelativos, em virtude de uma série de características que as difere do território continental. Contudo, não se pode ignorar os problemas específicos que estes enfrentam em virtude do isolamento em relação ao bloco continental.

Para King (1993) as ilhas apresentam muitas formas de atracções que se relacionam com as suas características naturais e paisagísticas em termos de disposição geográfica, fauna, vegetação, etc. Segundo King (1993) para geógrafos, antropólogos, ambientalistas e

biólogos, as ilhas asseguram uma particular atracção, funcionando em pequena escala como um laboratório onde teorias possam ser testadas e observadas a partir de um sistema fechado de procedimentos. Por exemplo, Cabo Verde, através do Centro de Investigação Agrária em S. Jorge dos Órgãos – ilha de Santiago, serviu durante muitos anos como laboratório de investigação científica tropical, onde foram testados diversos tipos de plantas para a África Subsariana.

As ilhas apresentam características distintas em relação a outros destinos turísticos. Baum (1993) identificou várias características ‘típicas’ de turismo em ilhas que acentua essas diferenças. Estas incluem:

- Alta dependência económica em relação às pequenas indústrias e produtos, incluindo turismo;
- Uma gama limitada de produtos turísticos;
- Avultados volumes de investimentos externos em ‘*resort facilities*’, impondo padrões internacionais, sem se importar com os padrões da arquitectura local;

Os geógrafos reconhecem este importante papel que as ilhas desempenham, aliás existem diferentes fenómenos geográficos nas ilhas que poderão ser estudados por especialistas das mais distintas áreas do conhecimento. Talvez, o que mais sobressai nas ilhas é o seu ‘carácter’ exótico.

Muitos dos estudos sobre impactes do turismo em pequenas ilhas tem colocado ênfase sobre os impactes económicos deixando de lado os impactes sociais (Archer, 1985; de Kadt, 1979; Tisdell, Aislabie; Wilkinson, 1987). Segundo Conlin e Baum (1995) existe um número considerável de literatura sobre marketing de destinos de ilhas e gestão e planeamento (Briguglio et al; 1996; Lockhart e Drakakis-Smith, 1997; Wilkinson, 1987).

Para Butler (1993) embora o desenvolvimento do turismo em ilhas tem despertado grande interesse da comunidade acadêmica e da investigação em geral, falta-lhe um ‘quadro teórico’ e conceptual sólido. Neste particular, Butler propõe o seu próprio modelo orgânico em que os destinos turísticos passam por um ciclo evolutivo.

De acordo com este modelo, Butler (1993, p.74) argumenta que “as áreas de destino turísticos são essencialmente orgânicos”, ou seja, passam por um processo semelhante ao de crescimento e mudanças com o passar do tempo, independentemente da sua localização espacial, ou em larga escala, a ‘base’ das suas ‘*attractivity*’.

Para Butler (1993, p.74) o desenvolvimento é um processo geral ou um ciclo evolutivo que pode ser identificado. “*The development is a general process or cycle of evolution can be identified*”. Este autor (1993) considera os padrões gerais de desenvolvimento turístico, caracterizado por um período exploratório em que um número reduzido de visitantes ‘descobrem’ o destino, a título individual, utilizando ‘*facilities*’ existentes.

Neste contexto, numa Conferência Internacional sobre Turismo Sustentável em Ilhas e Pequenos Estados Insulares, decorrido na Universidade de Malta em 1993, Butler considerou o desenvolvimento do turismo em muitas áreas, marcado por um crescimento bastante acelerado em que o tipo de turismo praticado e de turistas, ‘por vezes’, acabam por degradar os recursos disponíveis que estão na origem das atrações dos próprios visitantes.

Por conseguinte, estas e outras situações têm contribuído para a emergência do turismo sustentado e de outras formas de turismo alternativo, ao invés do turismo de massa que teve impactes negativos para o ambiente, em vários destinos de ilhas.

Daí que ‘muitos’ defendem um modelo sustentável de desenvolvimento do turismo para as ilhas e demais regiões isoladas de modo a causar menos danos no ambiente e beneficiar mais as comunidades das áreas de destino.

Ritchie (1993) num *'paper'* sobre o turismo em ilhas apresentou um inventário síntese de uma série de questões que afectam o turismo nesses territórios. De entre as várias questões levantadas pode-se destacar: (i) a preocupação com a competitividade dos destinos insulares e com o ambiente; (ii) aposta num modelo de desenvolvimento turístico integrado com outros sectores da economia como a agricultura, pesca e a indústria em geral (iii) a necessidade de uma política de recursos humanos eficaz.

Para Conlin e Baum (1995) as grandes questões para o turismo em ilhas relacionam-se com: problemas de planeamento; políticas de desenvolvimento; sustentabilidade do turismo, marketing e competitividade.

Segundo os mesmos autores (1995) uma análise sobre o turismo em ilhas precisa inevitavelmente começar com a discussão sobre 'o que constitui realmente uma ilha'. O conceito de ilhas tem merecido atenção tanto dos geógrafos como de outros académicos no contexto do desenvolvimento económico e social (Lockart, 1993). Muitas reflexões tem surgido à volta deste conceito e vários são os factores considerados na sua definição. Segundo Gössling (2003) as ilhas foram desde sempre definidas como superfícies de terras cercadas por água e de menor tamanho que os continentes.

Para Martins (2004) as ilhas têm uma 'envolvência' inata para o turismo, muitas vezes, associada ao romantismo. Pelas suas características específicas talvez, pode se dizer que elas têm uma vocação natural para o desenvolvimento do turismo.

Segundo Pearce (1987, p. 165) as ilhas normalmente geram uma imagem positiva para os turistas. Para este autor, a predominância de um turismo de sol e praia, especialmente em ilhas tropicais e subtropicais é uma consequência directa de uma situação insular e de uma gama limitada de outros possíveis recursos turísticos.

Em termos geográficos a maioria das ilhas que constitui destinos preferenciais dos turistas encontram-se localizados entre o Trópico de Câncer e o Trópico de Capricórnio. O desenvolvimento do turismo nessas regiões coincide com o esplendor do turismo de massa, associado à imagem do paraíso terrestre promovida pelos órgãos de comunicação social.

O desenvolvimento do turismo em ilhas ganhou maior expressão na região mediterrânea e nas Caraíbas. O turismo de massa ainda é fortemente motivado pela procura de sol e praia, logo concentrando mais nos espaços litorais.

Para muitos países, especialmente os Pequenos Estados Insulares (SIDS), o turismo tornou-se a principal actividade económica e a maior fonte de captação de divisas e de emprego. O turismo em ilhas poderá ser encarado como uma opção de desenvolvimento.

As ilhas Canárias são um exemplo, ainda que o modelo de desenvolvimento de turismo de massa ali praticado esteja praticamente esgotado. Contudo, isto não significa que este modelo não possa ainda ser aplicado. Pode ser aplicado desde que seja na óptica de sustentabilidade económica, social e ambiental, salvaguardando sempre os interesses das gerações vindouras.

Segundo Briguglio, Butler, Harrison, *et. al.*, (1996, p.53) “não há dúvidas que o impacte da insularidade é, pois com certeza, mais significativa nas ilhas de pequena dimensão”. Royle (2001) considera um dos problemas comuns às ilhas a reduzida dimensão económica e social. As ilhas de pequena dimensão segundo Royle (2001) são limitadas em termos de tamanho, recursos económicos, população e poder político.

Muito cedo, antropólogos como Margaret Mead em Samoa e Malinowski, no sul do Pacífico demonstraram interesses em estudar sociedades das ilhas e produziram importantes pesquisas. O maior interesse académico em estudar fenómenos em ilhas despertou-se nos anos 90 com economistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e outros.

De um modo geral as ilhas de pequena dimensão apresentam características socioeconómicas bastante similares que as identifica, enquanto tal. Destacam-se (i) escassez de recursos de utilidade económica; (ii) pequenez do mercado interno; (iii) base produtiva pouco diversificada; (iv) ausência de uma economia de escala; (v) falta de infra-estruturas, (vi) grande dependência externa, (vii) problemas de segurança e comunicação.

Apesar dessas limitações, muitas ilhas partilham de importantes recursos naturais: praias arenosas, clima quente, potencial para pesca e muitos outros recursos que também se forem bem geridas poderão contribuir para potenciar o seu desenvolvimento.

Um dos constrangimentos que mais pode limitar a diversificação económica das ilhas de reduzida dimensão, pode ser o facto de possuir um número muito reduzido de população, tornando pois, o mercado interno muito limitado. Embora as regiões insulares sejam diferentes em termos de recursos económicos e da própria estrutura administrativa, o problema da insularidade é comum a todas elas.

Várias são as ilhas que hoje constituem destinos preferenciais de milhares de turistas. É o caso das Caraíbas no Pacífico, das ilhas Fiji, das ilhas Canárias, dos Comores, das Filipinas, do Haiti, entre muitas outras que se distinguem, enquanto destino turístico. Estas atraem fluxos de turistas em massa, sobretudo, provenientes do norte da Europa.

O desenvolvimento do turismo nas Caraíbas foi graças, sobretudo, aos investimentos estrangeiros consideráveis. Trata-se de uma região onde o turismo teve um grande crescimento, mas também, uma grande dependência. A proximidade em relação à América do Norte e à Europa, principais mercados emissores de turismo internacional facilitou sobremaneira o desenvolvimento do turismo nesta região. Em virtude dos investimentos estrangeiros e da sua aproximação em relação à Europa e à América do Norte, a região das Caraíbas conheceu um alto nível de desenvolvimento turístico, sobretudo nas pequenas ilhas.

Segundo Ritchie e Hawkins (1993) “a situação geográfica, a história, o grau de modernização e a política do turismo” explicam a discrepância em termos de desenvolvimento do turismo entre as regiões das Caraíbas e do Pacífico. Estes autores alegam que “a proximidade das Caraíbas em relação à América do Norte e da Europa tem facilitado a descoberta muito cedo e o desenvolvimento de destinos como-*Bermuda, Bahamas, Barbados U.S. Virgin Is*” enquanto destinos relativamente ‘baratos’.

2.3 Implicações Socioeconómicas

Para a grande maioria das ilhas, o turismo é a principal actividade económica em termos de criação de emprego, arrecadação de receitas e entrada de divisas. A maioria dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento enfrentam o problema da falta de capital para grandes investimentos locais e por isso, tem de recorrer-se aos investimentos estrangeiros para garantir o financiamento que o turismo requer.

Assim, muitos governos dos pequenos estados insulares em desenvolvimento tentam atrair capital estrangeiro através de incentivos especiais, como é o caso de Cabo Verde. Se isto até certo ponto pode ser benéfico e necessário, pode privar o Estado durante algum tempo de uma parte significativa da renda proveniente do turismo.

Por conseguinte, como a maioria do capital investido é estrangeiro, torna-se difícil impor critérios de sustentabilidade aos investidores. Por isso, é fundamental incentivar investimentos nacionais ou por outro criar parcerias estratégicas entre o sector público e empresário privado.

Segundo Jafari (1996) o turismo constitui uma das poucas oportunidades para diversificação da economia em muitas ilhas de pequena dimensão. Por exemplo, muitos dos pequenos países e Estados insulares, são pobres em recursos naturais de valor económico e são muito dependentes do turismo internacional como fonte de divisas.

Em muitos Pequenos Estados Insulares o turismo tem sido um dos mais importantes factores de crescimento do Produto Interno Bruto. Por exemplo, em *Seychelles* segundo World Travel and Tourism Council (WTTC, 2006) estimam-se que as viagens e turismo contribui com cerca de 29,2% para o PIB e cria cerca de 25,000 postos de trabalho em 2006.

Para muitas ilhas, o turismo tornou-se a principal actividade económica durante os últimos 15 anos em termos de renda e geração de emprego (WTO, 2004). Confrontado com uma

série de limitações em termos de opções de desenvolvimento, o turismo pode constituir uma estratégia de desenvolvimento para ilhas, em especial, os Pequenos Estados Insulares.

Certamente, em muitas ilhas, consideradas micro – Estados Insulares onde os recursos naturais são limitados, o turismo tem-se tornado no sector económico dominante. É o caso das ilhas Caraíbas, das ilhas do Oceano Índico (Seychelles e Maurícias) e das ilhas do sul do Pacífico e das Canárias no Atlântico norte. Contudo, a extensão da actividade turística nesses países varia muito em função das potencialidades de cada um e das suas respectivas estruturas económicas.

Segundo Ghosh, Siddique e Gabbay (2003) o turismo tem um significado especial no desenvolvimento de muitos países do oceano Índico. Nesta região tem contribuído de forma marcante para o desenvolvimento, sobretudo das ilhas Seychelles e Maurícias.

Reconhecendo a contribuição potencial do turismo na diversificação económica, criação de emprego e do rendimento, muitas ilhas tem adoptado o turismo como principal alternativa económica (Lockart, 1997). Como resultado, muitas ilhas transformaram-se em destinos de turismo de massa particularmente na região mediterrânica e nas Caraíbas.

Para além do emprego, o turismo é um sector que pode atrair importantes volumes de investimentos, sobretudo investimentos estrangeiros, estimulando o crescimento da economia regional ou local. O capital estrangeiro pode acelerar o desenvolvimento, promover o espírito empresarial e permitir a entrada de novas tecnologias.

Para Ryan e Elliot (1993) pode-se afirmar com segurança que o turismo é o maior contribuinte para a economia das ilhas. Sendo uma importante fonte de rendimento e emprego a sua contribuição poderá ser fundamental e necessária à resolução de muitos dos problemas que as ilhas enfrentam.

Segundo Ritchie (1993) “ em muitos casos, as ilhas são relativamente pequenas, isoladas e não têm recursos nem habilidades para desenvolver a indústria de base. Como tal, dependem por vezes, muito excessivamente do turismo para o sucesso do desenvolvimento

económico e social.” Para o mesmo autor (1993) os destinos de ilhas precisam ser visto em termos de desenvolvimento turístico de uma forma integrada com outros sectores da economia (agricultura, pesca e indústria).

Para Carlsen (2003) existem um conjunto de aspectos comuns que dificultam o desenvolvimento das ilhas. Incluem, altos custos de transportes, alterações demográficas, educação e emprego, desemprego juvenil, desenvolvimento de infra-estruturas, investimento externo e ambiente frágil.

De acordo ainda com Carlsen (2003) o crescimento do sector terciário nas áreas da educação, saúde, comunicação e turismo também facilitou a modernização de economia das ilhas e adopção de valores culturais ‘Ocidentais’.

Segundo Conlin e Baum (1995, p. 5) “o impacte económico do turismo em ilhas é sentido de várias maneiras”. Obviamente, que o impacte mais directo é a entrada de divisas e o investimento. Por exemplo, em Malta as despesas turísticas tem um impacte directo relativamente grande na economia, contribuindo com cerca de 15% do PIB. Contudo, é evidente que o turismo em ilhas tem efeitos económicos importantes na criação de emprego e outros efeitos multiplicadores.

Assim, na avaliação do impacte económico do turismo em ilhas deve-se considerar: o número de visitantes; o emprego gerado e a sua contribuição no rendimento nacional e regional. Por exemplo, em muitas ilhas das Caraíbas o turismo contribui com cerca de 20 a 50% no PIB.

A análise de multiplicador turístico em Malta indica que as despesas turísticas tende a ter um alto efeito multiplicador em relação à maior parte das exportações de mercadoria (Conlin e Baum, 1995). Malta é uma pequena ilha mediterrânea onde o turismo teve um grande impacto na sua economia.

2.4 Casos de sucesso

Existem muitos casos de sucessos do desenvolvimento de turismo em ilhas. Neste estudo, considera-se os casos de Seychelles, Maurícias, e Canárias. Em África insular pode-se apontar dois casos de sucesso de desenvolvimento do turismo – Seychelles e Maurícias. Esses Pequenos Estados Insulares viram no turismo uma grande oportunidade de desenvolverem as suas economias. Aposta que resultou no aumento significativo do rendimento e do emprego. O turismo contribuiu grandemente para o crescimento económico de Seychelles e Maurícias.

Segundo Siddique e Ghosh (2003), Seychelles e Maurícias são países com enormes potencialidades para o desenvolvimento do turismo. Nos outros três Pequenos Estados Insulares: Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe e Comores, apesar de estarem numa fase exploratória, o lento processo de desenvolvimento do turismo nestes países são atribuídos ao lento processo de desenvolvimento económico, de infra-estruturas físicas e de recursos humanos.

Por outro lado, estes observam ainda que vários micros – Estados do Pacífico são muito dependentes de determinados mercados emissores de turismo. É o caso das ilhas Cook, Fiji, ilhas do Salomão, que são altamente dependentes da Austrália e da Nova Zelândia.

Segundo Conlin e Baum (1995) enquanto nas ilhas como Maldivas, *Seychelles*, *Bahamas*, Jamaica e *Fiji*, o turismo tornou-se no sector económico dominante, em muitas outras cuja distância e acessibilidade constitui ainda um problema, esta actividade é desenvolvida em pequena escala.

As ilhas possuem particularidades que as tornam um caso especial de desenvolvimento de turismo. Este facto justifica-se em parte devido as suas características especiais em relação aos recursos naturais, económicos e em muitos casos, culturais.

2.4.1 Seychelles

As ilhas Seychelles situam-se um pouco a sul do equador e tem um clima tropical com uma estação chuvosa de Outubro a Fevereiro. Dispõem de fracos recursos naturais e um solo muito pobre para à prática da agricultura. Consequentemente, o país depende da importação para satisfazer as suas necessidades básicas em termos de bens comestíveis.

Inicialmente, a economia de Seychelles era muito dependente da agricultura e da pesca. O turismo, surgiu como forma de diversificar a sua economia e promover o desenvolvimento do país. Esta opção motivou a construção do seu primeiro aeroporto internacional em 1964 (Anse Dejeuner) e aberto em 1971.

O turismo em Seychelles iniciou na década de 1960, quando ainda os visitantes chegavam através de barcos. Com a construção do aeroporto em 1967 o turismo começou a ganhar impulso e a reflectir na sua economia. Isto significa para Seychelles um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo. O turismo em Seychelles passou mesmo a ser integrado nos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

A partir de então, a procura das ilhas enquanto destino turístico multiplicou-se significativamente. Passaram quase duas décadas para a indústria do turismo desenvolver-se rapidamente bem como a criação de infra-estruturas de suporte.

O clima tropical, a beleza natural e paisagística bem como a sua diversidade cultural facilitaram o desenvolvimento turístico nessas ilhas. Logo após a sua independência em 1976 o turismo passou a integrar o plano de governo para o rápido desenvolvimento económico.

Segundo a *Commonwealth Secretariat* (2004) em *Seychelles*, o turismo contribui com cerca de 30% da força de trabalho, ou seja, o crescimento desse sector é muito importante para a criação de postos de trabalho. Os dados desta organização indicam que cerca de 52,9% das pessoas empregadas estavam no sector privado em 1999. Em 2006 segundo a

WTTC (2006) estima-se que o turismo contribui com cerca de 25,000 postos de trabalhos e contribui com cerca de 29,2% no PIB.

Segundo Gabbay e Ghosh (2003) os esforços do governo para alargar a base económica do país via industrialização têm encontrado vários constrangimentos como: (i) pequenez do mercado interno; (ii) dificuldades em penetrar no mercado internacional; (iii) altos custos de produção e de transportes; (iv) ausência de um ambiente industrial favorável; (v) ausência de uma base tecnológica endógena; (vi) fracos recursos em termos de matéria-prima; (vii) falta de incentivos bem definidos capaz de atrair investimentos estrangeiros.

Por conseguinte, de acordo com Gabbay e Ghosh (2003) a característica económica principal de Seychelles é a sua confiança no turismo. Segundo os mesmos autores, o turismo é a maior fonte de entrada de divisas para este país e contribui para engrossar o Produto Interno Bruto (PIB), receitas governamentais e emprego. Por conseguinte, Rach (1993) considera Seychelles um país economicamente dependente do turismo, sobretudo no que se refere às divisas, emprego e crescimento económico.

Em 1990, o número de turistas entrado neste país ultrapassou os 100.000. Já em 1991 a Guerra do Golfo teve um impacto adverso no turismo. A subida de preço dos combustíveis aliada ao medo do terrorismo conduziu por sua vez, ao aumento das tarifas aéreas internacionais e domésticas.

Segundo Rach em 1993, com a compra do segundo Boeing 757 e com a abertura de novas rotas a entrada de turistas viu-se recuperar em alta. Para este autor, o sucesso obtido deve-se também a uma campanha desenfreada junto de turistas israelitas, sul-africanos e muitos outros. É a tal diversificação de mercado e a aposta na conquista de novos mercados.

Seychelles não têm sofrido grandes oscilações sazonais na entrada de turistas ao longo dos anos devido ao seu clima favorável. O governo de Seychelles tem desencadeado um corredor diplomático a nível internacional com o objectivo de transformar esse pequeno país insular num centro de conferência internacional. Esta estratégia tem reflectido no aumento do número de entrada de estrangeiros para o país.

Em termos de impactes na economia, o turismo tem criado muitas oportunidades de emprego nessas ilhas. Actualmente o turismo é considerado a principal actividade económica de Seychelles. Segundo Rach (1993) em Seychelles os Planos Nacionais de Desenvolvimento demonstram claramente a preocupação do governo com o desenvolvimento e a manutenção da qualidade do produto turístico. O objectivo é integrar as políticas relativas ao turismo com vista a assegurar a qualidade do produto turístico.

Rach (1993, p. 283) considera a cooperação activa entre as várias estruturas governamentais, um factor chave de sucesso das políticas adoptadas nessas ilhas para promover a qualidade do produto. Para tanto, o governo apostou num sistema que permite assegurar o desenvolvimento controlado do turismo em todo o país.

Para Rach a aposta na “qualidade do produto turístico” foi uma das estratégias adoptada pelo Governo de Seychelles para manter o preço dos produtos relativamente alto e minimizar os impactes negativos do turismo sobre o ambiente. Segundo Rach (1993) devido a necessidade de manter a qualidade do produto turístico, foi criada e implementada uma política de desenvolvimento turístico sustentável baseada na premissa, “turismo de qualidade”.

Apesar do turismo continuar a ser um sector importante na economia de *Seychelles*, desde 1996 tem vindo a reduzir o número de entrada de turistas. Trata-se de um destino altamente dependente do mercado europeu que representa cerca de 80% de chegada via aérea. A procura provém, sobretudo, de países como a França, Reino Unido, Itália, e Alemanha.

Segundo Rach (1993) o governo de Seychelles adoptou uma estratégia que visa melhorar a qualidade do produto turístico para manter os preços relativamente altos. Tudo para manter o ambiente como principal atractivo. Portanto, a política do governo de Seychelles é controlar o número limite de camas e minimizar os impactes dos visitantes nas ilhas. Ao limitar o número de camas reduz o ritmo de desenvolvimento da indústria de edifícios, emprego, receitas governamentais, o que limita o crescimento económico do país.

Esta política adoptada por *Seychelles*, embora limita os benefícios económicos derivados do turismo, trata-se de uma estratégia que permite assegurar o desenvolvimento do turismo de uma forma sustentável, já que os recursos naturais constituem o principal atractivo turístico.

2.4.2 Maurícias

À semelhança de *Seychelles*, as ilhas Maurícias têm sido um dos mais importantes destinos turísticos no oceano Índico. Entre as economias dos pequenos países dos Estados Insulares, Maurícias é um destino turístico receptor de destaque não só no oceano Índico mas também, no mercado turístico mundial.

A estabilidade política e o regime democrático constituem dois factores considerados de sucesso no desenvolvimento turístico destas ilhas. Muitos destinos africanos não conseguem competir com este destino por causa da instabilidade política.

Segundo Proust (2000), desde a independência, Maurícias emergiu como um modelo próspero de desenvolvimento socioeconómico. Para este autor, depois de um período inicial de alta pobreza, desemprego e monocultura de açúcar, a economia foi diversificada e actualmente a manufactura tem tornado numa das mais importantes indústrias ali desenvolvida.

Segundo Conlin e Baum (1995) em Maurícias, a indústria do turismo é a terceira mais importante actividade económica depois de comércio e agricultura. Deste modo, o turismo funciona como um complemento às actividades agrícolas, pesca e à manufactura. O sector privado tem desempenhado um papel chave no desenvolvimento dessas ilhas.

O turismo é ali desenvolvido paralelamente a outras actividades industriais, aliás o governo tem apostado na diversificação do sector económico. Por isso, embora o turismo constitui um sector importante no desenvolvimento das Maurícias, esta não depende exclusivamente desta actividade. O sucesso de desenvolvimento económico das Maurícias pode ser

atribuído a uma combinação de factores endógenos e exógenos que transformou a sua indústria de base agrícola numa indústria manufacturada voltada para exportação.

O desenvolvimento do turismo nas ilhas Maurícias iniciou-se após sua independência em 1967 e, foi a partir dali que o Governo das ilhas criou as infra-estruturas e as superestruturas necessárias ao desenvolvimento deste sector. Graças ao desenvolvimento dos transportes aéreos estas ilhas tornaram-se mais acessíveis e competitivas no mercado internacional.

Embora o turismo nas Maurícias tenha iniciado já na década de 60, o seu crescimento rápido se registou nos anos 80. Segundo as estatísticas do Governo das Maurícias a partir desta década as ilhas têm recebido uma proporção substancial de visitantes europeus.

Maurícias tiveram um crescimento significativo sobretudo nos anos 90. Em termos de número de visitantes é considerada o segundo maior destino da África oriental depois de Quênia. O destino Maurício é muitas vezes, comparado às Caraíbas.

O turismo ocupa o terceiro pilar da economia Maurícias e constitui uma importante fonte de captação de divisas. Por exemplo, de acordo com as estatísticas oficiais do governo das Maurícias, em 2000, as chegadas de turistas nestas ilhas eram de 650,450, sendo aproximadamente 67% das chegadas turísticas de origem europeia. No mesmo ano o turismo contribuiu com cerca de 11% para o PIB.

As ilhas Maurícias são predominantemente um destino de sol e praia. Estas ilhas possuem uma larga variedade de atracções naturais e artificiais, com um clima subtropical, praias atraentes e uma diversidade de fauna e flora. Estas constituem importantes forças de atracção para as Maurícias.

O governo das Maurícias tem adoptado uma estratégia de desenvolvimento turístico que cause menos impactes no ambiente, ou seja prima por um turismo selectivo, de prestígio, favorecendo um turismo de qualidade. Por outro lado, na sua estratégia de promoção turística tem procurado diversificar o mercado da procura, atraindo turistas de Japão e Singapura.

2.4.3 Ilhas Canárias

Assim como a Espanha continental, em 1960, aconteceu também nas ilhas Canárias as primeiras ondas de turismo de massa. O turismo tornou-se assim, o pilar da economia das Canárias. Durante as duas últimas décadas, as ilhas Canárias têm se tornado num dos destinos mais populares de pacotes de férias.

Segundo Nagle (1999) a maioria dos nove milhões de pessoas que visitam estas ilhas durante o ano procuram as temperaturas ‘mornas’ durante o Inverno europeu. A procura turística nessas ilhas concentra-se sobretudo no Inverno e os investimentos ao longo da costa das ilhas mais ocupadas-Gran Canárias, Tenerife e Lanzarote.

Os grandes fluxos de turistas nas últimas décadas causaram nestas ilhas vários problemas, particularmente ao nível ambiental. Segundo Pearce (1987, p. 154) “ o turismo de massa nas ilhas Canárias desenvolveu-se em redor da rede urbana existente mas condicionado pelas características físicas dos diferentes locais”.

O turismo de sol e praia foi bastante desenvolvido sobretudo nas ilhas de Gran Canárias e Tenerife. Em muitas ilhas segundo Pearce (1987) a pequenez e a reduzida população contribuem para limitar o desenvolvimento do turismo doméstico. Segundo as estatísticas do Governo Regional das Canárias, a indústria de turismo tem crescido muito rapidamente durante os últimos trinta anos nas Canárias, tendo variado a taxa de crescimento à volta de 5,24% entre 1990 e 2002.

O turismo é considerada a principal indústria para as Canárias, contribuindo com aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto. As ilhas Canárias representam cerca de 20% de gastos de turismo em Espanha. As chegadas de turistas internacionais de 1990 a 2003 variam por ano entre 3.5 milhões que corresponde ao valor mínimo de 12.4 milhões no máximo.

2.5 Problemas de Turismo em Ilhas

A preocupação com os problemas específicos dos territórios insulares foi manifestada no Código Mundial de Ética do turismo (1999) e mais tarde nos estudos de Ryan (2002), sem ignorar os vários Fórum Internacional do Turismo em ilhas.

Segundo Royle (2001) as ilhas apresentam alguns constrangimentos que se relacionam com a distância, pequenez (absoluto e/ou relativo), isolamento, periferia, etc. São factores que afectam sobretudo as pequenas ilhas e dificultam o seu processo de desenvolvimento. Por exemplo, o sector produtivo nas pequenas ilhas é especialmente afectado por esses problemas, particularmente no que se refere ao isolamento. Cita-se o caso dos agricultores, em especial dos agricultores cabo-verdianos que enfrentam não só problemas da aridez meteorológica, mas das mais variadas espécies.

Apesar do turismo em ilhas tende a proporcionar aumentos na entrada de divisas, investimentos estrangeiros, rendimento e emprego local, este constitui também alguma ameaça ao equilíbrio ambiental, cultural e social se não for bem planeada e gerida.

Segundo Carlsen (2003) a necessidade de encontrar uma aproximação equilibrada e integrada para as ilhas no que se refere ao planeamento e desenvolvimento está bem reconhecida (Conlin & Baum, 1995) e uma aproximação multidisciplinar que envolve ciências sociais e biológicas é também necessária.

É verdade que o turismo promove o desenvolvimento das ilhas se for planeado e implementado de modo sustentável, mas também é verdade que pode trazer consequências nefastas para os residentes. No caso do turismo massivo, sabe-se que muitas ilhas têm sofrido um processo de degradação dos seus valores culturais em consequência da sobrecarga de turistas nessas regiões. A interacção entre turistas e residentes nem sempre se processa no sentido da valorização da cultura local.

Por vezes a cultura local é atrofiada e sente-se ameaçada pela imposição de valores que vem de fora para dentro. Contudo, isto não significa que só há perdas mas em muitos casos o que há é um processo de aculturação.

Segundo Lockart et al., (1993) as ilhas apresentam aspectos característicos intrínsecos que as tornam bastante vulneráveis. Por exemplo, as pequenas ilhas são considerados vulneráveis pelo seu tamanho, insularidade e distância, factores ambientais, demográficos e pela própria estrutura económica. São ilhas com recursos naturais de base limitada e onde existe uma grande pressão sobre os mesmos. Neste caso, o ambiente também é considerado bastante frágil, em virtude da grande pressão sobre recursos naturais que são à partida limitados, do problema da insegurança, fraca capacidade de intervenção em caso de catástrofe natural e a existência de grandes extensões litorais.

Devido ao carácter insular e à distância em relação aos continentes, na maior parte das vezes, os custos de transportes externos em relação às ilhas e conseqüentemente dos bens importados são altos, para além do tempo de demora.

Do ponto de vista demográfico, apresentam uma população reduzida, recursos humanos limitados, rápido crescimento populacional, centros urbanos simples, população concentrada ao longo da costa, 'deseconomia' de escala e alto custo per capita em relação às infra-estruturas e serviços.

Por último, factores económicos relacionados com o reduzido mercado interno, forte dependência financeira externa, dependência de recursos naturais e fraca capacidade produtiva e estrutura económica pouco diversificada também são característicos das ilhas pequenas.

Segundo Conlin e Baum (1995) as ilhas enfrentam particularmente, dificuldades em termos de competitividade por causa de um grande número de desvantagens. São geralmente as dificuldades de acesso, a fragilidade dos ecossistemas, uma economia pouco diversificada, entre outras. As mudanças ocorridas no seu ecossistema podem relacionar-se com as alterações demográficas e a sua capacidade de carga.

Para o mesmo autor (1995) um dos grandes problemas do turismo em ilhas prende-se com a questão do planeamento e da política de desenvolvimento em turismo, assim como a sua sustentabilidade, marketing e por fim, a competitividade.

Devido as dificuldades de acesso, por vezes, muitos turistas tem que fazer um esforço maior para poder visitar determinados destinos. O custo das viagens, por vezes, é exorbitante o que constitui um factor inibidor.

Butler (1996) apresentou de forma sistemática um conjunto de problemas específicos ao desenvolvimento do turismo em ilhas que podem ser resumido de seguinte modo: (i) o desenvolvimento do turismo em ilhas é dominado e controlado por forças externas; (ii) há uma grande dependência externa, particularmente, no caso do turismo; (iii) mercado local limitado e comunicações deficientes; (iv) as ilhas e as regiões periféricas são mais vulneráveis aos impactos do turismo.

Em virtude da fragilidade do seu ecossistema, torna-se necessário desenvolver programas de sensibilização ambiental dirigido tanto à população local como aos turistas de forma a salvaguardar os interesses das gerações futuras. Neste particular, é fundamental inventariar e definir as áreas protegidas, assim como, a sua capacidade de carga.

Para Pearce (1989), “as ilhas e as regiões periféricas em geral são especialmente vulneráveis às influências externas e à pressão em todas as formas de actividade económica.”

Em muitas ilhas, as altas densidades turísticas em relação à sua população e superfície constitui um problema sério de saturação. Torna-se fundamental determinar a capacidade de carga da área de destino num processo de planeamento e de gestão. Nalgumas ilhas das Caraíbas existem programas de educação dirigida à indústria turística. Esses programas variam consideravelmente nos seus objectivos, estruturas e qualidade.

Alguns problemas das ilhas resultam das suas próprias características específicas em relação à economia. Por exemplo, a vulnerabilidade não se manifesta apenas em termos

geográficos, mas também económicos e de muitas outras formas. Muitos pequenos países insulares viram a sua economia muito dependente das actividades turísticas tornando-se mais vulneráveis às flutuações sazonais da procura.

De um modo geral as ilhas são vulneráveis às influências externas, têm um mercado local bastante limitado e sistemas de transportes e comunicações pouco desenvolvido. Por isso, a sustentabilidade do turismo em ilhas tem sido um tema muito debatido e um dos principais problemas a enfrentar. Este poderá ser um tema a desenvolver-se nos próximos trabalhos de investigação.

2.6 Conclusão

O turismo tem transformado num importante vector de desenvolvimento económico para muitas ilhas e Pequenos Estados Insulares. Sendo importante fonte de rendimento e de criação de emprego tem contribuído para minimizar muitos dos problemas que estas regiões enfrentam.

Embora se reconhece a importância do turismo para o desenvolvimento das ilhas, estas não dependem exclusivamente do mesmo, mas também, da própria estrutura e dinâmica dos diferentes sectores da economia local. Contudo, os efeitos do turismo não se esgotam aos benefícios económicos nas áreas de destino. Os contactos entre indivíduos e povos de culturas e níveis sociais diferentes, também são importantes, porque podem repercutir no modo de ser e de estar tanto dos residentes como dos visitantes.

Constata-se que os estudos sobre turismo nas ilhas, muitas vezes, assumem a ‘postura’ de estudos de caso. Denota-se uma certa preocupação em salvaguardar os interesses ambientais, embora a relação entre o turismo e o ambiente natural constitui um tema emergente.

Observa-se uma certa predominância da procura do produto ‘sol e praia’ em relação às ilhas, daí uma grande concentração do turismo ao longo da costa. Em termos do modelo de

desenvolvimento turístico para as ilhas existe uma grande preocupação com as questões ambientais. Discute-se muito a aplicação do modelo integrado de desenvolvimento tendo em conta outros sectores económicos. Outros, propõe um modelo de desenvolvimento sustentável cuja preocupação fundamental vai além de simples interesses económicos.

A opção pelo desenvolvimento do turismo pode constituir uma das grandes alternativas de desenvolvimento, mas isto também traz um conjunto de problemas, entre os quais a grande dependência externa, sobretudo do capital estrangeiro. O que poderá condicionar o desenvolvimento de fora para dentro e estar sujeita às oscilações da conjuntura internacional.

Um dos grandes perigos para as ilhas é a monocultura do turismo. Por isso, é fundamental diversificar a produção e desenvolver uma estratégia baseada na promoção de outros sectores da economia (agricultura, pesca, indústria, etc.). O estímulo aos empresários nacionais também pode constituir uma mais valia para as ilhas.

Verifica-se que a grande dependência do capital estrangeiro pode reduzir ainda mais os efeitos multiplicadores do turismo nas áreas de destino dado que uma boa parte do rendimento é canalizada para o estrangeiro.

Por fim, observa-se que em relação aos Pequenos Países e Estados Insulares, enquanto Seychelles e Maurícias estão a adoptar políticas que visem aumentar a qualidade de produto turístico, em ilhas, como São Tomé e Príncipe; Cabo Verde e Comores estão ainda a procurar fortalecer programas de desenvolvimento de turismo.

Facto curioso é que a maioria dos Pequenos Países e Estados Africanos insulares em desenvolvimento tem deparado com o problema da falta de capital local para grandes investimentos, e em muitos casos há uma classe empresarial local pouco expressiva. Neste caso, as necessidades em termos de financiamento para o desenvolvimento do sector de turismo são satisfeitas basicamente recorrendo ao investimento estrangeiro.

Conclui-se que por falta de capital de investimento, os Governos dos Pequenos Países e Estados insulares africanos fazem esforços especiais para atraírem o capital estrangeiro, concedendo incentivos fiscais aos investidores estrangeiros, acabando por reduzir o rendimento derivado do turismo.

Capítulo 3 Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

3.1 Introdução

Depois de uma breve abordagem sobre o desenvolvimento do turismo nas Maurícias, Seychelles e Canárias, procura-se discutir neste capítulo, os principais aspectos evolutivos do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e o seu impacte na economia nacional.

Esta abordagem é importante, porque permite não só conhecer as diferentes fases do desenvolvimento de turismo no país, mas também, enquadrar o caso específico do Sal. Embora o turismo seja uma actividade desenvolvida ao nível regional e local as suas implicações ultrapassam as fronteiras de uma ilha. Pois, as grandes orientações políticas e estratégicas são traçadas ao nível nacional, daí os seus reflexos ao nível macroeconómico.

Com este capítulo, pretende-se contextualizar o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a fim de compreender os seus impactes ao nível regional e local. Com base nos indicadores estatísticos procurar-se-á analisar os principais impactes do turismo ao nível nacional e as suas implicações no desenvolvimento regional, caso do Sal. Conhecer a realidade socio-económica do país, bem como as suas políticas de desenvolvimento, sobretudo no sector do turismo é fundamental nesta análise.

Para tanto, focaliza-se os aspectos mais relevantes no que respeita às potencialidades turísticas existentes e às dificuldades na promoção e no desenvolvimento do turismo. Apoiando nas estatísticos do turismo far-se-á uma análise comparativa, com destaque para a ilha do Sal.

Apesar do turismo constituir uma actividade de carácter regional, a maioria dos indicadores estatísticos existentes são ao nível macroeconómico. Por isso, apoia-se muito nos dados macroeconómicos para efeitos de análise regional. Contudo, indicadores como volume de investimentos, capacidade de alojamento, estatísticas de emprego permitem analisar os impactes a diferentes escalas.

3.2 Caracterização do Arquipélago

Cabo Verde é um pequeno país insular, situado no Atlântico Norte, a cerca de 450kms da costa ocidental africana. Com cerca de 4033km² de superfície e uma população de aproximadamente 500,000 habitantes faz parte do grupo dos Pequenos Países Insulares da África Ocidental.

Apresenta características geográficas muito semelhante às demais ilhas do Atlântico norte, caso dos Açores, Madeira e Canárias. Atendendo às suas características geográficas faz parte integrante do grupo das ilhas da macaronésia.

A região macaronésica é constituída por um conjunto de ilhas atlânticas, que de norte a sul, representam os arquipélagos dos Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde. São ilhas de origem vulcânica, sob a influência dos ventos alísios, com características muito semelhantes em termos de fauna e flora.

Como país arquipélago, Cabo Verde é constituída por 10 ilhas dispersas no Atlântico, com particularidades geográficas e humanas muito específicas e com potencialidades para o desenvolvimento do turismo balnear, de montanha e cultural.

As ilhas diferem entre si, tanto no aspecto orográfico como climático, possuindo cada uma especificidade própria em termos de potencial para o turismo. A orografia das ilhas, o vulcanismo, as particularidades geológicas bem como a biodiversidade das zonas altas, o vento, o sol e a paisagem funcionam como importantes atractivos para o desenvolvimento do turismo de montanha. As ilhas montanhosas (Santo Antão, Fogo, Santiago e São Nicolau) são as que apresentam maiores potencialidades neste domínio.

Em relação às ilhas planas, as extensas praias de areia branca, associada às condições climáticas favoráveis (sol, vento, correntes, marés e ondulações), poderão ser aproveitadas para o desenvolvimento do turismo associado aos desportos náuticos. O seu clima ameno constitui um importante recurso turístico e pode funcionar como atractivo turístico e fixação temporária de pessoas de outras regiões geográficas.

É pois, no quadro da valorização dos recursos naturais existentes que o Relatório da Missão da Organização Mundial do Turismo (Maio de 2000) recomenda um levantamento exaustivo dos recursos turísticos de todas as ilhas do Arquipélago.

O potencial turístico das ilhas permitirá desenvolver diferentes tipos de turismo, desde o turismo de sol e praia (mergulho, Windsurf e pesca no alto mar); turismo de natureza (caminhadas, escaladas, passeios a cavalo, de bicicleta, entre outros); passando pelo turismo de circuitos (itinerários interessantes e pitorescos em quase todas as ilhas) ao turismo cultural que consiste no contacto directo com a cultura das ilhas, isto é, conhecer os hábitos e costumes, através das festas tradicionais, do Carnaval, da música, da gastronomia, da literatura, do artesanato, etc.

3.3 Quadro Económico das Ilhas a partir de 1990

Neste item, apresenta-se uma breve caracterização do panorama económico das ilhas a partir da década de 90, considerando as principais orientações políticas adoptadas ao nível económico, com destaque para o sector do turismo.

O desenvolvimento de Cabo Verde nas duas últimas décadas tem sido marcado por avanços significativos, apesar da sua vulnerabilidade económica e geográfica, pobreza de recursos económicos e da fraca capacidade produtiva. A dinâmica do crescimento económico do país da independência à actualidade vem registando uma fraca alteração na estrutura produtiva-pese a recente e relativa excepção do turismo.

Os principais recursos naturais com potencial económico são os recursos marinhos, sal, energia solar e eólica, pozolana e inertes que ainda são sub explorados. Segundo estudos realizados pelo Ministério da Pescas, o país dispõe de um grande potencial para a pesca. Contudo, a falta de tecnologia moderna adequada para esta actividade em águas profundas e a necessidade de modernizar o sector, são factores que dificultam a sua exploração.

Além de potencialidades no domínio das pescas que aliás, constitui um dos grandes recursos económicos do país, a agricultura, silvicultura e pecuária, tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento económico e social, particularmente no meio rural, nas ilhas de vocação agrícola. Uma agricultura de subsistência, dependente das condições meteorológicas adversas e como tal de baixo rendimento.

Não obstante, o peso deste sector no PIB tenha oscilado entre 12 e 9% na década de 90 nota-se a tendência para a diminuição da actividade nesse sector, sobretudo na camada jovem. Com o turismo, a actividade agrícola poderá vir a desenvolver-se de forma mais eficaz e sentir-se mais valorizada de modo a responder às necessidades da procura. Pode-se aproveitar as oportunidades que o sector do turismo oferece para diversificar a produção e colocar no mercado novos produtos.

Em termos de infra-estruturas, o país conta actualmente com três aeroportos internacionais, que fazem conexões directa com a Europa, América e África. São os aeroportos Amílcar Cabral no Sal, Francisco Mendes na Praia e o de Boavista que está para breve a sua inauguração.

Em termos de comunicação, o país está dotado de um sistema de tecnologia avançada (fibra óptica) com acesso aos principais serviços de comunicação mundiais (Internet, fax, rede móvel, rede de dados, entre outros) indispensáveis ao desenvolvimento do turismo.

O desenvolvimento de Cabo Verde à semelhança dos demais países insulares está condicionado por diversos factores, desde a pequenez do território e do mercado interno, passando pela insularidade, escassez de recursos e dependência externa. São aspectos característicos da maioria dos Pequenos Países e Estados insulares como foi referido no capítulo II.

A pequenez do espaço territorial e o seu reduzido número de população são factores que dificultam o dinamismo do mercado interno. Os efeitos da pequena dimensão fazem-se sentir ao nível económico, social e ambiental. Por isso, a maioria das empresas existentes no arquipélago são de pequena dimensão e pouco competitivas.

A insularidade prende-se com problemas de transportes, comunicações e vias de acesso tanto aérea como marítima. Torna-se necessário, criar e manter uma rede de infra-estruturas independentes em cada ilha com custos elevados para o país. A descontinuidade territorial e conseqüentemente as dificuldades de comunicação entre as ilhas são por conseguinte, aspectos que agravam ainda mais o processo de desenvolvimento do país.

Portanto, o carácter insular influencia de certo modo as orientações políticas e económicas do país e contribui em certa medida para o aparecimento de deseconomias de escala resultantes da necessidade de multiplicar infra-estruturas básicas, económicas e sociais para o todo nacional. Situação que acaba por reflectir no mercado interno, dificultando o processo de desenvolvimento em curso.

Para satisfazer as necessidades dos seus consumidores e a procura de bens e produtos industriais, o país depende quase totalmente das importações. A dependência é uma das características específicas dos países insulares, tornando-os ainda mais vulneráveis aos choques externos e as dificuldades de transportes e comunicações.

As importações são, sobretudo de Portugal, Holanda, Bélgica, França, Itália, EUA e Brasil. Portugal constitui o principal parceiro comercial. Por exemplo, em 2001 deteve 52,1% do total das importações do País (CVI, 2006). A distância física que separa o arquipélago em relação a esses mercados implica custos acrescidos com os transportes.

Apesar das limitações apontadas, a economia cabo-verdiana tem registado avanços que traduzem em (i) aumento dos fluxos de investimento externo (directo e em carteira) sobretudo no sector de turismo; (ii) alteração da estrutura das exportações de bens com destaque para a indústria ligeira em detrimento dos produtos tradicionais de exportação; (iii) estabilidade do mercado de consumo (iv) retoma do crescimento económico a partir de 1993 a uma taxa média anual de 6,8% no período compreendido entre 1993-2000 (GOP, 2000).

Quadro 3.1 Indicadores macroeconómicos (milhões de Euros)

	2000	2001	2002	2003
Produto Interno Bruto*	582.4	628.8	674.4	732.3
PIB Agricultura		9,5%	8,2%	9,7%
PIB Construção		7,2%	7,2%	6,5%
PIB Indústria		7,6%	7,8%	7,9%
PIB Pesca		2%	1,7%	1,7%
PIB Serviços		66,6%	67,8%	66,5%
PIB Turismo	7,3%	9,5%	10,2%	10,9%
Exportações	11,5	11,0	11,2	11,2
Importações	25	26	29,3	31,0
Investimento		175,0	192,0	189,7
Inflação	-2,4%	3,7%	1,8%	1%
Taxa de Desemprego	20%	19,2%	16,2%	15,1%

Fonte: Câmara de Comércio, Indústria e Turismo -Portugal Cabo-Verde

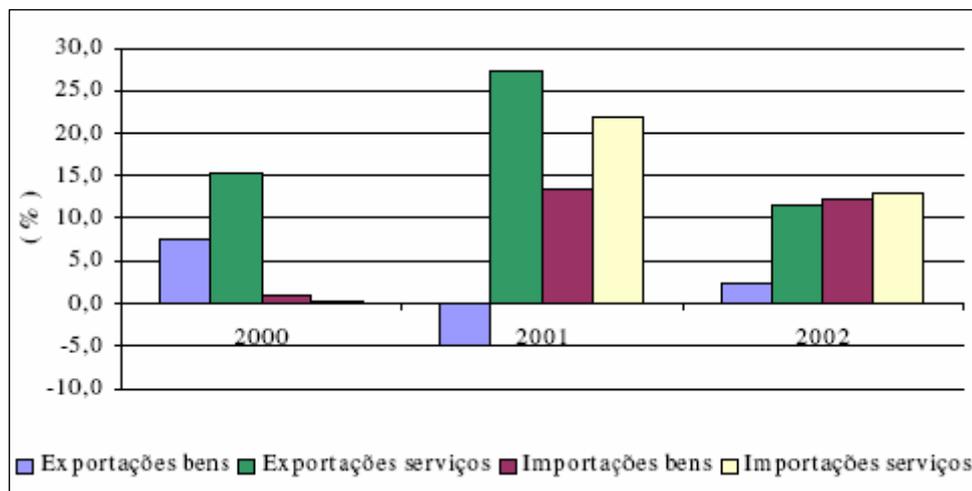
* PIB a preços de mercado, inclui taxas e impostos sobre importações (+) e serviços financeiros intermediários (-).

Como se pode observar a partir do quadro macroeconómico, os indicadores apresentados de 2000 a 2003 apontam para uma evolução positiva da economia cabo-verdiana, com destaque para o sector dos serviços. Este sector detém um grande peso na estrutura sectorial do PIB como indica o quadro.

A taxa de inflação diminuiu consideravelmente em 2003, cerca de 1% e verifica-se uma redução generalizada da taxa de desemprego que de 20% em 2000, passou para 15,1% em 2003. A participação do turismo no PIB é muito significativo, de 7,3% em 2000 aumentou para 10,9% em 2003. Registou-se também progressos notáveis no domínio da exportação, sobretudo, de serviços e de produtos da indústria ligeira com destaque para confecções e calçado e melhoria das condições de vida das populações.

Esta tendência positiva nas exportações deve-se sobretudo aos investimentos externos em empresas francas. Segundo os dados do Banco de Cabo Verde o montante global de investimentos externos previstos em 2003 ascendia os 5,6% do PIB, sendo cerca de 82% destes destinados ao sector do turismo. Contudo, o reduzido peso das exportações comparada com as importações revela uma economia muito dependente do exterior cuja taxa de cobertura das importações pelas exportações atingem valores muito baixo, cerca de 5,1% em 1998 (BCV, 2000).

Gráfico 3.1: Exportações e Importações de Bens e Serviços (Taxas de Crescimento)



Fonte: BCV

Segundo o BCV (Relatório, 2003) a evolução das exportações foi marcada pelo aumento registado nos serviços, particularmente nas componentes viagens de turismo (39%) e transportes aéreos (17%). Como se pode constatar as exportações de bens e serviços em 2002, sofreu uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, devido essencialmente à diminuição que se registou ao nível das exportações de serviços.

Apesar dos progressos alcançados, a economia Cabo-verdiana continua ainda muito dependente das ajudas externas, nas mais variadas formas. A pobreza, a formação, o desemprego e dificuldades em termos de infra-estruturas de transportes, energia, água e saneamento, constituem entraves ao processo de desenvolvimento deste arquipélago.

Para minimizar esta situação, o país tem apostado numa estratégia de desenvolvimento assente nos seguintes pressupostos: (i) inserção na economia internacional; (ii) sector privado como motor do desenvolvimento; (iii) desenvolvimento e promoção da cultura nacional (Programa de Governo, 2000). A estratégia de desenvolvimento baseada na economia de mercado, com a liberalização do comércio e a privatização tem surtido efeito.

A política de desenvolvimento baseado no sector privado tem criando no país uma nova classe empresarial com capacidade para competir no mercado interno. À medida que a indústria do turismo se consolida no país novas oportunidades de negócios e de investimentos continuam a surgir.

Quadro 3.2: Investimentos/Projectos portugueses por sectores (1994-2003)

	Aprovados	Nº Empregos	Nº Projectos
Indústria	€39.264.000	4.454	53
Turismo	€148.009.000	1.697	21
Outros	€37.793.000	910	39
Total:	€227.066.000	7.061	113

Fonte: Câmara de Comércio, Indústria e Turismo – Portugal/Cabo Verde (unidades em euros)

A indústria transformadora é relativamente modesta no panorama económico do arquipélago em termos de peso no PIB ou seja, representa menos de 7%) de exportação. Porém, registou-se avanços nos últimos 10 anos com a dinâmica dos investimentos privados, em especial, no domínio de indústrias francas e de produção voltada para a exportação. Mas persiste-se ainda, o problema da competitividade em virtude dos custos de factores de produção serem relativamente elevados.

Com a nova legislação económica e financeira, o sector privado passou a desempenhar um papel preponderante na economia cabo-verdiana e o Estado deixou de ser um agente económico directo para limitar à função de promotor e regulador da actividade económica.

Os investimentos na construção de infra-estruturas aeroportuárias, rodoviárias e de telecomunicações tem facilitado de certo modo o desenvolvimento do turismo. Com estas

infra-estruturas a mobilidade das pessoas entre as ilhas e a nível internacional ficaram facilitadas o que permitiu aumentar em certa medida a procura turística.

Segundo a Cabo Verde Investimentos (2006), as infra-estruturas consomem uma boa parte do investimento público, cerca de (50,7%), seguindo a educação com cerca de (15%). De acordo com o relatório do BCV (2006), o sector terciário tem contribuído de forma significativa para o crescimento da economia cabo-verdiana. Neste particular, destaca-se a participação do turismo e os investimentos realizados. O investimento do capital estrangeiro, a iniciativa privada, a capacitação dos recursos humanos e a aposta nas novas tecnologias foram as grandes opções e linhas de força a explorar (GOP, 2001).

A política de atracção do investimento externo no quadro do equilíbrio macroeconómico pode ajudar a garantir a credibilidade externa da economia assim como, a competitividade dos bens e serviços comercializados. O investimento externo directo (IDE) em Cabo Verde tem aumentado gradualmente em virtude de uma série de incentivos criado pelo governo para este propósito. As principais fontes de investimento actual têm sido de países como Itália, Portugal, Espanha (ilhas Canárias) e Hong Kong.

Segundo o Banco de Cabo Verde, com as reformas económicas em 1993, a maior parte dos projectos de investimentos externos directo tem sido no sector de turismo (54%) seguido pela indústria (15,5%). O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) estabelece um conjunto de objectivos e reformas económicas que visa garantir a sustentabilidade das finanças públicas, manter o equilíbrio da balança de pagamentos e incentivar o desenvolvimento do sector privado.

3.4 Turismo e Economia das Ilhas

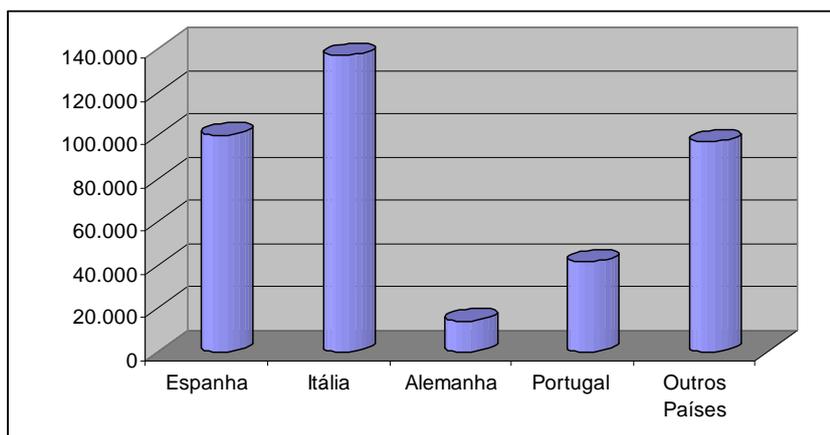
O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido condicionado por vários factores estruturais destacando a pobreza de recursos naturais, reduzida dimensão territorial, insularidade, descontinuidade territorial, secas prolongadas, escassez de recursos hídricos, reduzido

potencial de terra arável cultivável, localização à margem das principais correntes do comércio internacional e por uma grande dependência externa.

Face a esta situação, o país sente-se na necessidade de adoptar uma estratégia de desenvolvimento baseado na modernização e internacionalização da economia, tendo como vector principal o sector privado. É neste contexto que o turismo aparece como sector estratégico capaz de dinamizar e promover o desenvolvimento económico das ilhas através da promoção de Investimento Externo.

As potencialidades turísticas existentes, associada à imagem de um país política e economicamente estável, não obstante a sua vulnerabilidade e pequenez do mercado interno, constituem factores relevantes, se não determinantes na atracção e captação de investimentos externos. Com a abertura progressiva da economia ao Investimento Externo, o turismo vem ganhando um certo dinamismo no arquipélago, sobretudo, a partir da ilha do Sal. Vários projectos de investimentos estão sendo realizados neste sector em infra-estruturas hoteleiras e de lazer.

Gráfico 3.2: IDE (acumulado) no Turismo de 2000 a 2005



Fonte: Cabo Verde Investimentos, 2006

O turismo tem despertado o interesse de vários grupos de investidores estrangeiros, com destaque para os italianos, com várias unidades hoteleiras construídas nas ilhas do Sal,

Boavista e S. Vicente. A Espanha, através das ilhas Canárias, também tem realizado importante volume de investimentos no sector. Os investimentos portugueses que inicialmente eram bastante significativos vieram a reduzir-se passando a demonstrar maior interesse em outras áreas, como a indústria de calçado e têxteis.

De acordo com o Banco de Cabo Verde, em 2004, registou-se um acréscimo de investimento na ordem dos 2,5% em termos reais, representando 31,8% do PIB. No mesmo ano, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na sua maioria foi para o sector do turismo, beneficiando principalmente as ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal (CVI, 2006)

Em Cabo Verde, os italianos lideram os investimentos no sector do turismo, enquanto, os portugueses dominam a indústria ligeira. O investimento em construção apresentou um acréscimo de 2,9% em termos reais. O aumento dos fluxos de Investimentos Directos Estrangeiros (34%) contribui para aumentar a entrada líquida de capitais no país (CVI, 2006).

Conforme o Relatório do BCV (Fevereiro, 2005), registou-se um aumento expressivo em relação aos projectos de Investimento Externo, sobretudo no sector do turismo (87%), tendo o montante total ascendido a 250 milhões de dólares americanos e beneficiando, particularmente as ilhas do Sal (39,3%), São Vicente (33,8%) e Santiago (25,1%).

Segundo recomendações das Grandes Opções do Plano (2001), “o turismo é um dos sectores cujo dinamismo encerra potencialidades seguras que importa continuar a desenvolver.” Trata-se de uma actividade económica com grande peso na economia do país contribuindo em 2005, com mais de 10% dos 820 milhões de euros do PIB.

3.5 Políticas de Gestão e Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

Como é evidente, o desenvolvimento do turismo em qualquer região, país ou localidade exige um ambiente de estabilidade política, segurança e tranquilidade para poder atrair os visitantes. Segundo Elliot (1997) o Governo deve garantir a estabilidade política e a

segurança, criar leis e providenciar financiamentos com vista ao desenvolvimento do turismo. Cabe ao Governo também, providenciar os serviços e infra-estruturas básicas que facilitem o normal desenvolvimento do turismo.

Segundo Page (2003) o governo envolve no turismo de forma directa para desenvolver ‘*facilities*’ e áreas ou de forma indirecta criando organizações de apoio ao desenvolvimento do turismo. Em Cabo Verde, a política nacional de desenvolvimento do turismo foi definida a partir de 1991, tendo por opção uma oferta turística de qualidade.

Com a criação da Lei Base de Desenvolvimento do Turismo, (Lei Nº 21/IV/91 de 30 de Dezembro) e da Lei que define as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI)⁶ e Zonas de Reservas e Protecção Turísticas (ZRPT)⁷ ficaram estabelecidas as linhas de orientação política e estratégicas para o desenvolvimento do sector.

Esses instrumentos legais de gestão revelam-se importantes para um país arquipélago cujas potencialidades para o desenvolvimento do sector são enormes. Os terrenos integrantes das ZDTI’s são geridos pela Cabo Verde Investimentos (CVI)⁸ e são concedidos para implantação de infra-estruturas turísticas mediante a apresentação de projectos de interesse estrutural para o desenvolvimento do turismo.

Portanto, a definição de políticas e estratégias para o sector revela-se extremamente importante e necessária, quando se trata de um país praticamente sem recursos. Para tanto, é fundamental reflectir sobre o papel do sector público e privado na promoção e no desenvolvimento do turismo.

⁶ **As Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado – ZDTI** são áreas declaradas pelo Governo de Cabo Verde, como sendo zonas de grande potencialidades para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos devido as suas excelentes localização e beleza paisagística. Cada ZDTI dispõe de um Plano de Ordenamento Turístico. O decreto – Regulamentar nº 7/94 de 23 de Maio, o Decreto – Regulamentar nº 8/98 de 31 de Dezembro e o Decreto – Regulamentar nº 9/98 de 31 de Dezembro consagram 16 ZDTI e ZRPT em todo o país, sendo: Santiago (5); Sal (3); São Vicente (3); Boavista (2) e Maio (3).

⁷ **As Zonas de Reservas e Protecção Turísticas – ZRPT** são áreas contíguas às ZDTI e dotadas de alto valor natural e paisagístico cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico no país, a curto e médio prazo.

⁸ Agência Cabo-verdiana de Promoção e de Investimentos Turísticos.

A principal razão para o envolvimento do sector público no desenvolvimento do turismo é quase sempre económica, embora as questões políticas e ambientais também, são relevantes. De acordo com a Conta Satélite do Turismo (1999) “os responsáveis políticos estão profundamente interessados nos aspectos económicos da actividade ‘turística’ e na sua incidência sobre o crescimento económico (emprego, entradas de divisas, receitas públicas, formação do capital fixo, etc.)”.

A razão económica é a mais importante, porque o turismo considerado uma forma “invisível de exportação”, permite equilibrar a balança de pagamentos através de importantes somas em divisas que entra por esta via. Por outro lado, nos países em desenvolvimento onde existem altas taxas de desemprego e falta de capital financeiro para investimentos, o turismo pode constituir um importante factor de geração de emprego e de atracção de investimentos externo.

Neste particular, a intervenção do sector privado é indispensável. É o caso de Cabo Verde, um dos Pequenos Países Insulares, de pequena dimensão, onde o turismo tem atraído avultados investimentos, criando muitas oportunidades de emprego e constituindo uma das mais importantes fontes de divisas e de rendimento, nos últimos anos.

De acordo com Mill e Morrison (1985) os governos podem estimular o turismo: (i) criando incentivos financeiros, ou seja fundos de apoio ao desenvolvimento do turismo; (ii) patrocinando estudos sobre os benefícios gerais da indústria do turismo e (iii) estimulando o desenvolvimento do turismo através da promoção e marketing”.

Para os mesmos autores a função do sector público é a de coordenação. Esta implica a definição e a implementação de uma política concertada com outras organizações públicas e privadas. A implementação de uma estrutura de coordenação pode ser importante, porque evita a duplicação de esforços entre os diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento do turismo.

As autoridades públicas nacionais, regionais e locais têm um papel determinante a desempenhar em todo o processo de desenvolvimento do turismo. Este papel relaciona-se

com questões de planeamento, marketing, legislação, definição da política e estratégias de investimentos, incentivos, etc.

Murphy (1995) considera a Espanha um dos casos mais notáveis do envolvimento do governo no sector do turismo. Já em 1964, o turismo foi usado como a principal força financeira no Plano de Desenvolvimento Económico e Social deste país. Aproveitando a expansão do turismo de massa nos anos 60, Espanha investiu grande quantidade de capital público e privado em infra-estruturas turísticas, facilitando a criação de emprego e aumentando o nível de vida em várias regiões.

Para além da função de coordenação, compete ao sector público legislar e regular o sector do turismo, definindo mecanismos de intervenção que facilite o seu desenvolvimento de forma sustentável. Como o turismo é um sector que requer avultados investimentos em infra-estruturas (estradas, portos, aeroportos, sistemas de electricidade, saneamento básico, comunicações, etc.) é da responsabilidade do sector público a criação dessas infra-estruturas de suporte.

O poder público pode criar incentivos financeiros e fiscais, aumentando os investimentos privados e incentivando a investigação no sector de forma a obter conhecimentos mais aprofundados que permite adoptar uma política de planeamento mais concertada. O planeamento é indispensável ao desenvolvimento harmonioso do turismo em ilhas.

Segundo Gunn (1994) os esforços de planeamento turístico são no sentido de melhorar a economia (aumentar postos de trabalhos, rendimento e impostos). Para isso, considera um dos maiores propósitos do planeamento, o aumento do sucesso, em particular, no sector de negócios.

Murphy (1995) considera um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento e planeamento do turismo a fragmentação desta indústria. Esta fragmentação é vista na opinião de Murphy como uma barreira ao desenvolvimento e a maximização do rendimento. Para este autor (1995) o planeamento e as estratégias de gestão devem combinar interesses empresariais

com preocupações ambientais e a consciência social afim de otimizar o retorno derivado do turismo às comunidades.

Em Cabo Verde, para fomentar o desenvolvimento do turismo o governo adoptou uma política de atracção de investimentos externos através de vários incentivos aos investidores externos, conforme consta no Estatuto do “ Investidor Externo”⁹ e de “Utilidade Turística”¹⁰. A atracção de investimento privado estrangeiro constitui uma das principais estratégias do governo na promoção e no desenvolvimento do turismo.

O envolvimento do sector público no turismo varia de acordo com a filosofia política do país e a sua dependência económica em relação à indústria do turismo (Burkart e Medlik, 1981; Costa, 1991; Hall e Jenkins, 1995; Bramwell e Lane, 2000; Hall, 2000).

Em Cabo Verde, uma das preocupações fundamentais do governo é promover uma oferta turística de qualidade, salvaguardando os aspectos ambientais. Até 1990, o turismo desenvolveu-se em Cabo Verde, de forma espontânea e tímida, porque não constava nas prioridades do desenvolvimento económico do país.

Foi a partir de 1991, que o turismo passou a ser considerado pelo governo das ilhas um sector estratégico para o desenvolvimento do país. A política de atracção de investimento externo, sobretudo no sector do turismo, permitiu lançar as bases para o crescimento do sector.

Cabo Verde, desde sempre se deparou com o problema da orientação económica do país. Foi só a partir da década de 90 que os sucessivos governos viram no turismo, um sector estratégico e prioritário para o seu desenvolvimento económico e social. Nesta perspectiva, procurou-se então, criar um conjunto de incentivos fiscais aos investidores estrangeiros de forma a atrair o investimento externo e promover o desenvolvimento do turismo no país. Actualmente, o turismo é considerado o motor do crescimento económico deste país.

⁹ A Lei do Investimento Externo estabelece as condições gerais da realização de investimento externo em Cabo Verde, assim como os direitos, garantias e incentivos. Lei Nº 89/IV/93, de 13 de Dezembro de 1993.

¹⁰ Lei Nº 42/IV/92, de 6 de Abril, da Assembleia Nacional Popular, Suplemento ao “Boletim Oficial” de Cabo Verde Nº 14 – 6 de Abril de 1992 (Lei de Utilidade Turística).

Ao nível da promoção, o país tem participado em várias Feiras Internacionais de Turismo com o objectivo de dar a conhecer as potencialidades turísticas da ilha e atrair mais turistas. A oferta de qualidade é uma das apostas que implica a definição de objectivos claros e precisos.

É necessário, a elaboração de um plano estratégico de gestão que defina as linhas orientadoras de desenvolvimento turístico para as diferentes ilhas com base em análises e estudos concretos sobre a oferta, a capacidade de carga, os mercados e as expectativas da população local.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento considera o turismo como sector com potencialidades para, a longo prazo, influenciar positivamente a balança de pagamentos e gerar empregos. A escassez de infra-estruturas, a falta de mão-de-obra qualificada, a dificuldade em penetrar no mercado internacional e a fraca capacidade endógena de financiar os investimentos são por conseguinte, os principais constrangimentos que o país enfrenta.

Embora o país ainda não dispõe de um Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico, a criação de infra-estruturas, constituição de Sociedades de Desenvolvimento, criação de zonas turísticas e de incentivos, bem como, a regulamentação do sector são iniciativas que tem conduzido o desenvolvimento do turismo nas ilhas. Por exemplo, foi criada a Sociedades de Desenvolvimento do Turismo para as ilhas de Maio e Boavista.

A regulação das actividades turísticas e das agências de viagem são iniciativas importantes na promoção e no desenvolvimento do turismo. Segundo a Lei que regula a actividade turística (Lei nº 55/VI/2005) “o estabelecimento ou empreendimento turístico ao qual for atribuído o estatuto de Utilidade Turística de funcionamento beneficia de incentivos fiscais relativamente ao imposto Único sobre Rendimento durante 15 anos, sendo 100% de isenção durante os primeiros 5 anos de funcionamento e 50% de isenção durante o segundo e terceiro quinquénios de funcionamento.”

Sendo o turismo, um sector que exige avultados investimentos em infra-estruturas básicas e hotelarias e não havendo a capacidade financeira interna, esses incentivos, constitui uma forma de atrair o capital privado estrangeiro.

Em Cabo Verde, ainda não existe uma verdadeira política de promoção e desenvolvimento turístico. Uma política estratégica pressupõe a existência de um plano ao nível nacional de desenvolvimento turístico. Butler, Harrison e Filho (1996, p. 4) consideram que “ o turismo precisa ser planeado e gerido de modo a obter benefícios e a ter uma participação activa da comunidade local.”

Inicialmente, a estratégia de desenvolvimento turístico foi orientada para as ilhas do Sal, Boa Vista e S. Vicente, definidas como principais ilhas de desenvolvimento turístico do país. Estratégia que consiste em aumentar a capacidade de alojamento; melhorar a capacidade nacional de gestão das actividades turísticas e promover o país como destino turístico de qualidade.

Assim, a criação de infra-estruturas, a melhoria constante na prestação de serviços, bem como, a diversificação dos produtos oferecidos constitui uma estratégia fundamental para a competitividade e afirmação de Cabo Verde, enquanto destino turístico internacional.

Actualmente, a nível institucional, a dinamização da actividade turística em Cabo Verde é da responsabilidade da Cabo Verde Investimentos – (CVI) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico – (DGDТ).

A Direcção Geral do Desenvolvimento de Turístico é o Serviço Central responsável pela concepção, avaliação, execução, administração e controlo da Política Nacional de Turismo. A Cabo Verde Investimentos, tem a função de promover o país no exterior, atrair Investimentos Externos, Gerir as ZDTI's, aprovar Projectos de Investimento Turístico e aumentar a procura e oferta turística.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) faz a recolha, tratamento e publicação das Estatísticas Nacionais, nomeadamente as referentes ao Sector do Turismo e a Direcção de

Emigração e Fronteiras encarrega de fazer a recolha e fornecimento dos dados relativos à entrada, saída e permanência de turistas no território nacional.

Cabo Verde, enquanto país insular de reduzida dimensão, devido à sua fragilidade ecológica deverá optar por um turismo selectivo e de qualidade, capaz de gerar rendimento e emprego e salvaguardar o ambiente natural e humano. A definição de uma política que tenha em consideração o interesse dos diferentes intervenientes (Comunidade local, Investidores e Promotores Turísticos, Instituições e Organismos Públicos e os Turistas).

O desenvolvimento do turismo nas ilhas requer a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento para o sector capaz de conciliar a gestão turística com a preservação ambiental e o desenvolvi dos recursos turísticos.

3.6 Impacte do Turismo na Economia Cabo-Verdiana

Em Cabo Verde não existem estudos sobre impactes do turismo e as estatísticas disponíveis limitam-se aos indicadores ‘macroeconómicos’. Talvez, porque o turismo neste arquipélago ainda se encontra numa fase exploratória de desenvolvimento.

Segundo Costa (1998) apesar da importância dos indicadores macroeconómicos, uma análise sobre a evolução do turismo feita essencialmente, na base destes indicadores não permite conhecer com rigor a verdadeira dimensão do impacte gerado pelo turismo. Em Cabo Verde, para além de existir uma grande limitação em termos de estatísticas disponíveis, os que existem são apresentados de forma agregada.

Como se referiu no primeiro capítulo, o estudo do impacte do turismo é relativamente recente. Aliás, “o problema de investigação em turismo ainda se encontra no estágio inicial de desenvolvimento” (Jafari, 1990; Costa, 1998).

De acordo com a literatura revista, os impactes económicos do turismo podem ser avaliados tanto ao nível directo como indirecto. No que respeita aos impactes económicos

indirectos, estes são muito importantes para a comunidade, porque cria oportunidades de emprego e gera rendimento que pode alimentar a economia local. Isto de certo modo cria um efeito multiplicador na economia local.

Na avaliação do impacto do turismo é importante considerar o processo de saída de dinheiro para o exterior. Às divisas geradas tem de se retirar os gastos efectuados na importação de bens e serviços indispensáveis à actividade turística. No caso de Cabo Verde onde a maioria dos produtos, serviços e capital são importados do exterior as divisas que ficam no país são muito reduzidas e tem menos impactes na economia.

Cabo Verde tem criado incentivos de forma a atrair investimento directo estrangeiro. Só que essas facilidades associadas às importações de grande parte dos produtos poderão limitar ainda mais os benefícios locais. Os impactes ficam mais reduzidos quando a maioria dos trabalhadores locais no sector recebem um salário muito baixo por não possuírem qualificações profissionais.

Em determinadas épocas do ano e nalgumas ilhas, o aumento de preço dos produtos¹¹ advém em parte da expansão do turismo, que provoca uma maior procura de bens e serviços. O aumento do custo de terreno para a construção e a inflação podem afectar o poder de compra dos residentes.

Apesar de em Cabo Verde existir condições para à prática do turismo ao longo do ano, não se pode ignorar o carácter sazonal desta actividade, que é bastante vulnerável à conjuntura internacional e aos principais mercados emissores. É fundamental que o país procure maximizar os impactes económicos positivos e minimizar os efeitos negativos resultantes dessa actividade.

As mudanças políticas e económicas, o terrorismo, as catástrofes naturais, a criminalidade são entre muitos factores que poderão afectar um determinado destino turístico. Ao associar esses factores à grande competição entre os destinos bem como a difícil

¹¹ O aumento dos preços dos produtos tem merecido críticas por parte de turistas estrangeiros que consideram por vezes exagerados.

fidelização dos turistas, torna-se cada vez mais arriscado investir grandes volumes de capital neste sector.

Na verdade, os principais benefícios que uma comunidade turística pode ter são o acréscimo nas receitas e divisas, a criação de empregos, os estímulos ao investimento, bem como, os impostos arrecadados (Ignara:2001).

Quadro 3.3: Evolução dos Principais Indicadores do Turismo (Milhões de ECV)

Rubricas	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Receitas de Turismo*	754.1	896.6	1.552.6	1.811.1	2.103.1	4.686,4	6.539,1	7.509,4	8.206,1	8.495,6	9.565,9
Peso no PIB	2.0	2.2%	3.3%	3.4%	3.6%	7,3%	9,5%	10,2%	10,4%	10,1%	10,4%
Participação nos Serviços**	13.1%	13.0%	23.4%	23.4%	26.6%	37,3%	41,1%	42,2%	42,1%	40,3%	40,4%

Fonte: Banco de Cabo Verde/ Relatório Anual de 1999 a 2005

* Crédito de viagens de turismo/ Balança de pagamentos; **Crédito de viagens de turismo / Crédito total dos serviços

Como se pode constatar, o sector do turismo evidencia uma grande dinâmica em termos evolutivos a partir de 2000. As receitas de turismo aumentaram cerca de 61,5%, representando cerca de 7,3% do PIB em 2000, tendo contribuído em 37% para as exportações de serviços.

Segundo as estimativas do INE, o emprego no mesmo ano aumentou cerca de 6%. Se em 1995 a contribuição do sector no PIB era de 2%, entre 2001 e 2003 passou a representar cerca de 9,5% e 10,4%, respectivamente. Em 2001 o turismo foi a principal fonte de receitas interna do país, com 39,9% de crescimento contribuindo, com 41% para as exportações de serviços (INE, 2004). Este facto prova que o sector do turismo em 2001 cresceu, não obstante os atentados terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.

Segundo o Instituto Nacional das Estatísticas, o turismo em 2001 foi um dos sectores mais dinâmicos da economia cabo-verdiana e estima-se que o emprego neste sector tenha crescido cerca de 10,9%.

As receitas de turismo tiveram uma evolução positiva. Em 2000, as receitas apuradas no sector eram de 4.7 milhões de contos cabo-verdianos, cerca de 7,3% do PIB. Segundo as estatísticas do Banco de Cabo Verde, em 2005 as receitas atingiram cerca de 9.6 milhões de contos cabo-verdianos (87 milhões de euros), 10,4% do PIB e mais de 40% no conjunto dos Serviços.

Com base nesta dinâmica, o turismo afigura-se como um dos principais sectores de desenvolvimento económico do país. Mais de 80% dos investimentos externos realizados são para este sector. As ilhas de Santiago, Sal e S. Vicente concentram a maioria das infra-estruturas de turismo criadas no país.

Os potenciais beneficiários com o turismo são os investidores estrangeiros, porque detêm a maioria do capital investido e por causa da falta de incentivos aos investidores nacionais que não conseguem enfrentar a concorrência externa.

Segundo a CVI o turismo continua a ser o sector mais atractivo para o investimento privado. Este sector tem potencial para aumentar a participação local, aumentar o rendimento médio e estimular o crescimento global da economia. O quadro seguinte mostra que a maior parte do volume de investimento directo concentra no sector do turismo.

Quadro 3.4: Investimento Directo Aprovado (000 USD)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Turismo	90.424	12.456	29.328	31.852	24.692	231.967
Indústria	10.067	3.687	8.754	2.309	5.135	12.363
Outros	18.912	1.311	847	4.628	14.036	5.691
Total	119.403	17.454	38.929	38.789	43.863	250.021

Fonte: Cabo Verde Investimento

Apesar da conjuntura económica internacional, o turismo continua a atrair investimentos privados externos. Em 2006, registou-se um grande interesse de capitais ingleses e irlandeses na ordem dos biliões de euros em parceria com empresários cabo-verdianos.

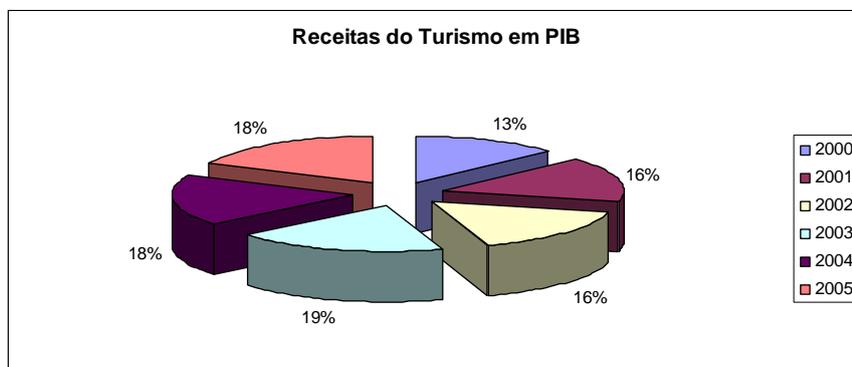
Quadro 3.5: Investimentos Privados por sector (Valor percentual)

Descrição	2000	2001	2002	2003
Investimento no turismo	41,7	86,8	63,3	82,1
Investimento na indústria	12,3	9,9	17,5	5,9
Investimentos noutros sectores	45,9	3,3	19,2	11,9

Fonte: PROMEX, 2004

Os investimentos privados são canalizados grandemente para o sector do turismo. Observa-se que o turismo é o sector que mais atrai investimento, em particular, o investimento externo.

Quadro 3.6: Evolução das Receitas do Turismo em PIB



Fonte: CVI

O turismo vem se afirmando cada mais como um sector estratégico no desenvolvimento económico do país. Os indicadores económicos, em especial, a sua contribuição para o crescimento do PIB, aponta esta tendência. Segundo o BCV, a contribuição do turismo nos serviços tem evoluído de forma positiva chegando a atingir em 2003, valores à volta dos 41,60% do crédito total dos serviços. Ao nível do emprego, em 2005, as estatísticas apontam para 3.199 pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros.

3.7 Procura Turística Nacional

Existem várias definições da procura turística, mas neste caso, considera-se a definição de Mathieson e Wall (1982) que definem a procura turística como “o número total de pessoas que viajam, ou desejam viajar, usando as *‘facilities’* e os serviços turísticos em lugares fora dos seus locais de trabalho e de residência”.

Segundo Song e Witt (2000) a procura turística internacional mede-se em termos do número de visitas turísticas originárias de um país para países de destinos, ou em termos das despesas turísticas realizadas pelos visitantes originárias de outros países nas áreas de destino.

Até 1990, as ilhas de Cabo Verde eram pouco conhecidas, enquanto destino turístico dos europeus. Mas a partir desta década, a procura tem aumentado paulatinamente. Vários operadores económicos, nacionais e estrangeiros vêm realizando importantes investimentos neste sector (ver quadro 3.4).

Sendo a ilha do Sal, aquela que detinha melhores condições na altura para o desenvolvimento do turismo é natural que a maioria dos investimentos efectuados se realizasse ali neste sector. Era a única ilha que dispunha de um aeroporto internacional, condição essencial para o turismo.

Em Cabo Verde, “sol e praia” constitui o principal produto em termos de oferta turística. Por isso, inicialmente, o turismo desenvolveu-se à volta desses produtos e verifica-se uma certa concentração da procura nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, em detrimento das ilhas montanhosas. O turismo no Sal tende a massificar-se, embora a ilha da Boavista começa também, a ser muito procurada para investimentos turísticos. Com o novo aeroporto internacional da Boavista a concorrência aumenta.

O turismo é um dos sectores que mais cresceu na década de 90 nos países em desenvolvimento. Cabo Verde é um dos pequenos países insulares cuja taxa de entrada de turistas tem aumentado, apesar de ter despoletado tardiamente. De acordo com a OMT

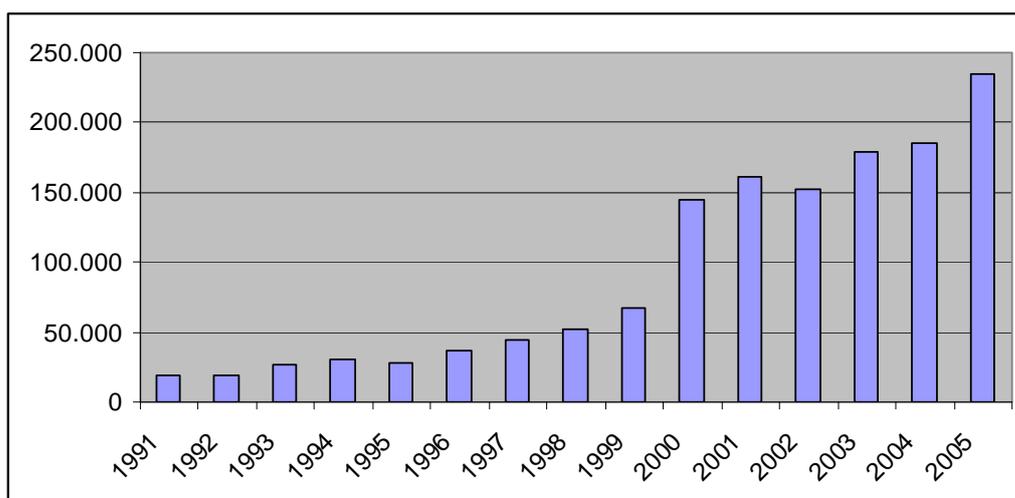
(2002) entre 1990 e 2000, a taxa média anual de entrada de turistas neste país cresceu cerca de 19,3%, tendo ocupado um lugar de destaque no que se refere a este indicador.

Existem evidências que dão vantagens comparativas do arquipélago no sector do turismo. A localização atlântica, entre Europa, África e América, o clima tropical, a hospitalidade, a estabilidade política e governativa são atributos que permite ao país entrar na concorrência e afirmar-se como destino internacional.

Em Cabo Verde, o turismo evoluiu-se de forma positiva, apesar da forte concorrência de destinos semelhantes. Facto que tem reflectido de forma directa e indirecta na economia das ilhas. Inicialmente, o número de turistas entrados no país era pouco expressivo, devido à falta de infra-estruturas e à ausência de uma política de promoção e desenvolvimento turístico.

Com a criação das infra-estruturas de acolhimento e maior divulgação das potencialidades turísticas existentes, a procura turística aumentou, sobretudo em relação às ilhas do Sal, Santiago, São Vicente e Boavista. O Gráfico que se segue representa o panorama evolutivo da procura turística em Cabo Verde, durante o período de 1991 a 2005.

Quadro 3.7: Evolução de Entrada de Turistas na Fronteira (Unidades)



Fonte: INE

A entrada de turistas estrangeiros no país quase que triplicou de 1990 a 2000, com cerca de 21.695 e 145.076 visitantes. A partir da segunda metade da década de 90, observa-se um aumento bastante considerável da procura, tendo registado em 1998 cerca de 52000 turistas no país.

A criação de infra-estruturas de acolhimento e a campanha de promoção junto dos principais mercados turísticos internacionais fez aumentar a procura. Os investimentos realizados em infra-estruturas, sobretudo na construção de hotéis, permitiram aumentar a procura e a capacidade competitiva do país em relação à oferta. A procura aumentou-se muito nos últimos cinco anos em virtude da melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Em 2000, registou-se em Cabo Verde, cerca de 684.733 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, sendo 424.276 na ilha do Sal. Do total das dormidas efectuadas por cabo-verdianos 79.123 representam as dormidas dos residentes no país e 3.266 dos que vivem no estrangeiro.

Em relação às dormidas de hóspedes estrangeiros, os italianos ocupam o primeiro lugar, seguido por portugueses e alemães. Estes são os três principais mercados turísticos emissores que se desenham para o arquipélago.

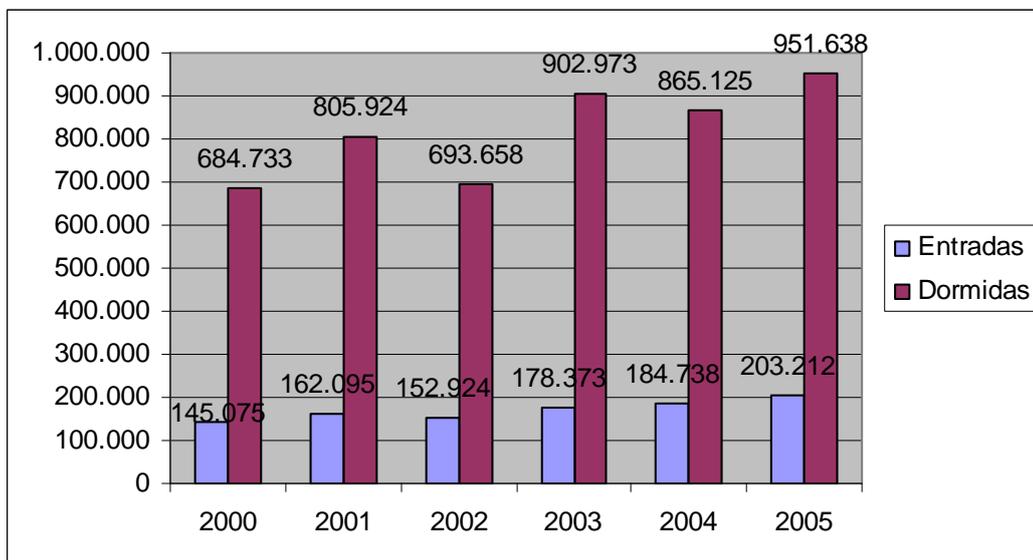
As ilhas de Sal, Santiago, São Vicente e Boavista são as mais procuradas. Em 2000, a ilha do Sal deteve cerca de 62% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros existentes no país. Actualmente, o tempo médio de permanência varia entre quatro a seis dias.

No mercado de procura, a maioria dos visitantes são portugueses e italianos, por razões históricas. Denota-se uma fraca procura por parte de turistas de países com alto poder de compra como por exemplo, Áustria, Suíça, Luxemburgo.

Segundo o INE (2001) em 2000 entraram no país cerca de 145.076 turistas dos quais 44,1% portugueses, 39,7% italianos, 24,5% alemães e 14,3% franceses. A procura tem concentrado nas épocas do Natal, Fim do Ano, Páscoa e nos meses de verão. De acordo

com as estatísticas oficiais é notório um aumento significativo do número de turistas que procuram o arquipélago como locais preferenciais para descanso.

Gráfico 3.3: Evolução de Entradas e Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros



Fonte: INE

Segundo o INE as entradas passaram de 145.076 em 2000 a 184.738 em 2004, o que corresponde a um crescimento médio anual de 6,2%. De 1998 a 2003, o sector turístico teve um crescimento médio na ordem dos sete por cento, tendo atingido 178 mil turistas neste último. Os indicadores da procura e oferta apontam o Sal como a ilha mais turística de Cabo Verde.

Cerca de 50% dos turistas que entram em Cabo Verde destinam-se à ilha do Sal, onde se concentra mais de 70% da capacidade de alojamento. As ilhas do Sal, Boavista, Santiago e S. Vicente continuam a ser as mais atractivas para os turistas internacionais, respectivamente com taxas de ocupação à volta dos 46%, 43%, 30% e 22% (INE, 2004).

Em 2005, a procura turística aumentou cerca de 26%, sendo as receitas atingindo os 9.565,9 milhões de CVE, aproximadamente 10,4% do PIB. As receitas brutas de turismo aumentaram na ordem dos 12,6%, em termos nominais, devido ao aumento da capacidade da oferta de alojamento e melhoria das infra-estruturas de suporte ao sector.

Os dados indicam que, mais de 80% dos que procuram Cabo Verde como destino preferencial para férias são europeus, principalmente, italianos (35,2%), portugueses (25,4%) e alemães (10,7%). As ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente continuam sendo as mais atractivas para o turismo internacional, com uma taxa de ocupação à volta dos 75%, 12% e 7% respectivamente. A estadia média total é geralmente de 4 dias, média suplantada pelos portugueses, italianos e alemães (5 dias).

Quadro 3.8: Principais países emissores de turismo para Cabo Verde

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Portugal	6.805	7.668	8.042	10.706	11.000	8.932	11.911	13.762	16.120
França	2.242	2.391	2.198	4.012	3.992	3.360	4.256	4.762	5.720
Alemanha	1.649	1.380	1.236	1.110	2.384	3.005	4.231	5.560	6.448
Holanda	2.088	1.143	-	-	-	-	-	-	-
Itália	878	600	755	893	1.046	?	10.710	13.750	16.120
Outros Países	8.033	5.827	6.643	9.733	12.386	12.450	5.892	7.166	7.592
Total	21.695	19.009	18.874	26.454	30.808	27.747	37.000	45.000	52.000

Fonte: INE

Os portugueses e italianos demonstraram desde sempre maior interesse por estas ilhas. Os portugueses por razões históricas e os italianos já nos finais da década de 1940 tiveram a iniciativa de apresentar um projecto para a construção do aeroporto do Sal. Este interesse vem se consolidando com projectos de investimento turístico para as ilhas nas duas últimas décadas.

Quadro 3.9: Procura Turística por nacionalidades (Valor percentual)

	2002	2003	2004	2005
Portugal	28,2	19,0	24,3	25,4
França	9,3	8,6	7,2	7,2
Alemanha	10,6	12,1	9,3	10,7
Holanda/Bélgica	2,2	6,5	2,6	2,6
Itália	27,8	36,2	34,9	35,2
Outros	-	17,7	21,7	18,9

Fonte: INE, cálculos Banco de Cabo Verde

Os portugueses e os italianos têm-se destacado no grupo dos que procuram Cabo Verde como destino turístico. No caso dos italianos a procura tem sido cada vez mais expressiva com a realização de voos charters por parte de alguns operadores turísticos que têm grandes investimentos na área de hotelaria na ilha do Sal. São operadores que fazem parte de grandes cadeias turísticas internacionais.

Os italianos de acordo com dados disponibilizados pelo INE representam cerca de 34,9% dos que procuram Cabo Verde como destino turístico. Em relação aos portugueses tem diminuído a procura mas, os dados do primeiro trimestre de 2006 apontam para um ligeiro aumento em comparação com os anos anteriores.

3.8 Oferta Turística Nacional

De um modo geral, a oferta turística engloba tudo o que a localidade tem para oferecer aos potenciais e actuais turistas. Representa uma diversidade de atracções naturais e artificiais assim como bens e serviços.

Em Cabo verde, constituem grandes atracções turísticas, sol, praia, mar, montanha e cultura. Os contrastes climáticos e paisagísticos são considerados importantes fontes de atracção turística. Factores como a insularidade, localização geográfica, clima e hospitalidade são relevantes. As festas de romaria, a música e o Carnaval são aspectos culturais que valorizadas, são potencialidades a explorar.

Estas características mostram que Cabo Verde tem potencialidades para se posicionar como um importante destino turístico internacional. O volume de investimentos nacionais e estrangeiros nesse sector vem confirmar esta realidade.

A principal atracção tem sido o turismo balnear, em simultâneo com a prática de desportos náuticos na ilha do Sal. A prática de desportos náuticos concentra mais de 80% no Sal (Santa Maria) e depois em S. Vicente e S. Nicolau.

No que concerne à infra-estrutura hoteleira, segundo dados disponibilizados pela CVI, entre 1995 e 1998, os estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde aumentaram de 64 para cerca de 87, com capacidade de 3.590 camas e 1971 quartos. A oferta hoteleira tem crescido muito de ano para ano mas existem alguns problemas relacionados sobretudo, com a qualidade a nível de prestação de serviços em maioria das ilhas.

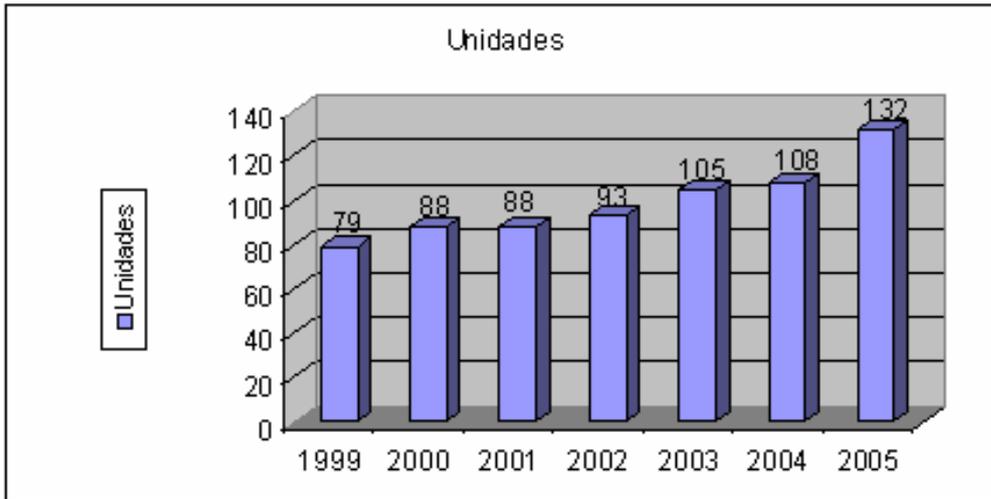
Quadro 3.10: Número de Estabelecimentos, Capacidade e Pessoal ao Serviço (evolução)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estabelecimentos	79	88	88	93	105	108	132
Nº de Quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406
Nº de Camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278
Capacidade de Alojamento	3.874	5.249	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342
Pessoal ao Serviço	1.561	1.845	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199

Fonte: INE

De acordo com o quadro evolutivo da oferta verificou-se em 2005 um aumento bastante significativo em relação ao número de estabelecimentos hoteleiros que de 79 em 1999 passou para 132. A capacidade de alojamento passou de 3.874 em 1999 para 10.342 em 2005. Um aumento bastante representativo que traduz os esforços de investimentos efectuados nesse sector.

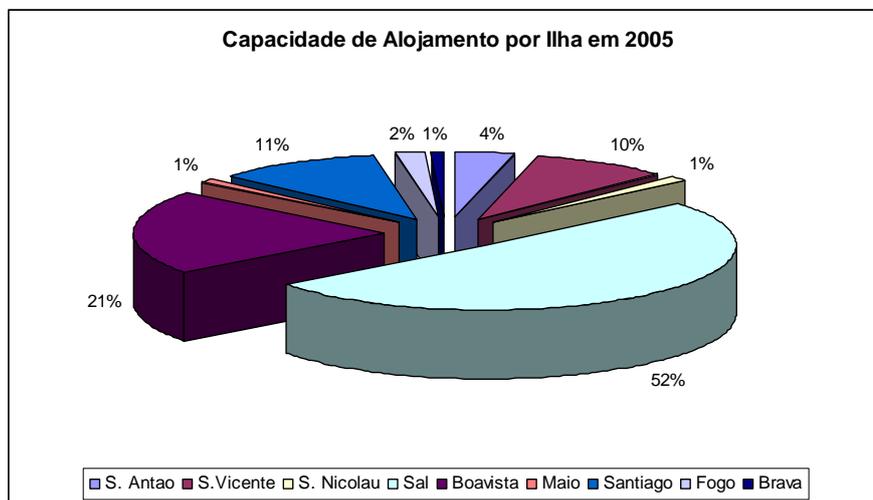
Gráfico 3.4: Estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde



Fonte: INE

Segundo as estatísticas, de 2000 a 2005 a capacidade da oferta ao nível nacional cresceu em média à volta de 12,8% ao ano e a procura 9,6%.

Gráfico 3.5: Capacidade de alojamento por ilhas em 2005



Fonte: INE

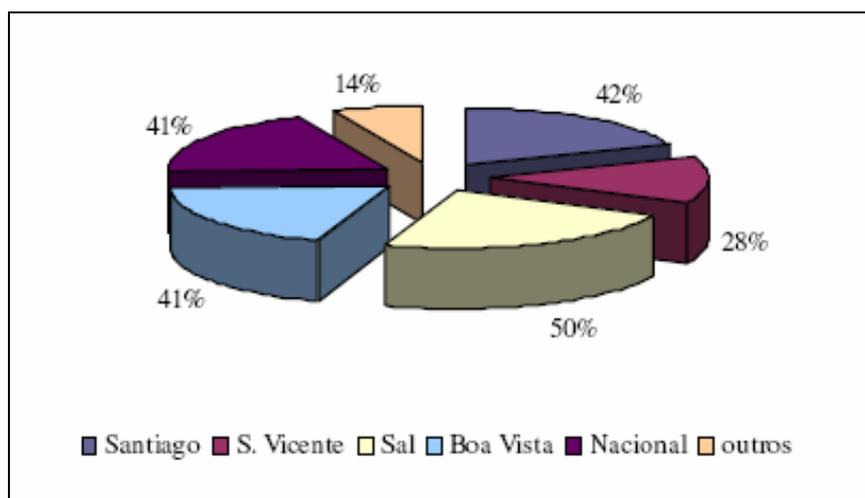
Em termos gerais, a oferta turística no que se refere à capacidade de alojamento cresceu em média cerca de 6,5% ao ano no período correspondente entre 2000 e 2004. As estatísticas

do INE registaram em 2005 um aumento da capacidade hoteleira, na ordem dos 52,3%, acréscimo do número de estabelecimentos em 22,2% e do número de camas em 42,6%.

Este aumento da capacidade hoteleira resulta sobretudo, dos investimentos privados estrangeiros realizados no país. Cerca de 92,8% dos projectos de investimento externo aprovados em 2005 direccionaram-se às infra-estruturas de turismo (CVI, 2005).

A nível da oferta, regista-se um aumento da capacidade de alojamento, principalmente nas ilhas de maior procura turística. A maioria das infra-estruturas turísticas concentra-se nas ilhas de Santiago, Sal e Boavista. Estas, por conseguinte, possuem as mais elevadas taxas de ocupação.

Gráfico 3.6: Taxa de Ocupação – Cama por Ilha em 2002



Fonte: Banco de Cabo Verde

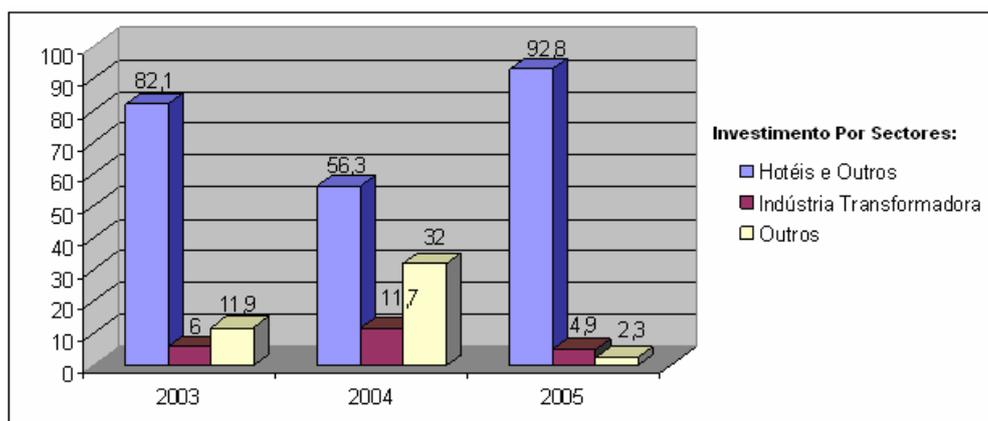
Nas ilhas do Sal e Boavista a oferta turística recai, essencialmente, sobre a exploração do produto sol/praias. Em 2003, verificou-se um aumento da capacidade de alojamento, com o número de camas a aumentar em 10,8%. Segundo as estatísticas, do montante dos investimentos previstos, cerca de 82% foram destinados ao sector do turismo.

De acordo com os dados do INE, até Setembro de 2004 os estabelecimentos hoteleiros empregavam cerca de 2165 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 5,1% em

relação ao ano anterior. No conjunto das ilhas, o Sal continua a empregar maior número das pessoas nos estabelecimentos hoteleiros.

Portugal tem sido até 2002 o principal mercado de procura turística para Cabo Verde. A partir desta data a Itália passou a liderar o mercado turístico cabo-verdiano, ou seja, a procura das ilhas pelos italianos aumentou significativamente. Este aumento deve-se em parte à realização de voos charters por parte de alguns operadores turísticos e de uma campanha de sensibilização desencadeada junto dos italianos. Isto também se deve à forte presença dos italianos em termos do volume de investimentos efectuado nas ilhas sobretudo, Sal e Boavista. Segundo a Cabo Verde Investimentos, cerca de 92,8% dos projectos de investimento externo aprovados em 2005 foram dirigidos para as áreas de infra-estruturas turísticas.

Gráfico 3.7: Investimentos Directos Estrangeiros em Cabo Verde (%)



Fonte: Inquéritos, cálculos do BCV; Cabo Verde Investimento

Observa-se que a maioria dos investimentos são para infra-estruturas hoteleiras. A indústria transformadora tem crescido de forma tímida devido à importação de matéria-prima e a própria pequenez do mercado consumidor interno. Portanto, o turismo é o sector que representa maior volume de investimento estrangeiro realizado e que permite maior entrada de divisas no país. Actualmente, nalgumas ilhas, particularmente no Sal é o sector que mais oportunidade de emprego e riqueza oferece.

3.9 Conclusão

Depois de analisar a evolução do sector do turismo em Cabo Verde, pode-se afirmar sem sombra de dúvidas que o turismo é o sector mais dinâmico da economia cabo-verdiana. O volume de investimentos realizados neste sector, particularmente na ilha do Sal, confirma esta dinâmica de crescimento. Os dados estatísticos apresentados demonstram claramente que o turismo tende a transformar-se no principal factor de desenvolvimento económico em Cabo Verde.

A partir de 1990, com a dinâmica de investimentos realizados no sector de turismo a economia cabo-verdiana ganhou um novo impulso. Em 2005, os projectos de investimentos externos no sector do turismo ascendem os 250 milhões de dólares americanos, sendo 39,3% canalizados para a ilha do Sal. Os dados estatísticos existentes demonstram que este sector encontra-se numa fase ascendente de crescimento, contribuindo em 2005, com mais de 10% para o PIB. Em 1995, a sua contribuição para o PIB era de apenas 2%.

Ao nível de infra-estruturas apesar da capacidade de alojamento tem aumentado desde 1990, nota-se que existe um grande desequilíbrio na sua distribuição em relação às diferentes ilhas. Só na ilha do Sal concentra-se mais de metade da capacidade de alojamento do país, ou seja, cerca de 52%. O mesmo se verifica em relação à procura, isto é mais de metade dos turistas que procuram o arquipélago destinam-se ao Sal.

O quadro evolutivo da procura turística é bastante encorajadora. Em 1991 a procura nem sequer atingia os 50,000 mas em 2005 os dados apontam para mais de 250,000 turistas. O gráfico da procura mostra uma evolução bastante positiva em relação à procura. Contudo, este sector depara ainda com um conjunto de problemas que urge resolver. São problemas com a definição de uma estratégia política sustentável para o sector; a falta de mão-de-obra qualificada; a escassez de infra-estruturas turísticas e de apoio ao turismo; a ausência da capacidade endógena para financiar o sector; a fraca participação do sector privado nacional, etc.

Apesar de cada ilha possui potencialidades turísticas específicas, nota-se na prática, uma grande concentração da actividade turística nas ilhas de Sal, Boavista, São Vicente e Santiago. De acordo com os dados da procura e da oferta, a ilha do Sal afigura-se, como a mais turística de Cabo Verde. Em termos de mercado da procura, verifica-se ainda uma excessiva concentração de turistas italianos, portugueses e alemães, isto porque a maioria dos investimentos realizados neste sector provém desses países.

Em termos de impacte económico o turismo tem contribuído de forma positiva para o crescimento da economia cabo-verdiana. Os indicadores macroeconómicos ao nível do rendimento, emprego, PIB, receitas governamentais, contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos, investimentos em infra-estruturas atestam este facto.

Embora os impactes económicos são os que mais sobressaem, porque são quantificáveis, não se pode ignorar os impactes sociais. O turismo também constitui uma forma de valorização da cultura cabo-verdiana. É evidente, que existe aspectos negativos associados com a droga, prostituição e criminalidade que de certo poderão estar relacionados com o turismo.

Em suma, seria desejável, como forma de dividir os riscos de investimentos e prevenir contra uma eventual conjuntura económica desfavorável, diversificar o mercado tanto de procura turística como de investimento estrangeiro. Embora o turismo é considerado no país, um sector estratégico para o desenvolvimento, ainda não existe um plano estratégico oficial de desenvolvimento turístico. Um instrumento político fundamental para a sustentabilidade do turismo num arquipélago de frágeis recursos.

Capítulo 4 Cabo Verde: Ilha do Sal

4.1 Introdução

O turismo vem desempenhando desde a década de 60 um importante papel no processo de desenvolvimento regional, em especial, nos Pequenos Países e Estados Insulares. Partindo da hipótese de que a actividade turística pode desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento, torna-se, pois, fundamental, conhecer as potencialidades turísticas desta ilha bem como o contexto em que se desenvolveu.

Uma Análise sobre impacte socio-económico do turismo no Sal, implica conhecer as potencialidades turísticas desta ilha e o seu contexto de desenvolvimento para melhor avaliar o contributo do turismo neste processo.

Com base nos indicadores estatísticos, procura-se centrar a análise, nos impactes socio-económicos a partir do quadro da procura e da oferta. Apesar do Sal constituir-se num dos principais pólos de desenvolvimento turístico do país, os dados desagregados ao nível local, para efeito de análises, são muito limitados e escassos. A maioria dos indicadores estatísticos disponíveis sobre a evolução do turismo no arquipélago é ao nível macroeconómico.

Alguns indicadores apresentados relacionam-se com projectos de investimentos, entrada de turistas, principais mercados emissores, estadia média, dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, ou seja dados relativos à hotelaria. Quanto ao gasto médio diário por turistas, não existem dados disponíveis.

4.2 Potencialidades Turísticas da ilha do Sal

Os atractivos naturais e as infra-estruturas são duas condições fundamentais para o desenvolvimento do turismo em qualquer região ou localidade. Em Cabo Verde, como já se referiu, cada ilha possui características específicas que poderão transformar-se em potencialidades para o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo.

No caso do Sal, as extensas praias de areia branca, associada às condições climáticas favoráveis (sol, vento, correntes, marés e forte ondulações) são recursos turísticos naturais que poderão constituir-se num autêntico potencial para à prática do turismo balnear e dos desportos náuticos. O seu clima tropical, com temperatura amena durante o ano permite desenvolver o turismo praticamente ao longo do ano.

Com o potencial turístico que possui pode-se desenvolver diferentes tipos de turismo, desde o turismo de 'sol e praia' (mergulho, windsurf e pesca); turismo de natureza (caminhadas, passeios de bicicleta) e turismo cultural. A grande extensão da costa, dotada de excelentes praias de areia branca, constitui o seu principal potencial. A ilha dispõe de uma das maiores extensões de praia e encontra-se entre as mais belas do país.

As potencialidades turísticas desta ilha não se resumem aos recursos naturais e culturais. As infra-estruturas hoteleiras e conexas também fazem parte das suas potencialidades. A ilha dispõe actualmente de um número considerável de infra-estruturas de alojamento de padrão internacional.

Estando mais perto da Europa, um dos principais mercado do turismo emissor e dispendo de um aeroporto de nível internacional, aliada às potencialidades turísticas naturais, estas são condições que à partida determinaram o desenvolvimento do turismo nesta ilha.

Sendo uma ilha de pequena dimensão, com cerca de 216km² de superfície, plana e árida, está entre as ilhas do arquipélago com maiores potencialidades para a prática do turismo balnear. Trata-se de uma ilha vulcânica, com alguns cones vulcânicos, onde sobressai a cratera das salinas. O Monte Grande representa a sua maior elevação, com cerca de 406m

de altitude e algumas pequenas bacias hidrográficas na parte central. A cratera das salinas de 'Pedra de Lume' onde se fazia a exploração do sal para exportação poderá ser explorada para fins turísticos. A água desta localidade é muito utilizada para fins terapêuticos.

A ilha está sob a influência dos ventos alísios do leste proveniente do deserto do Sahara. A força desses ventos poderá ser utilizada para à produção da energia eólica, para além de constituírem um grande potencial para à prática de desportos náuticos como, o Windsurf. Em suma, o turismo de sol e praia durante o ano, os desportos náuticos, Windsurf e mergulho, pesca, natação, festival de música, são entre as principais potencialidades turísticas da ilha.

Pearce (1987) já tinha considerado a predominância do turismo de 'sol e praia', especialmente em ilhas tropicais e sub – tropicais, uma consequência directa da situação insular.

No que se refere à acessibilidade, os principais aglomerados populacionais da ilha estão ligados por uma rede de estradas em bom estado de conservação. A estrada Santa Maria (Aeroporto-Espargos) é considerada a via principal de ligação ao maior centro turístico da ilha.

4.3 Aspectos Socioeconómicos

O desenvolvimento económico da ilha iniciou-se em meados do século XVIII, com a exploração do sal que durou até 1985. Dificuldades no escoamento desse produto para os mercados tradicionais da América do Sul-Brasil estiveram na origem do seu declínio.

Além da exploração do sal, a pesca do tipo artesanal foi também uma actividade económica muito desenvolvida nesta ilha. Com a construção do porto de Palmeira e as instalações frigoríficas que permite a conserva do pescado, esta actividade começou a revitalizar. A pesca foi a principal actividade económica depois da exploração do sal.

O porto de Palmeira funciona como terminal de carga, descarga e armazenagem de combustíveis. Ali concentra as unidades de conserva de pescado e de produção de energia eléctrica e água. Palmeira é considerada a futura zona de desenvolvimento industrial da ilha.

Com a abertura do primeiro aeroporto internacional em 1949, localizada nos Espargos, a ilha entrou numa nova fase de desenvolvimento. A sua economia passou a desenvolver-se ligada às actividades aeroportuárias que facilitou mais tarde o desenvolvimento do turismo.

A partir da década de 90, com a implementação da actividade turística a economia do Sal tende a internacionalizar-se. Em virtude do potencial turístico existente, muitos empresários estrangeiros, especialmente, italianos, portugueses, franceses e espanhóis realizaram importantes investimentos neste sector.

Para Boniface e Cooper (1994) o facto de Cabo Verde possuir um Aeroporto internacional constitui uma vantagem para o desenvolvimento do turismo. O sector dos transportes aéreos junto com a hotelaria/restauração e comércio tem dado um novo impulso ao desenvolvimento socio-económico desta ilha. Estes, constituem actualmente, as principais fontes de rendimento das famílias e ocupam um lugar de destaque no seu processo de desenvolvimento.

4.4 Impacte Regional

O turismo tem transformado recentemente num importante factor de desenvolvimento regional e local. Pois, trata-se de uma actividade económica capaz de criar oportunidades de desenvolvimento e constituir alternativas para muitas regiões e localidades com poucos recursos económicos. Esta tese, enquadra-se perfeitamente na realidade socioeconómica do Sal. A partir de 1991, o turismo tem dado um valioso contributo no desenvolvimento desta ilha.

Conforme a literatura revista, muitos dos estudos sobre impactes do turismo tem sido ao nível internacional e nacional, apesar do turismo constituir uma actividade de carácter regional. No capítulo sobre o turismo em ilhas, ficou demonstrada a relação entre o turismo e o desenvolvimento das regiões, especialmente, em relação às ilhas de pequena dimensão. Os casos de Seychelles, Maurícias e Canárias, são alguns exemplos. Em relação às ilhas Canárias, Tenerife e Gran Canárias são dois casos de sucessos de desenvolvimento do turismo ao nível regional

Sendo o desenvolvimento um conceito problemático (Williams, 1998) este pode ser analisado, enquanto processo de crescimento económico ou de transformação socio-económica ou ainda, como um processo de reorganização espacial das pessoas e áreas de produção.

Como o desenvolvimento do turismo numa região requer atracções, infra-estruturas, investimentos, mão-de-obra e promoção, este processo pode ocorrer em simultâneo. O turismo tem funcionado como uma importante fonte de fluxos monetários, tanto a nível internacional como regional.

Deste modo, segundo Smith (1995) os governos a vários níveis têm encorajado o desenvolvimento do turismo, porque sabem que este gera novas riquezas e cria postos de trabalho. Segundo Loomis e Walsh (1987), os impactes regionais recaem sobre receitas de vendas, emprego, rendimentos líquidos e receitas fiscais.

De acordo com Smith (1995, p. 184) “ analistas definem e usam regiões com vários propósitos: marketing, administração, promoção, planeamento e pesquisa”. Neste contexto, o termo ‘região’ é usado para efeito de pesquisa. Aliás, o desenvolvimento do turismo está circunscrito a um espaço bem delimitado. Por isso, os seus efeitos também, ocorrem ao nível regional ou local. Neste estudo, a ilha do Sal é definida como uma região geográfica e turística em simultâneo.

Segundo Costa (1997) “ desenvolver o turismo numa região é uma prioridade que deve estar associada ao conceito de desenvolvimento local. Para este autor, o maior envolvimento das autarquias na área de turismo pode constituir “uma das estratégias alternativas” capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento do turismo ao nível local. Apesar dos grandes fluxos turísticos se verificarem entre países e regiões, os impactes gerados pelo turismo são sentidas sobretudo, à escala regional/local.

Todavia, de acordo com Costa (1998, p.204) “é ao nível local que são criados postos de trabalhos; que a melhoria dos rendimentos das famílias se processa e, é ainda ao nível local que tem de ser equacionadas diversas necessidades adicionais criadas pelo sector do turismo em áreas como abastecimento de água, saneamento, electricidade, recolha de lixo, etc.” Este autor chama atenção para que as diversas políticas de actuação na área do turismo sejam pensadas ao nível local.

Segundo Figuerola (1985), o turismo é um dos poucos sectores de actividade económica capaz de oferecer melhores condições para o desenvolvimento regional. Neste particular, o turismo pode ser muito eficaz na melhoria das condições de vida da população do Sal.

Para McIntosh, Goeldner e Ritchie (1995) o turismo afecta a região durante o período de intenso investimento e mais tarde quando este surta efeito. Esses efeitos dependem da relação que o turismo estabelece com cada uma das unidades económicas.

4.5 Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico do Sal

Actualmente, o conceito de desenvolvimento não se resume ao simples crescimento económico, mas é visto de uma forma integrada ou seja global. A questão do desenvolvimento humano tem sido uma preocupação constante da comunidade internacional.

Segundo Pearce (1989) o desenvolvimento não pode ser visto como simples aumento do rendimento per capita, mas considera muito mais importante, a redução do nível de

pobreza, a promoção da justiça social, a questão de acessibilidade aos bens públicos para as diferentes classes sociais, etc. Este autor, considera o desenvolvimento um processo de modernização, de crescimento económico, de transformação socio-económica, de reorganização espacial e de justiça social.

Deste modo, os impactes do turismo não podem ser visto apenas como simples crescimento económico, mas sim de uma forma integrada. Os benefícios económicos deverão traduzir-se na melhoria das condições de vida da população residente. Mas como refere a literatura, a magnitude dos impactes depende de uma vasta gama de factores e da própria capacidade organizativa da comunidade local. Na avaliação dos impactes é fundamental ter em consideração a relação entre o mercado da procura e da oferta.

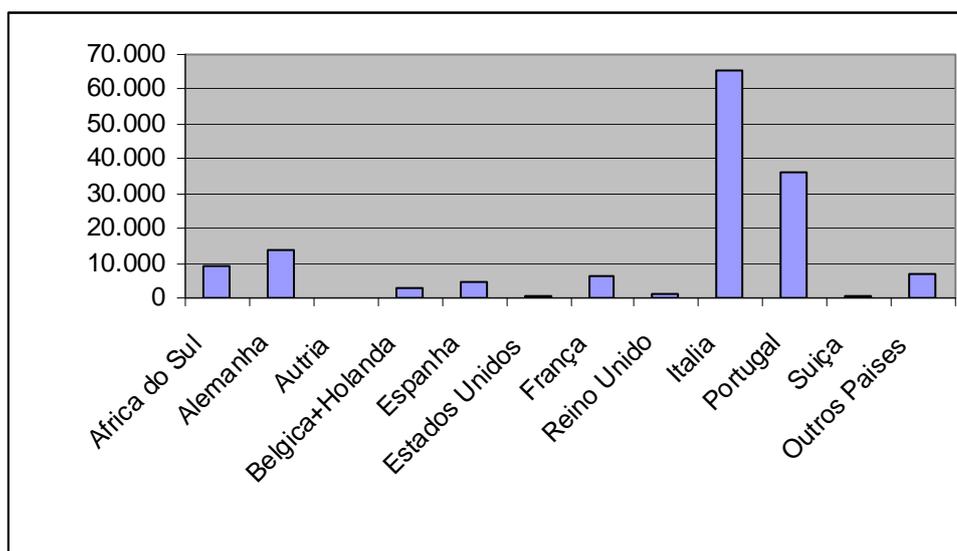
4.5.1 Procura Turística

A ilha do Sal passou a fazer parte dos destinos turísticos internacionais a partir de 1990. Até então, era procurada por alguns aventureiros, mas o turismo nem sequer constava nas políticas do governo. As infra-estruturas de acolhimento eram muito reduzidas e as que existiam não estavam vocacionadas para o turismo, mas sim, para acolher pessoas que permaneciam em trânsito.

Foi com a política de privatização e a aposta numa economia de mercado que a ilha passou a beneficiar de importantes infra-estruturas que permitisse desenvolver o turismo de uma forma organizada. Então, desde 1993, a ilha passou a constar no circuito turístico internacional e a receber um número considerável de turistas.

Inicialmente, o turismo desenvolveu-se de forma tímida e pouca atenção foi dada à recolha e tratamento de dados relativo ao sector. Por isso, os dados desagregados praticamente não existem e os que existem são pouco expressiva.

Gráfico 4.1: Hóspedes/Entrada nos estabelecimentos hoteleiros no Sal por país de residência (2005)



Fonte: INE

Como se pode observar no gráfico nº 4.1, os italianos e os portugueses foram os que mais entraram nos estabelecimentos hoteleiros no Sal. Portanto, de acordo com os dados evolutivos da procura, Itália e Portugal constituem os principais mercados emissores de turismo para a ilha do Sal.

Segundo o INE, em 2005, das 233.548 mil turistas entrados nos estabelecimentos hoteleiros do país, 162.625 foram registados na ilha do Sal, representando cerca de 69,6% do total das entradas ao nível nacional. Estes dados demonstram a capacidade da ilha em termos de atracção turística internacional. É a ilha do arquipélago com a mais elevada taxa de ocupação hoteleira, cerca de 51%.

Apesar dos benefícios que a ilha tem vindo a colher com a implementação da actividade turística, não se pode ignorar que a procura turística, por vezes, é temporária, sensível às variações dos preços, às mudanças das tendências económicas internacionais, à moda e sobretudo, à emergência de novos destinos. Por exemplo, verifica-se uma diminuição de turistas portugueses mas, em compensação, um aumento de turistas alemães e espanhóis.

Quadro 4.1: Taxa ocupação/cama segundo o tipo de estabelecimento (2005)

Ilha	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos	Residenciais	Total
S. Antão	21	-	20	-	-	16	18
S. Vicente	29	11	-	19	19	18	21
S. Nicolau	-	14	17	-	-	3	12
Sal	58	21	13	6	20	21	51
Boavista	25	45	30	-	-	34	28
Maio	3	8	-	-	-	10	5
Santiago	40	25	25	16	15	39	33
Fogo	-	9	49	-	-	-	17
Brava	-	7	-	-	-	-	7
Total	51	18	19	14	18	21	40

Fonte: INE

De acordo com o quadro, os estabelecimentos hoteleiros são os que detêm a mais alta taxa de ocupação-cama. Nesta ilha, em 2005, a taxa de ocupação-cama foi de 51%. Os hotéis são os estabelecimentos turísticos mais procurados na ilha. A taxa de ocupação hoteleira no Sal em 2005 foi de 58%.

Das 162 625 dormidas registadas na ilha, 95,6% são efectuadas pelos italianos, sendo a maioria nos hotéis (97%). Segundo dados do INE, os turistas italianos estão a frente tanto em termos de preferência, como pela permanência, com uma média de 6,6 dias. Em 2005, registou-se na ilha, um total de 709.982 mil dormidas, sendo 685.414 de estrangeiros e 24.568 de cabo-verdianos, na sua maioria residentes no país.

As dormidas de Cabo-verdianos vindos do estrangeiro correspondem apenas a 1684. Em termos de dormidas a ilha do Sal representa cerca de 80% em relação ao todo nacional. É pois, o aumento da procura turística que tem justificado o significativo crescimento da oferta hoteleira nos últimos anos.

Quadro 4.2: Evolução das dormidas (2000- 2004)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
C. Verde	684733	805924	693658	902873	865125	935505
Sal	424276	548901	478385	685511	685198	709982
Peso	62,0	68,1	69,0	75,9	79,2	75,9

Fonte: INE

Há uma necessidade de promover o turismo interno e de emigrantes cabo-verdianos no estrangeiro. Sendo Cabo Verde, um país de emigração, enquanto tal, o número de emigrantes na diáspora é maior que a população residente. Existe uma vasta comunidade cabo-verdiana no estrangeiro, de várias gerações e níveis socio-económicos o que poderá traduzir num mercado bastante promissor para o turismo nacional.

O Sal é a ilha mais turística de Cabo Verde, ou seja, representa cerca de 70% do turismo nacional. É a mais procurada tanto pelos turistas como pelos investidores estrangeiros. Mais de 50% dos turistas que entram em Cabo Verde destinam-se ao Sal. Trata-se de um destino turístico vocacionado essencialmente para sol e praia.

Em virtude do sistema de “all inclusive”, praticado nos últimos anos pelos grandes hotéis da ilha, o número de turistas internacionais tem aumentado significativamente. Muitos proprietários dos restaurantes, agências de viagens e de pequenas unidades de alojamentos mostram-se apreensivos em relação a este sistema uma vez que são pacotes completos comprados no país de origem o que dificulta de certo modo os negócios.

Segundo Wilson (1996) o sistema de “all inclusive” foi desenvolvido pela primeira vez em Jamaica inspirado na estratégia de marketing. Trata-se de um sistema muito aplicado pelas grandes cadeias hoteleiras internacionais como estratégia de atingir determinadas categorias de turistas.

Para muitos dos residentes este sistema acaba por afectar a economia local, em especial, os pequenos negócios. Quem sairá a ganhar são os grandes proprietários desses hotéis que

praticam tal sistema oferecendo bens e serviços a preços elevados. Muitos turistas queixam-se deste sistema, por causa da deficiência na qualidade de serviço oferecido.

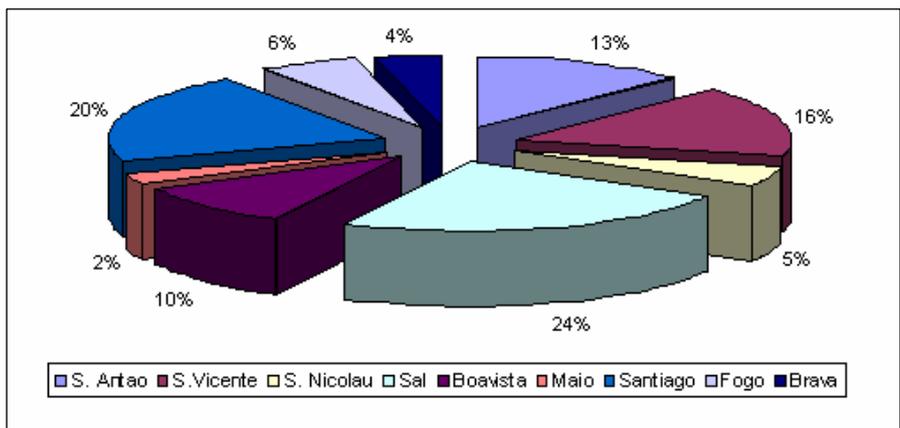
4.5.2 Oferta Turística

Como se referiu no item anterior, o Sal até 1990, tinha grande carência em infra-estruturas turísticas. Foi com a política de atracção de investimento externos e de privatização que passou a beneficiar de importantes projectos de investimentos, sobretudo na criação de infra-estruturas hoteleiras e afins. Com o aumento da procura turística e a diversidade de motivações subjacente às viagens, torna-se cada vez mais necessária diversificar a oferta. Os actuais turistas são mais exigentes e querem desfrutar o máximo de benefício durante as suas permanências.

A oferta turística compõe-se de elementos naturais e artificiais. Fazem parte os recursos naturais e culturais, as infra-estruturas de apoio e acolhimento, as infra-estruturas de comunicação, o alojamento, a restauração, etc. As potencialidades turísticas do Sal não se resumem apenas ao produto “sol e praia”. Existem para além desta forte componente, a gastronomia, as actividades culturais, a tranquilidade e a hospitalidade da população local que poderão complementar a oferta.

Com o crescimento das infra-estruturas hoteleiras, o Sal aumentou a sua capacidade de oferta em termos do número de quartos e camas. Encontram-se a funcionar na ilha cerca de 32 unidades hoteleiras, sendo 13 Hotéis, 5 Residenciais, 6 Pensões, 5 Aparthotéis, 2 Aldeamentos turísticos e 1 Pousada. O quadro seguinte representa os estabelecimentos hoteleiros registados até 2005.

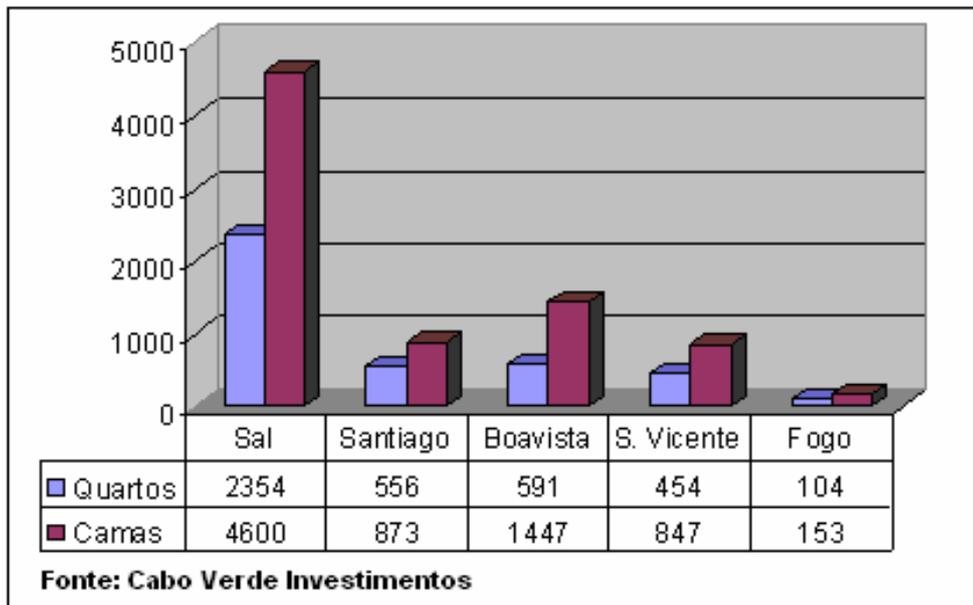
Gráfico 4.2: Estabelecimentos hoteleiros por ilhas em 2005



Fonte: Cabo Verde Investimento

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2005, registou-se no país, um aumento da capacidade hoteleira, na ordem dos 52,3%, com acréscimo do número de estabelecimentos em 22,2% e do número de camas em 42,6%. No Sal concentram-se cerca de 24% de estabelecimentos hoteleiros do país.

Este facto deve-se ao maior volume de investimentos realizados na ilha e às suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo balnear. A construção de infraestrutura hoteleira e a procura turística tem contribuído de certo modo para dinamizar a económica local, aumentando mais oportunidades de emprego e contribuindo para a melhoria da rede viária, saneamento básico, sistema de água e energia, etc.

Gráfico 4.3: Capacidade de alojamento nas principais ilhas em 2005

A maioria das infra-estruturas de turismo continuam a concentrar-se nas ilhas de Sal, Santiago, São Vicente e Boavista e estas possuem as mais elevadas taxas de ocupação. Conforme evidencia o quadro, a ilha do Sal é aquela que oferece maior número de quartos e camas, seguido da Boavista e Santiago. Os dados estatísticos apontam para mais de 60% das camas a concentrarem-se nesta ilha.

Os hotéis na ilha do Sal concentram-se na sua maioria na localidade de Santa Maria onde existe uma das praias mais belas do país. Como segundo povoado logo a seguir aos Espargos, Santa Maria tem vindo a afirmar-se como importante instância turística.

A imobiliária turística é o “novo tipo de turismo” a emergir no país, a partir da ilha do Sal. Trata-se de uma dinâmica que se começa a tornar realidade, nas ilhas do Sal, Boavista, Santiago, S. Vicente e Maio. As escolas de mergulho, Windsurf, pesca submarina, pesca a linha, são oportunidades de recriação que a ilha oferece.

O quadro seguinte representa o peso da capacidade de alojamento do Sal em comparação com Cabo Verde

Quadro 4.3: Evolução da capacidade de alojamento: 1999-2004

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Evolução
C. Verde	3874	5239	5540	6062	6682	6749	1,7
Sal	1715	2815	2917	3496	3852	3837	2,2
Peso (%)	44,3	53,7	52,7	57,7	57,6	56,9	

Fonte: INE

A ilha do Sal detém a maior capacidade de alojamento em comparação ao todo nacional. Entre 1999 e 2004 registou um aumento na ordem dos 2,2%, enquanto para o todo nacional foi de 1.7%. Segundo dados disponíveis, já em 1991, a ilha concentrava cerca de 36% da oferta turística nacional e o emprego no sector representava 18% da sua população activa.

Na vila de Santa Maria concentra-se a maioria das infra-estruturas hoteleiras e serviços de restaurantes e pequeno comércio. O preço das instalações varia entre 4500 a 18540 em função do tipo de quarto.

4.5.3 Impacte Económico do Turismo na ilha

4.5.3.1 Turismo e Emprego

Conforme a literatura, o emprego é talvez um dos mais importantes benefícios económicos que o turismo pode ter nas áreas de destino. O emprego no turismo é bastante diversificado e extensível a outros sectores da economia. O turismo cria oportunidades de emprego directo nos estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, transportes, agências de viagens, etc.

Paralelamente à indústria do turismo, muitos outros sectores também oferecem empregos indirectos como as lojas de recordações, as agências de alugueres de automóveis, as

actividades de lazer e recreação, os Bancos e as lavandarias. Existem muitos empregos considerados induzidos que resultam desta actividade.

A multiplicação de empregos derivados do turismo depende de vários factores, com destaque para as despesas efectuadas pelos turistas e o volume de investimentos realizados. No caso da ilha do Sal, o turismo tem criado muitas oportunidades de emprego, quer em hotelaria e restauração, quer em sectores como a construção civil e o comércio. As oportunidades de emprego na ilha são sobretudo nos sectores de serviços, designadamente, comércio a grosso e a retalho, hotelaria, e restauração, transportes, armazenagem, comunicações e construção civil.

O turismo sendo uma actividade económica que depende, em grande parte, do factor humano e que não exige grandes qualificações profissionais é óbvio que favorece a criação de emprego. Contudo, o baixo nível de qualificação profissional dos jovens é muitas vezes, um obstáculo à inserção no mercado de trabalho local.

Quadro 4.4: Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro, por ilhas (2005)

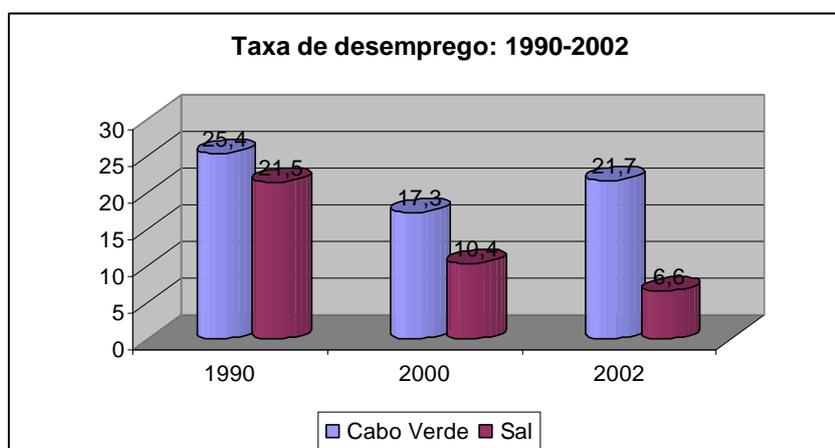
<i>Ilha</i>	Nacional		Estrangeiro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antão	94	3	7	3	101	3
S. Vicente	314	11	12	4	326	10
S. Nicolau	16	1	0	0	16	1
Sal	1631	56	90	32	1.721	54
Boavista	347	12	158	57	505	16
Maio	24	1	0	0	24	1
Santiago	428	15	8	3	436	14
Fogo	54	2	2	1	56	2
Brava	13	0	1	0	14	0
TOTAL	2.921	100	278	100	3.199	100
%	91		9		100	

Fonte: INE

Os dados disponíveis mostram que em 2005, a ilha do Sal, representava cerca de 94,8% do pessoal nacional afecto ao serviço, enquanto os estrangeiros apenas 5,2%. Em termos de oportunidades de emprego nos estabelecimentos de alojamento, de um total de 2921 empregos criados ao nível nacional, a ilha detém cerca de 1631, ou seja, cerca de 56% em relação ao todo nacional.

Embora a diminuição da taxa de desemprego constitua um dos grandes impactes do turismo na ilha, convém registar que a maioria das oportunidades de trabalho oferecidas não é para cargos de direcção, mas sim, para ocupações que exigem menos qualificações. Contudo, num total de 1721 pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento, apenas 77 exerce cargo de direcção, o que representa cerca de 4,5 %. Portanto, a maioria trabalha na restauração e nos serviços gerais (INE, 2006). Actualmente, esta situação tende a mudar, porque exige-se cada vez mais especialização e formação das pessoas para que possa garantir a qualidade do serviço desejado.

Gráfico 4.4: Evolução da taxa de desemprego Sal/CV



Fonte: INE

A taxa de desemprego tem diminuído consideravelmente nesta ilha, com o volume de investimentos realizado nos últimos anos, em particular, no sector do turismo. Os dados indicam que em 1990, a taxa de desemprego registada era de 24,5%, um valor quase equivalente ao nível nacional. Em 2000, diminuiu quase menos de metade, cerca de 10,4% para em 2002 passar para 6,6%.

Segundo o INE, em 2006 a taxa de desemprego ao nível nacional baixou para 18,3%, enquanto, em relação à ilha do Sal foi de 9,5%. Esta é a única ilha do país cuja taxa de desemprego regista valores abaixo de um dígito. As oportunidades de emprego são particularmente no sector do turismo.

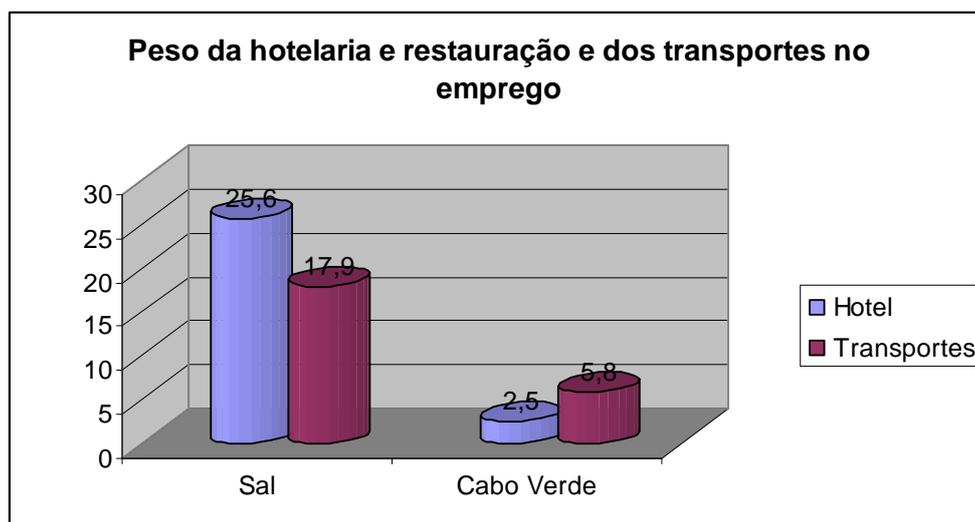
Quadro 4.5: Evolução da força de trabalho (1990-2002)

Ilha	1990	2002	Crescimento
Sal	2971	6864	2,3
Cabo Verde	122064	166.381	1,4

Fonte: INE

Entre 1990 e 2002 a força de trabalho no Sal registou um crescimento à volta dos 2,3%, valor muito superior ao registado no arquipélago, que é de apenas 1,4%. Facto que se prende com a dinâmica dos investimentos realizados, particularmente no sector do turismo. A taxa de desemprego na ilha, em 2002, por estatuto de pobreza representa 9.7% de pobres e 6,2% de não pobres, o que corresponde a um total de 6,6% (INE, 2005).

Gráfico 4.5: Peso da hotelaria, restauração e transportes no emprego

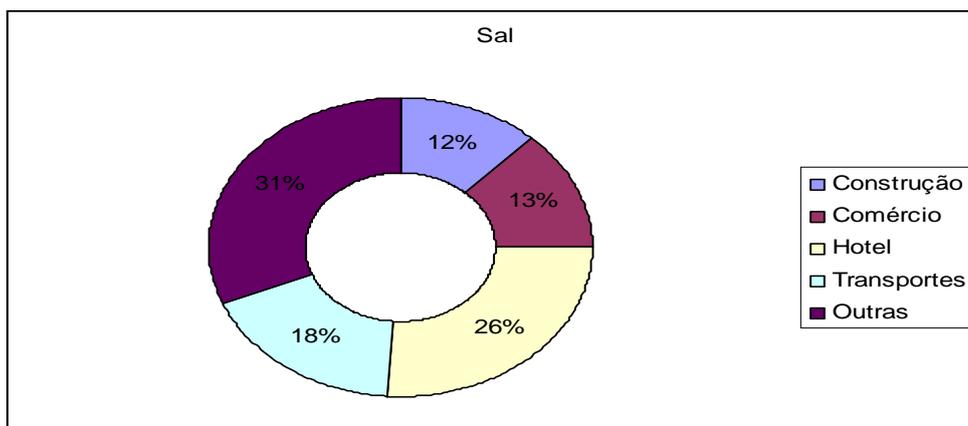


Fonte: INE, Censo: 2000

A hotelaria e restauração constituem um dos sectores com maior peso no emprego. Este quadro mostra a tendência para uma nova configuração da estrutura do emprego na ilha. Esta estrutura é característico de uma ilha onde o turismo tende a afirmar-se como um sector estratégico de desenvolvimento.

Ao estabelecer-se uma análise comparativa no que concerne ao peso da hotelaria no emprego, pode-se constatar que o Sal detém cerca de 25,6% um valor muito superior ao que se verifica ao nível nacional que é de apenas 2,5%. Este facto mostra o quanto é importante o sector da hotelaria na criação de emprego nesta ilha. Dos que trabalham na hotelaria, a maioria é constituída pela população do Sal, cerca de 50,8%, enquanto os restantes são provenientes das outras ilhas, sendo Santo Antão e São Nicolau os mais representados, 10,4% e 17,1% respectivamente.

Gráfico 4.6: Peso dos principais sectores de actividade no emprego



Fonte: INE, Censo: 2000

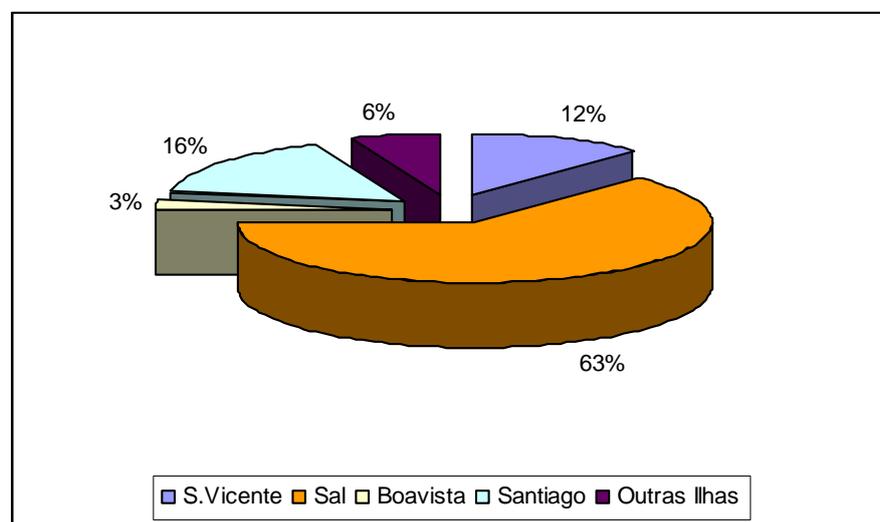
Nota-se claramente que o Sal tende a transformar-se numa ilha de prestação de serviços. A hotelaria, restauração e o comércio em geral afiguram-se na lista dos principais serviços oferecidos.

Quadro 4.6: Proveniência dos trabalhadores (%)

	Hotelaria	Construção	Comércio	Transp. Arm. Com
Sal	50,8	20,7	38,1	49,7
S. Antão	10,4	22,3	10,5	11
S. Vicente	8,4	8,8	9,4	9,6
S. Nicolau	17,1	23,7	17,8	17,5
Santiago	6,8	18,2	17,4	6,3
Outras ilhas	6,6	6,3	6,9	5,9

Fonte: INE, 2000

Cerca de 50,8 % dos que trabalham nos hotéis são da ilha do Sal e 17,1% de São Nicolau. Os trabalhadores do Sal constituem a maioria em todos os sectores de actividades. Isto significa que o impacte do turismo no emprego local é bastante significativo. Ainda em relação ao emprego, em termos comparativos, o Sal conta com 50,9%, Praia, (-0,30%) e S. Vicente 8,70%.

Gráfico 4.7: Emprego no sector turístico, por ilhas em 2005

Fonte: INE

Em Cabo Verde o número de emprego nos estabelecimentos de alojamento turístico¹² foi de 2149 pessoas em 2005. Estas concentram-se nas ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente. Facto notório é que o Sal representa mais de metade do emprego turístico ao nível nacional.

A actividade turística tem atraído inúmeras pequenas unidades empresariais que prestam serviços tanto aos turistas como à comunidade local. São bares, restaurantes, farmácias, lojas de artesanato, agências de viagens, bancos, aluguer de automóveis e pequenos negócios.

Quadro 4.7: Evolução das empresas activas no Sal

Evolução das Empresas Activas 1997-2002												
Território	Numero de Empresas				Numero de Trabalhadores				Volume de Negócios (contos)			
	1997		2002		1997		2002		1997		2002	
	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%	Num	%
Sal	255	4	369	7	2.048	8	3.091	11	4.519.315	7	9.936.879	10

Fonte: INE

O turismo vem-se afirmando cada vez mais como motor da actividade empresarial, em virtude do número de empresas ligadas directa ou indirectamente ao sector. O número de empresas activas de 1997 a 2002, tem aumentado consideravelmente, embora estejam representadas na sua maioria por micro e pequenas unidades.

¹² Considera-se neste caso, estabelecimentos de alojamento turístico: Hotéis, Pensões, Pousadas, Hotéis-Apartamentos, Aldeamento turístico e Residenciais.

Quadro 4.8: Investimentos aprovados para a ilha do Sal

	Volume de Investimento Aprovado (000 USD)		Empregos Previstos	
	Turismo	Indústria	Turismo	Indústria
2000	30.514		140	
2001	7.270		42	
2002	6.389	4.560	72	81
2003	18.565	207	169	5
2004	8.509		36	
2005	53.584	3.951	380	52

Fonte: Cabo Verde Investimentos

Os investimentos em turismo constituem um meio de estimular o emprego, o crescimento económico e a promoção das pequenas e médias empresas. Actividades como a produção de mobiliário, têxteis, cerâmica, artesanato, também criam empregos indirectos.

O aumento do número de empresas reflecte-se, como é evidente, no aumento do número de trabalhadores e no volume de negócios. Em termos da evolução do emprego, segundo dados estatísticos, a ilha representa mais de 50,9% da oportunidade de emprego e mais de 119,9% em termos de evolução do volume de negócios. Portanto, o turismo representa para esta comunidade uma possibilidade de melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Mas é necessário maior envolvimento e espírito empreendedor para poder beneficiar mais com o turismo.

4.5.3.2 Turismo e Rendimento

Como refere a literatura, tal como o emprego, o rendimento constitui também, um dos mais importantes benefícios do turismo nas áreas de destino. Segundo Cunha (1997) a capacidade de uma região ou país para reter o rendimento turístico gerado depende da capacidade produtiva da economia local. Como a capacidade produtiva local, neste caso, é fraca, então a necessidade de recorrer à importação é cada vez maior. Deste modo, o rendimento gerado pelo gasto inicial fica ainda mais reduzido.

Uma parte importante do rendimento derivado das despesas turísticas nos estabelecimentos hoteleiros, destina-se a pagar os salários dos empregados. Estes por sua vez utilizam parte dos seus rendimentos para adquirirem bens essenciais e a outra eventualmente, para poupança. Por conseguinte, o comércio local acaba por beneficiar indirectamente e alimentar a sua cadeia de aquisição.

É difícil determinar exactamente qual é o montante do rendimento derivado da actividade turística, ou seja, o seu real contributo no desenvolvimento de um país, região, ou localidade. Isto porque, o turismo é uma actividade humana horizontal que estabelece relações com vários sectores económicos. Apesar disso, o número de emprego criado na ilha, as receitas governamentais arrecadadas e os investimentos realizados demonstram que o turismo gera rendimento e constitui fonte de rendimento para muito dos residentes. Mas o rendimento não se traduz apenas sob a forma de salários e receitas governamentais. Muitos pequenos negócios na localidade são envolvidos o que dificulta ainda mais a sua avaliação.

O turismo também alimenta muitas das pequenas unidades comerciais na ilha como, lojas de recordações, pequenos restaurantes, bares, agências de viagens e de alugueres de automóveis, discotecas, etc. Muitos dos pequenos negócios dependem directa ou indirectamente da procura e dos gastos efectuados pelos turistas.

Apesar da maioria dos proprietários dos empreendimentos turísticos serem estrangeiros, não se pode deixar de reconhecer que o turismo para além de postos de trabalho e das receitas geradas acaba por alimentar os pequenos negócios na ilha.

Quadro 4.9: Estabelecimentos de alojamento segundo a participação no capital

	Participação maioritária no Capital Social									
	Privado Nacional		Privado Estrangeiro		Privado Nac. +Estr.		Pública		Total	
<i>Ilha</i>	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sal	15	16	13	45	3	30	1	50	32	24

Fonte: INE

Como a maioria do capital investido é estrangeiro, parte significativa do rendimento obtido é canalizado para os países de origem do capital. Assim, o dinheiro que é retido no país, salvo o capital investido, é pouco significativo. Isto porque, as divisas que entram também, são utilizadas para assegurar as importações de bens essenciais ao turismo.

Por isso, é importante incentivar a produção interna de modo a reduzir o nível das importações e tirar mais benefícios do turismo. Contudo, não obstante a influência desses factores, os gastos dos turistas e os investimentos estrangeiros realizados que traduzem em divisas acabam sempre por impulsionar o desenvolvimento da economia local.

Existem benefícios que são evidentes, mas a excessiva dependência do capital estrangeiro e o elevado número de instalações turísticas pertencentes aos investidores estrangeiros reduz ainda mais a parte do lucro que fica no local. Por isso, é necessário sensibilizar os potenciais investidores e os proprietários dos hotéis a participarem em projectos sociais de modo a compensar a comunidade local por esta perda. Os investimentos externos têm sido uma forma especial de captação de divisas que além das infra-estruturas criadas, tem contribuído para minimizar o problema do desemprego na ilha.

4.5.3.3 Turismo e dinâmicas empresariais

O turismo é um sector que actualmente gera maior volume de negócios a nível mundial, ultrapassando já as indústrias do petróleo e da produção automóvel” (WTO, 2002).

Não há dúvida que o turismo estimula o desenvolvimento em vários sectores da economia. Porém, o turismo cria novas exigências locais para equipamentos, nutrindo novas indústrias e um número substancial de actividades comerciais. Essas actividades comerciais incluem os vários tipos de alojamento, transportes, comunicações, diversão etc.

O turismo conduz à dinamização de uma série de actividades complementares, com grande reflexo no sector informal da economia, com impacte positivo junto das comunidades. Trata-se de uma actividade que não está sujeita a barreiras comerciais ou alfandegárias, o

que permite manter uma certa competitividade, ao contrário do que acontece com outros produtos de exportação.

A ilha do Sal vem ganhando uma nova dinâmica com o desenvolvimento do turismo. Esta dinâmica tem reflectido não só no volume de investimentos realizados na criação de infra-estruturas de alojamento, mas também em outros sectores. O sector do turismo lidera os investimentos estrangeiros, sobretudo de origem italiana, portuguesa e espanhola.

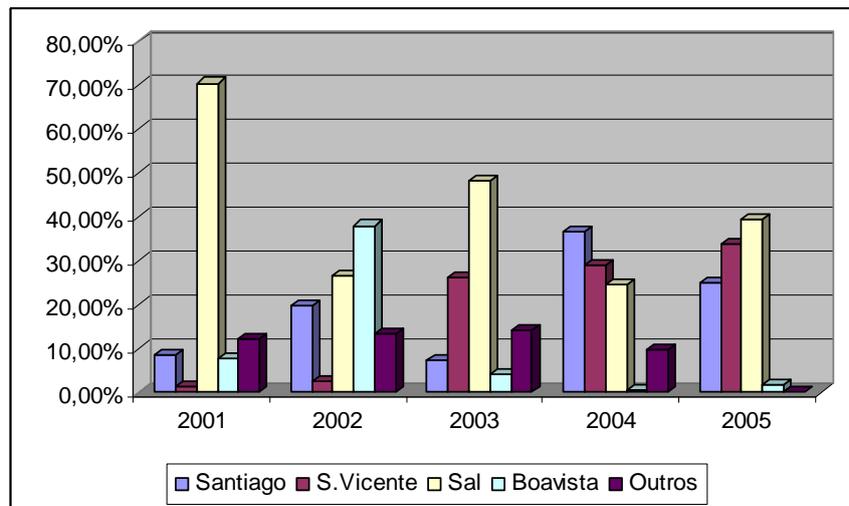
Segundo Murphy (1985) sendo o turismo um negócio altamente competitivo, dependente de factores externos, difícil de controlar, qualquer instabilidade política, económica ou de outra natureza pode reflectir negativamente nas áreas destinos. Por isso, Smith (1995) considera o negócio em turismo muito vulnerável às forças externas.

No Sal, os negócios em turismo têm criado oportunidades de emprego e rendimento para os residentes. Muitos desses empregos e rendimentos estão condicionados aos fluxos de entrada e de gastos dos turistas. A ilha conta com um sector empresarial constituído por micro e pequenas unidades cujas actividades estão ligadas ao comércio, transportes e turismo. O sector terciário revela-se importante para o desenvolvimento económico desta ilha.

O aumento cada vez maior de investimento estrangeiro tem estimulado o aparecimento de novas empresas no sector da construção civil, mobiliário, transportes, indústrias têxteis, etc. Com o aparecimento de novas empresas no sector imobiliário abre-se a concorrência e exige-se cada vez mais qualidade ao nível de prestação de serviços.

O turismo tem contribuído para aumentar o volume de investimentos em infra-estruturas hoteleiras e criar mais postos de trabalho. O gráfico seguinte mostra que a maioria dos projectos de investimentos aprovados entre 2001 a 2005, são para o sector do turismo.

Gráfico 4.8: Investimento Externo por ilhas



Fonte: Cabo Verde Investimentos

De 2001 a 2005 os investimentos realizados em Cabo Verde concentraram-se mais nas ilhas do Sal, Santiago, Boavista e S. Vicente. A ilha do Sal registou nos anos 2001, 2003 e 2005 maior volume de investimentos no sector de turismo.

Segundo dados do INE (2006), num total de 18.120.444 milhões de contos investidos em Cabo Verde, 8.229.977 foram destinados à ilha do Sal, representando cerca de 45,4% do peso de investimento no país. Esses investimentos reflectem-se grandemente na criação de mais postos de trabalho, sobretudo no sector da construção civil. Os investimentos realizados na ilha, além de contribuírem para acelerar o processo de urbanização, permitiram maior movimentação de dinheiro para quem trabalha directamente nesses sectores e para vários outros sectores produtivos.

O turismo é um forte gerador de emprego e um dos elementos dinamizadores do crescimento económico na ilha. Enfim, o turismo estimula muitas actividades na ilha, desde os transportes, construções de infra-estruturas hoteleiras e desportivas, comércio, etc. Em termos de peso no volume de negócios Praia, Sal e S. Vicente representaram em 2000 cerca de 94,3%. Em relação à evolução do volume de negócios Sal teve um acréscimo na ordem dos (+119,9%), enquanto Praia e S. Vicente tiveram 70,70% e 56,60 respectivamente.

O quadro de investimentos que se segue mostra que o turismo é uma actividade regional e que o seu efeito também, pode ser sentido ao nível do desenvolvimento regional. A ilha do Sal foi até 2002, uma das regiões do país onde as empresas mais investem.

Quadro 4.10: Investimentos realizados em Cabo-Verde em 2002

Ilhas	Valor (CVE)	Peso no Investimento (%)
S. VICENTE		
Investimento	5.183.700	28,6
SAL		
Investimento	8.229.977	45,4
SANTIAGO		
Investimento	4.549.692	25,1
OUTRAS ILHAS		
Investimento	157.074	0,9
TOTAL		
Investimento	18.120.444	100

Fonte: INE

Em 2002, a ilha do Sal recebeu a maior parte dos investimentos realizados no país, cerca de 8.229.977 milhões de contos, cerca de 45,4% em termos do peso nos investimentos realizados no país. A hotelaria é um sector com forte presença na ilha, se não a mais activa.

Em Cabo Verde, o sector imobiliário tem sido uma nova forma de turismo, nos últimos 5 anos. Muitos estrangeiros, em particular, italianos e alemães procuram a ilha para investirem o seu capital em apartamentos. Esta nova tendência de procura turística imobiliária trará com certeza vantagens que se relacionam com maiores efeitos multiplicadores na economia, criando mais oportunidades de emprego, sobretudo ao nível da construção civil.

Em finais de 2006, a empresa imobiliária cabo-verdiana TECNICIL (Sociedade de Imobiliária e Construções) iniciou um projecto de construção de um conjunto de edifícios turísticos no Sal cujo investimento ultrapassa os 160 milhões de euros. É um dos maiores

projectos turísticos no sector da imobiliária promovida por uma empresa de capital cabo-verdiana.

A participação de empresários cabo-verdianos em projectos de investimentos no sector da imobiliária turística, em parceria com privados estrangeiros vem aumentando no país. Cita-se por exemplo, o projecto imobiliário denominado “ Paradise Beach” a ser desenvolvido no Sal, envolvendo capitais irlandeses e cabo-verdianos, no montante de 130 milhões de euros (CVI, 2005). Os empresários cabo-verdianos investem sobretudo, em estabelecimentos hoteleiros de pequena dimensão (20 a 30 quartos) com vantagens para a economia local. A aposta estende-se à restauração, ao artesanato, à animação cultural e aos transportes rodoviários.

Segundo a Cabo Verde Investimentos, estima-se que os projectos de investimentos em curso até 2009 pode criar entre 300 a 400 empregos directos e 1200 indirectos. Existem importantes projectos aprovados no sector imobiliário a ser desenvolvido na ilha cujo montante de investimentos ultrapassam os 330 milhões de euros (CVI, 2006).

A procura turística tem aumentado a circulação da moeda, o consumo de bens e serviço e as oportunidades de emprego. Portanto, a economia local tem crescido com o movimento de turistas e o volume de negócios desenvolvidos na ilha. Na realidade, a ilha está a tornar-se no principal pólo de desenvolvimento turístico do país.

4.5.4 Impacte Social do Turismo na ilha

4.5.4.1 Turismo e estruturas sociais

Os indicadores apresentados nas secções anteriores demonstram que o turismo contribui positivamente para o crescimento económico desta ilha. Contudo, nem sempre as suas implicações são as mais desejáveis. Por exemplo, ao nível do emprego, o turismo tem contribuído para aumentar postos de trabalho, mas muitos desses empregos são de carácter sazonal e temporário. O carácter temporário e sazonal da maioria desses empregos constitui um problema de insegurança e de instabilidade para os trabalhadores.

Como refere a literatura, muitas vezes, a comunidade local cria uma falsa sensação de emprego. Para os que pensam ter um emprego seguro, com progressões na carreira e outros benefícios sociais, esse tipo de emprego limita as expectativas. Muitos dos postos de trabalhos em turismo são ocupados por mulheres e jovens. Este facto cria uma certa independência económica e contribui positivamente para reforçar o poder económico das famílias.

Conforme a literatura, o impacto do turismo não é apenas o efeito tangível do desenvolvimento e das mudanças estruturais, mas conduz igualmente ao aumento da população (temporária e permanente). A população do Sal conheceu um rápido crescimento a partir de 1990. De acordo com o INE, em 1990, o Sal tinha apenas 7.715 habitantes, tendo aumentado para 14.873 em 2000 e passando para 18.333 em 2006. As projecções para 2010 apontam para 20.956 habitantes. Este aumento demográfico é pois, o resultado das migrações internas e internacionais motivadas pelo desenvolvimento do turismo.

Actualmente, a ilha do Sal tem uma população bastante cosmopolita. Este carácter heterogéneo é uma das consequências das migrações. Muitos entram como turistas e acabam por fixar residência temporária e desenvolver diferentes tipos de negócios ligados ao turismo.

A maioria da população concentra-se nos dois principais centros urbanos – Espargos e Santa Maria. A localidade de Espargos cresceu e desenvolveu-se à volta do aeroporto e Santa Maria do turismo. Espargo é o principal centro administrativo do concelho e Santa Maria considerada a vila turística. A principal actividade económica de Santa Maria é sem dúvida, o turismo. Já em 1991, o emprego no sector do turismo representava cerca de 18% da população activa da ilha. É ali que se concentra a maior parte das infra-estruturas hoteleiras e conseqüentemente a oferta de emprego. Contudo, nota-se um grande deficit de infra-estruturas urbanas e de equipamentos sociais.

Em termos de organização espacial, os aglomerados populacionais existentes são de pequena dimensão e muito dispersos entre si o que condiciona ainda mais as actividades de planeamento ao nível local.

4.5.4.2 Turismo, preservação e valorização cultural

Como já se referiu as potencialidades turísticas de uma região ou localidade não se resumem aos recursos naturais. Os aspectos culturais também poderão constituir importantes recursos turísticos se forem valorizados. Todo o património arquitectónico e artístico da região, desde construções antigas passando pela arte, música, dança, gastronomia, tradições e costumes podem ser revitalizadas com o desenvolvimento do turismo. Estes são elementos que poderão servir de complemento aos recursos turísticos naturais da região.

A cultura pode ser um elemento chave na promoção turística da região, mas precisa ser valorizada. Falta sensibilidade política das autoridades nacionais e locais O festival internacional de Santa Maria é praticamente o único evento cultural de destaque nesta ilha. Este constitui um verdadeiro espaço de divulgação da cultura artística nacional na vertente musical.

A música é uma das manifestações através das quais a cultura cabo-verdiana se torna evidente e se manifesta perante o mundo. Existem determinados grupos folclóricos locais que pontualmente actuam nos hotéis. Este festival além de contribuir para aumentar a procura turística constitui um estímulo e uma forma de valorizar a cultura nacional e local. Durante a semana do festival a taxa de ocupação hoteleira situa-se entre os 80 e 90%. Os restaurantes e bares também beneficiam com este evento.

Ao nível do artesanato, observa-se uma grande invasão de produtos artesanais de alguns países da costa africana. Reconhece-se o valor cultural desses produtos, mas na verdade, não representam a cultura cabo-verdiana. A cultura local é pouco expressiva por falta de iniciativa e de incentivos.

A comercialização de produtos culturais sob diversas formas pode para além de valorizar a cultura local servir de fonte de rendimento para muitos dos residentes. Só que por vezes, os preços praticados em relação aos produtos artesanais são exorbitantes o que inibe em certa medida os potenciais clientes que são na sua maioria turistas.

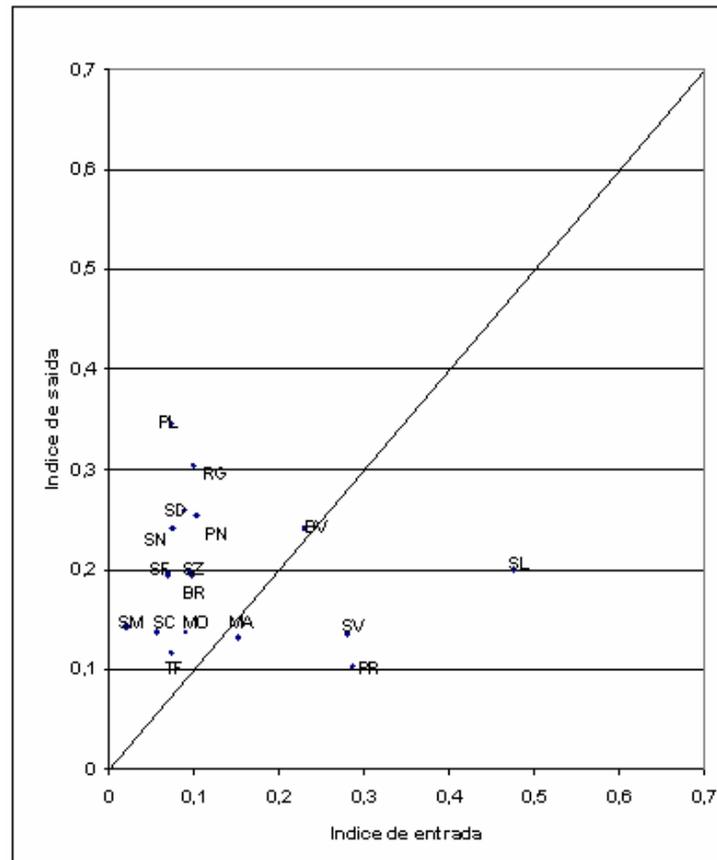
É necessário impor algum padrão na confecção dos produtos e critérios de sustentabilidade. A preservação e valorização da cultura nacional/local pressupõem a definição de uma política de promoção e valorização que tenha em conta os valores próprios da cultura autóctone.

4.5.4.3 Turismo e Migrações

A mobilidade da força laboral dos demais sectores da economia para o turismo é um fenómeno característico da ilha do Sal. A expectativa de trabalhar no sector hoteleiro e nos serviços conexos ao turismo é a principal motivação dos que procuram o Sal. Este fenómeno migratório ganhou intensidade e dimensão internacional a partir de 1990, com o desenvolvimento da actividade turística.

Existem evidências que confirmam haver uma forte correlação entre o turismo e as migrações. Aliás, segundo dados disponibilizados pelo INE, o rápido crescimento populacional desta ilha não resulta do crescimento natural, mas sim das migrações internas e internacionais.

Gráfico 4.9: Classificação dos Concelhos segundo grau de atracção e de repulsão



Fonte: INE

A cidade da Praia e as ilhas de Sal e São Vicente constituem os principais pólos de atracção da população. No Caso do Sal, este poder de atracção deve-se em parte ao desenvolvimento da actividade turística. Muitos procuram a ilha para trabalhos na construção civil, comércio e hotelaria. Os trabalhos no sector da construção civil resultam em parte dos investimentos realizados na construção de estabelecimentos hoteleiros e obras de requalificação urbana. Este é o sector que absorve uma boa parte da mão-de-obra residual.

As migrações têm contribuído para aumentar a força de trabalho, mas também causam problemas sociais. É o caso da proliferação de bairros degradados, designados “bairros de lata” e o agravamento das condições de salubridade nalgumas cinturas urbanas. Segundo

dados disponibilizados pelo poder local, esses bairros contam já com cerca de 229 casas de bidão sem condições de salubridade (Câmara Municipal, 1998). São situações que podem afectar a imagem do turismo na ilha. O controlo e a gestão de novos bairros e a reabilitação dos bairros degradados constituem problemas para as autoridades locais.

Existe problemas sociais como consumo e tráfico de drogas, prostituição e criminalidade que poderão estar associados ao turismo. São problemas que afectam tanto a comunidade local como os próprios turistas. Estes problemas constituem uma ameaça a tranquilidade dos residentes e dos visitantes. É necessário precaver para não comprometer o normal desenvolvimento do turismo nesta ilha.

4.6 Conclusão

Depois de analisar as diferentes fases de desenvolvimento económico do Sal e os factores que intervêm neste processo, pode se concluir que a partir de 1990, o turismo constitui na verdade, um dos principais factores de desenvolvimento económico desta ilha. A preocupação fundamental desta tese era analisar a correlação que à partida parecia haver entre o turismo e o desenvolvimento económico do Sal.

Os indicadores económicos sobre emprego, rendimento, volume de investimentos, infra-estruturas, volume de negócios e dinâmicas empresariais apontam o turismo como um sector chave no processo de desenvolvimento socio-económico desta ilha. Actualmente, o Sal é a única ilha do país onde a taxa de desemprego atinge valores inferiores a um dígito ou seja, cerca de 9,5 pontos percentuais.

O sector do turismo, particularmente a hotelaria e a restauração tem sido responsável pelo número de empregos criado na ilha. Indirectamente, a construção de infra-estruturas hoteleiras e de utilidade pública tem contribuído significativamente para criar mais oportunidades de emprego. Contudo, muitos dos empregos criado são de carácter sazonal e temporária. A maioria exerce cargos que exigem fraca qualificação profissional e consequentemente os salários são mais baixos. Muitas oportunidades de emprego em

serviços ligados à hotelaria e restauração são ocupadas pelas mulheres. Os homens ocupam-se mais em serviços ligados à construção civil. Em termos de procura e oferta turística o Sal é a ilha que apresenta maiores índices em relação a este indicador. Tem sido a mais procurada, tanto para investimentos turísticos, como para fazer turismo. Por isso, pelos indicadores de procura e da oferta tem se transformado na ilha mais turística de Cabo Verde e a principal porta de entrada de turistas estrangeiros.

No que se refere à procura, a Europa é o mercado central com uma clara preferência de turistas italianos, portugueses, espanhóis e alemães. Os italianos tendem a afirmar-se como o principal mercado turístico europeu para a ilha. Facto que se relaciona com o volume de investimentos realizados por privados e por uma forte campanha de marketing efectuado junto dos potenciais turistas.

Os indicadores macroeconómicos demonstram claramente uma notável participação do turismo no PIB, através das receitas governamentais. De certeza a ilha do Sal é aquela que mais contribui com as receitas derivadas do sector turístico no país. Para além dos impactes positivos na economia regional e nacional, começa-se a surgir alguns problemas relacionados com a droga, prostituição, indícios de criminalidade, migrações, etc. que preocupa a comunidade local e que tem provocado de certo modo mudanças na estrutura social da ilha.

Constata-se uma excessiva concentração da procura turística em relação aos mercados tradicionais europeus, em países como Itália, Alemanha e Espanha o que perante uma conjuntura internacional desfavorável pode comprometer o futuro do turismo na ilha. O mesmo se poderá dizer em relação à origem do capital estrangeiro investido. Perante este facto, é natural que o rendimento gerado fica mais reduzido no país. Em síntese, a ilha do Sal ganhou mais dinâmica com o desenvolvimento do turismo e a comunidade local beneficiou, ainda que seja em menor escala, com esta actividade. Por imperativo do turismo, a ilha passou a beneficiar de mais infra-estruturas em diversas áreas acabando por beneficiar também a comunidade local.

Capítulo 5 Metodologia e Análise de Dados

5.1 Introdução

A literatura referenciada no primeiro capítulo demonstra claramente os diferentes tipos de impactes socio-económicos que o turismo pode causar nas áreas de destino. No segundo capítulo, foi posta em evidência, dois casos de sucessos do desenvolvimento de turismo em Pequenos Países e Estados Insulares da África na qual Cabo Verde está inserido. Considerou-se também o caso das Canárias, ao nível das ilhas da macaronésia, por se tratar de um arquipélago com características geográficas muito semelhantes às de Cabo Verde. No terceiro e quarto capítulo, ficou demonstrada com base nos indicadores estatísticos, a importância do turismo, no desenvolvimento socio-económico de Cabo Verde e da ilha do Sal.

Em Cabo Verde, a exploração do turismo de forma organizada, iniciou-se na década de 90. Por isso, foi a partir desta década que se enquadra o período desta investigação. Ainda, no quarto capítulo, território central deste estudo, os dados estatísticos demonstram uma certa tendência do turismo transformar-se num importante factor de desenvolvimento socio-económico do Sal.

Os indicadores de emprego, os investimentos no domínio das infra-estruturas e a dinâmica empresarial empreendida apontam esta tendência. Pois, os indicadores analisados no capítulo quarto, demonstram que existe uma relação intrínseca entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento socio-económico do Sal. Esta foi a hipótese levantada logo no início desta investigação.

Neste capítulo, discute-se de forma breve, o processo da investigação descrito nesta tese. Neste sentido, começa-se por fazer uma pequena abordagem ao conceito de investigação, debruçando-se sobre os objectivos e as principais etapas deste processo (secção 5. 2). A secção 5.3 enuncia e descreve os objectivos da investigação, enquanto a secção 5.4 apresenta uma síntese dos métodos e técnicas utilizadas pelo investigador ao longo da pesquisa. Na secção 5.5 procura-se justificar a escolha do tema e a selecção da amostra

representativa da população onde se insere o trabalho de campo. Por último, na secção 5.6 é apresentada e discutida os resultados do inquérito por questionário realizado na ilha do Sal.

5.2 Processo da investigação

Em princípio, o objectivo de qualquer investigação independentemente da sua natureza é encontrar respostas para determinadas questões ou problemas, através de procedimentos científicos. Tais procedimentos são importantes, porque permitem aumentar a probabilidade da informação obtida ser mais significativa e precisa. Embora, nem sempre isto se verifica na prática, porque muitas vezes, as informações obtidas são enviesadas e pouco precisas.

O capital de conhecimentos acumulados, neste caso, a teoria, constitui o ponto de partida para uma investigação adequada. A definição do objecto da investigação bem como a delimitação do seu campo de abordagem constitui, o primeiro passo numa investigação. É a partir dessa problemática que se define exactamente os problemas e as variáveis sobre as quais recai a investigação. Por isso, a parte teórica da investigação consiste principalmente na revisão da literatura sobre o tema escolhido.

Segundo Hill e Hill (2005) a revisão da literatura é importante, porque permite encontrar teorias e artigos sobre investigações empíricas apresentadas (os) por vários autores e de seguida com base na literatura, deduzir a hipótese ou as hipóteses a serem testadas na parte empírica. A hipótese assume um carácter vinculativo, porque permite estabelecer a conexão entre a teoria e a prática, ou seja, esta deve justificar a parte empírica da investigação. A hipótese na verdade funciona como se fosse uma espécie de fio condutor da investigação pretendida.

Em termos conceptuais, Roegiers (1993) define a investigação como “um processo sistemático e intencionalmente orientado e ajustado tendo em vista inovar ou aumentar o conhecimento num domínio”. Para esta autora, este conhecimento pode assumir diferentes

formas consoante o tipo de investigação. Por exemplo, pode traduzir-se em conhecimentos específicos como o caso em apreço “Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socio-económico do Sal”. Deste modo, para Hill e Hill (2005) numa investigação empírica fazem-se observações para uma melhor compreensão do fenómeno a estudar e poderem construir explicações ou teorias mais adequadas. Neste sentido, as investigações em ciências sociais podem ser credíveis desde que sejam utilizado métodos adequados em função dos objectivos pretendidos.

Para Roegiers (1993) um verdadeiro processo de investigação comporta duas fases essenciais: “ uma fase heurística, feita de observações e de reflexão a fim de gerar hipóteses, e uma fase de confirmação, que tem como função verificar o bom fundamento de uma hipótese por meio de dispositivo previsto para esse efeito, garantido como válido e susceptível de repetição”.

De facto, a fase heurística é importante, porque permite ao investigador familiarizar-se com o assunto a estudar e com as situações em que o fenómeno ocorre, permitindo-lhe fazer o inventário das variáveis susceptíveis de entrar em jogo e de seguida, compreender a problemática do objecto de estudo.

Neste sentido, a investigação científica pressupõe a existência de um problema para resolver e uma problemática a partir do qual recai a reflexão. Segundo Quivy (2003) a problemática é a perspectiva teórica, ou seja, a maneira de interrogar os fenómenos estudados.

Segundo Brunt (1997, p. 1) “a pesquisa implica a criação de uma descoberta sobre algo que anteriormente não se sabe” o que implica ‘suporte teórico’. Para este autor, a pesquisa ajuda-nos a entender, explicar ou predizer coisas que nos interessa.

A fase de recolha da informação a partir do quadro teórico de referência poderá ser ajustada em função das necessidades. Normalmente, procura-se informação quando se quer compreender uma determinada situação, quer seja para circunscrever um fenómeno ou para

testar hipóteses científicas. Por exemplo, para tentar explicar ou compreender as implicações de um fenómeno macroeconómico.

Segundo Roegiers (1993) depois que se determine quais as informações a recolher, é necessário elaborar uma estratégia de recolha de informações, que por sua vez, exige o recurso a métodos de recolha de informações. Por último, a verificação empírica em função dos dados recolhidos numa amostra representativa do universo.

Para Roegiers (1993, p. 220) antes de tratar informações, é preciso ter a certeza que estas informações são necessárias, suficientes e que reflectem bem a realidade. Pois, esta deve garantir a construção de uma base de dados sólida, que permite o seu tratamento. De acordo com Roegiers (1993, p. 70) “a determinação dos dados de uma investigação, seja ela quantitativa ou qualitativa, passa por uma fase de codificação que irá permitir a sistematização dos resultados e o seu tratamento posterior”.

5.3 Objectivos da Investigação

A literatura revista nos primeiros capítulos não deixa margem para dúvidas que o turismo pode contribuir de forma positiva para o desenvolvimento económico das áreas de destino. Esta contribuição pode manifestar-se a vários domínios: emprego, rendimento, receitas governamentais, investimentos em infra-estruturas, contribuição para a economia local, etc. É evidente que tais benefícios dependem de uma série de factores conforme foi referenciada nos capítulos anteriores.

Face a uma conjuntura económica internacional bastante favorável a viagens e à globalização do mercado turístico, em que os destinos se tornem cada vez mais competitivos, os benefícios com o desenvolvimento do turismo poderão transformar-se num grande desafio.

Com a emergência de novos mercados em países africanos e asiáticos, viagens cada vez mais baratas, diminuição das estadias médias e novas motivações dos turistas muitos destinos emergentes poderão virem a aumentar os benefícios decorrentes desta actividade.

Em Cabo Verde, embora se reconhece o grande potencial para o desenvolvimento de turismo, existem uma série de limitações em termos de recursos económicos sustentável, carências de infra-estruturas adequadas, de água potável, pobreza, e outras limitações que já foram analisadas no capítulo terceiro. Não obstante, as limitações apontadas existem uma grande expectativa dos governantes e da comunidade local em relação ao turismo.

Neste sentido, o turismo pode constituir uma grande oportunidade para impulsionar a economia das ilhas. Contudo, perante estas limitações e sendo o turismo uma actividade recente em Cabo Verde, seria oportuno, num trabalho de natureza académica, analisar em que medida esta actividade vem beneficiando o desenvolvimento económico do país. Mas por razões metodológicas, esta tese, circunscreve-se ao caso da ilha do Sal.

A opção por esta ilha, para além das razões já indicadas, justifica-se em parte, por se tratar da ilha mais turística de Cabo Verde. Em virtude das potencialidades turísticas que possui e pelos indicadores analisados (capítulo IV) em termos de impactes tudo indica que o turismo constitui um importante factor de desenvolvimento económico do Sal. Daí, o problema central seria então analisar se, o turismo constitui o principal factor de desenvolvimento socioeconómico desta ilha.

Assim, acreditando na hipótese de haver uma forte correlação entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento económico, constitui objectivo geral desta tese (i) efectuar uma revisão da literatura a cerca dos impactes do turismo no desenvolvimento socioeconómico. Com este objectivo, pretende-se encontrar um referencial teórico e metodológico que permite compreender e definir as variáveis de análise para a parte empírica desta investigação.

Para tanto, será analisado os trabalhos de investigação mais relevantes que se tem publicado sobre esta matéria, a fim de deduzir, se existe ou não determinadas condições ou

requisitos para fomentar a actividade turística em benefício da comunidade receptora. Deste modo, pode-se deduzir em que medida o turismo receptor contribui para potenciar o bem-estar económico e social das populações das pequenas ilhas e dos Pequenos Estados Insulares.

Depois de definir as circunstâncias em que o turismo pode transformar-se numa opção para o desenvolvimento, o segundo objectivo (ii) é avaliar a sua possível aplicação ao caso da ilha do Sal. Com isto, pretende-se confirmar a hipótese inicial que sustenta que *há uma forte correlação entre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento económico da ilha do Sal.*

Com a dinâmica de crescimento económico que a ilha ganhou durante a última década, tendo o turismo um papel de destaque, o terceiro e talvez o principal objectivo desta tese, seria, (iii) avaliar a contribuição do turismo no desenvolvimento socioeconómico da ilha, ou por outra, saber em que medida o turismo vem influenciando o seu desenvolvimento. Com este objectivo, procura-se avaliar o significado de algumas variáveis, com destaque para o emprego, rendimento, investimentos, infra-estruturas, comércio, estrutura demográfica, migrações e custo de vida. A análise do quadro de procura e da oferta é fundamental na avaliação dos impactes a efectuar-se.

Considerando os objectivos gerais desta tese, procura-se de modo específico (i) avaliar a sua contribuição ao nível da criação de oportunidades de emprego, quer seja directa ou indirecta; (ii) avaliar o rendimento global gerado pelo sector do turismo; (iii) analisar o volume de negócios gerado pelo turismo; (iv) avaliar os acréscimos verificados nas receitas do Estado em consequência dos acréscimos ocorridos nas despesas turísticas e nos investimentos realizados; (v) Considerar o parque das infra-estruturas (hoteleiras, rodoviárias, de lazer...) em termos evolutivos; (vi) avaliar a evolução do preço de produtos e de custos de terreno em resultado do desenvolvimento da actividade turística. No domínio social procura-se (vii) avaliar as alterações na estrutura demográfica em decorrência da actividade turística; (viii) verificar em que medida o turismo influencia as migrações; (ix) avaliar o custo de vida em função do desenvolvimento da actividade turística;

5.4 Metodologia aplicada

Uma das etapas da investigação científica consiste precisamente em definir o problema, fixar os objectivos e formular hipóteses que carecem de verificação. Como já se referiu, depois de determinar quais as informações a recolher, é necessário elaborar uma estratégia de recolha de informação, que exige o recurso a métodos de recolha de informações.

O método consiste, essencialmente, num conjunto de operações que visa alcançar os objectivos preconizados. Em sentido lato, a metodologia pode ser definida como “ um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica” (Herman, 1983, p.5). Trata-se de uma espécie de guia capaz de orientar a pesquisa desde a recolha, análise e tratamento de informações até à sua conclusão final.

Portanto, as informações recolhidas são convertidas em dados pertinentes face à problemática da investigação. Existem métodos utilizados para obter dados no trabalho como entrevistas, questionários, estudos de casos, etc. e métodos utilizados na análise dos dados. Neste caso, refere-se aos métodos quantitativos e qualitativos.

Segundo Quivy (2003) a escolha dos métodos de recolha dos dados influencia, por conseguinte, os resultados do trabalho, ou seja, os métodos de recolha e os métodos de análise de dados são normalmente complementares e devem ser escolhidos em função dos objectivos e das hipóteses de trabalho.

Sendo o questionário, um método de recolha de informação, na sua construção, é necessário, como é óbvio, saber de maneira precisa o que se procura, ou seja, definir bem as variáveis. Na elaboração de um questionário, é importante saber que tipos de perguntas utilizar para medir as variáveis a elas associadas, mas também, que tipo de respostas é o mais adequado para cada pergunta, que tipo de escala de medida está associado às respostas e que métodos são correctos para analisar os dados (Roegiers, 1993).

Na maioria dos casos, aplica-se um inquérito para obter informação representativa de uma população, a partir de uma amostra selectiva. Contudo, a amostra deve ser realmente

representativa, ou seja, ter em conta as características da população. Feita a escolha dos métodos a utilizar é necessário definir as técnicas de recolha de informação. Existem várias técnicas que poderão ser utilizadas como instrumentos de trabalho na realização da pesquisa.

Pode-se recorrer à análise documental como uma técnica que será complementada com estudos de casos. Recorre-se ao questionário, uma técnica bastante utilizada em investigações sociológicas, às entrevistas e observações, também muito utilizadas, enquanto instrumentos de recolha de informação.

De acordo com os objectivos preconizados, nesta tese, optou-se pela realização de um inquérito por questionário. Como o que se pretende nesta investigação é apurar a percepção dos residentes em relação aos impactes socio-económicos do turismo, de entre os vários métodos aplicados num trabalho do tipo, o inquérito por questionário é o que parece mais adequado à esta problemática.

Considera-se adequado este método na medida em que se pretende tratar os dados recolhidos de modo quantitativo, podendo comparar as categorias de respostas e analisar as suas correlações. Não se trata de uma simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem.

Por isso, dado o número de pessoas que abrange e o tratamento quantitativo das informações que deverá seguir-se, as respostas às perguntas são pré-codificadas, de forma que os inquiridos devem obrigatoriamente escolher as suas respostas entre as que lhes são formalmente propostas.

Um aspecto digno de registo na aplicação deste questionário é que foi completado pelo próprio inquiridor, neste caso, o investigador a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido. Esta opção, embora seja um processo moroso, permite ao investigador esclarecer as perguntas em caso de dúvidas e merece mais confiança.

Este método pode ser ainda vantajoso, porque dá a possibilidade de quantificar os dados recolhidos e de proceder, por conseguinte, análises de correlação. Por outro lado, a exigência de representatividade do conjunto dos inquiridos pode ser satisfeita através deste método. Contudo, é preciso sublinhar, no entanto, que esta representatividade nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro e só tem sentido em relação a um certo tipo de perguntas, ou seja as que tem sentido para a totalidade da população em questão. Existem, no entanto, algumas lacunas e problemas que se relacionam, por vezes, com a superficialidade das respostas, a escolha aleatória dos inquiridos, independentemente da sua condição social.

De acordo com Quivy (2003, p. 188) o inquérito por questionário consiste em:

“Colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativa às suas opiniões, à sua atitude em relação a questões humanas, sociais ou económicas, as suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda, sobre qualquer outro ponto que interessa os investigadores”.

Numa investigação que se pretende ser objectiva e rigorosa a quantificação é essencial. Isto porque, permite não só sistematizar as informações como estabelecer comparações entre os elementos de análise. Por isso, este método é muito usado pelos investigadores quantitativos, porque permite fazer análises estatísticas e generalizações. Normalmente, quando não se pretende quantificar as informações recorre-se aos métodos qualitativos. Miles e Huberman (1984) defendem a tese de um ‘*continuun*’ metodológico entre quantitativo e qualitativo.

Observa-se actualmente, no domínio da investigação em ciências sociais, certos investigadores demonstrarem interesses no tratamento e análise dos dados por meios informáticos. Portanto, é comum actualmente utilizar o computador no tratamento e análise de dados qualitativos. Contudo, em ciências sociais os investigadores estão mais preocupados com a compreensão dos factos do que a sua quantificação. A escolha dos métodos a aplicar varia em função da abordagem que se pretende fazer.

A análise estatística dos dados é um método complementar. Deste modo, de acordo com Quivy (2003) os dados recolhidos por inquérito/questionário, em que as respostas são codificadas, não têm significado algum em si. Pois, só podem, portanto, ser úteis no âmbito de um tratamento quantitativo que permita comparar as respostas globais de diferentes categorias e analisar as correlações entre variáveis. Neste caso, para a análise dos dados obtidos utilizou-se como suporte o programa informático de gestão e análise de dados de inquéritos conhecido por SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e à estatística descritiva.

Segundo Hill e Hill (2005, p. 192) uma estatística descritiva descreve, de forma sumária, a característica de uma ou mais variáveis fornecidas por uma amostra de dados. A estatística descritiva e a representação gráfica de dados são mais do que simples métodos de exposição dos resultados. Isto porque, os mesmos dados podem ser apresentados sob diversas formas, favorecendo a qualidade das interpretações. Neste trabalho, a representação estatística, sob a forma gráfica relaciona-se com a análise das frequências dos fenómenos e da sua distribuição, bem como as relações entre variáveis.

A recolha de dados preexistentes: dados secundários e dados documentais, é considerada na realização deste trabalho um verdadeiro método de investigação. Em relação aos dados secundários refere-se a recolha dos dados estatísticos e de documentos de forma textual provenientes de instituições e de organismos públicos e privados (leis, estatutos e regulamentos, publicações e outros). A credibilidade dos documentos e das informações, bem como a sua adequação aos objectivos e às exigências próprias de um trabalho desta natureza foram consideradas.

Os dados estatísticos recolhidos foram objecto de uma análise estatística rigorosa e sempre que possível estabelecidas comparações para possíveis conclusões. Quanto aos dados recolhidos nos documentos de forma textual foram utilizadas em análise evolutiva e de conteúdo. Para além de análise estatística dos dados, a análise de conteúdo também se revela importante neste trabalho.

5.5 Escolha do tema e selecção da amostra

As razões que motivaram a escolha deste tema como objecto de estudo podem sintetizar-se no seguinte:

Primeiro, pelo facto do turismo ser uma actividade económica de grande transcendência, porquanto se tem convertido desde à década de 1990, num dos sectores mais dinâmicos da economia mundial. O seu peso no emprego, rendimento e contribuições para as receitas governamentais tem sido significativo. Trata-se de um sector em franco crescimento que tem superado ao nível das exportações a indústria de petróleo e de veículos automóveis.

Segundo, pelo destacado papel que pode desempenhar no processo de desenvolvimento das pequenas economias insulares. Neste sentido, a sua capacidade de gerar divisas com o aumento da procura torna-o um sector relevante. As oportunidades de emprego que oferece, dada a utilização da mão-de-obra intensiva, constituem também uma grande vantagem na estratégia de expansão deste sector. Deste modo a *terciarização turística* se apresenta como uma importante opção, talvez para muitas regiões a única capaz de desencadear o processo de desenvolvimento e compensar os sectores tradicionais como a agricultura.

Terceiro, esta investigação se centra no sector turístico, porque se trata de um sector cuja relevância ultrapassa o âmbito económico. O turismo é também um fenómeno social, político e ambiental.

Quarto, um dos aspectos que motiva e desperta maior interesse e curiosidade em analisar a actividade turística, é o seu carácter multidisciplinar, pelo que será necessário na investigação, valorizar questões relativas a outros domínios de conhecimento: geografia, economia, sociologia, ecologia, planeamento e ordenamento do território.

Por fim, um aspecto não menos importante, que justifica a escolha do tema em apreço, é a constatação clara de haver correlação entre o desenvolvimento turístico e o

desenvolvimento económico de muitas regiões. Daí a razão de aplicar um estudo ao caso da ilha do Sal, em Cabo Verde.

Qualquer investigação empírica pressupõe a recolha de dados. Assim, na impossibilidade de abarcar a totalidade do Universo, costuma-se recorrer ao processo de amostragem. Neste estudo a população residente constitui o Universo que se pretende inquirir. Como não se pode inquirir todos os indivíduos, nesta situação, considera-se uma parte dos indivíduos que integram a população residente. Esta parte é considerada a amostra do Universo. Então, o que se pretende é analisar os dados da amostra, tirar conclusões e extrapolar as conclusões para o Universo. Só que este processo exige que a amostra seja representativa do Universo.

Segundo Hill e Hill (2005) a dimensão da amostra depende dos objectivos e da natureza da investigação, bem como dos recursos disponíveis, o que implica, normalmente, um Universo com dimensão entre 100 e 500 casos.

Neste estudo, tratando-se de uma investigação académica e como se pretende efectuar análise de dados quantitativa, considera-se 200 casos, uma opção provavelmente razoável. O Universo inquirido, neste estudo, é constituído pelo conjunto dos residentes que, na prática, estão disponíveis para a amostragem. Optou-se pelo método de amostragem casual, porque a intenção era extrapolar os resultados obtidos a partir da amostra e obter uma amostra representativa segundo variáveis pré-identificadas. É razoável pensar que os mais jovens poderão ter uma ideia diferente dos adultos e dos mais idosos em relação a determinadas variáveis de análises.

5.6 Memória descritiva do inquérito/questionário

De acordo com o objectivo desta investigação (ver secção 5.3) procurou-se elaborar um questionário padronizado a fim de apurar a percepção dos inquiridos acerca dos impactes socio-económicos do turismo no território em análise. A literatura sobre metodologia de investigação por questionário ajudou na elaboração deste questionário.

O questionário utilizado foi dividido em duas partes: a primeira parte diz respeito às questões de natureza económica e a segunda parte de natureza social. Neste questionário foram seleccionadas as questões consideradas mais relevantes para a investigação que se pretende desenvolver. As perguntas foram elaboradas a partir de uma série de hipóteses previamente seleccionadas e consideradas pertinentes para esta investigação.

Constituem hipóteses (**H1**) o turismo tem estimulado a criação de mais infra-estruturas. A partir desta hipótese pretende-se avaliar a evolução das infra-estruturas criada em decorrência da actividade turística sobretudo, ao nível dos estabelecimentos hoteleiros. Com a hipótese (**H2**) o turismo tem aumentado a procura de bens e serviços pretende-se apurar em que medida o aumento da procura de bens e serviços poderá influenciar o preço dos produtos. A hipótese (**H3**) o turismo tem criado oportunidades de negócios visa saber em que medida esta actividade tem contribuído para uma nova dinâmica empresarial. Com a hipótese (**H4**) o aumento do número de turistas tem gerado mais receitas na ilha pretende-se apurar até que ponto o turismo vem contribuindo para aumentar a circulação da moeda e criar rendimento para as famílias. A hipótese (**H5**) o turismo tem contribuído para a fixação da população local visa apurar através do número de emprego criado em que medida a população se sente confortável na sua ilha natal. Com a hipótese (**H6**) o turismo estimula migrações pretende-se estabelecer a relação entre o turismo e as migrações. A hipótese (**H7**) o turismo é a causa de vários problemas sociais (prostituição, criminalidade, droga, etc) procura-se saber em que medida esta actividade pode influenciar a ocorrência destes problemas que poderão ter impactes negativos na comunidade.

5.7 Análise e discussão dos resultados do Inquérito

5.7.1 Caracterização da População Inquirida

A população inquirida é constituída por pessoas residentes na ilha do Sal cuja idade varia entre os 16 e os 78 anos, independentemente do nível académico ou profissional. Isto porque, como já se referiu o objectivo é tentar apurar qual seria a percepção da população residente em relação aos impactes socioeconómicos do turismo na ilha.

Deste modo, o inquérito foi aplicado a um conjunto de 200 pessoas, envolvendo gentes de vários sectores de actividade, nomeadamente comércio, turismo, restauração, animação turística, construção civil, gerentes comerciais e de hotéis, funcionários da administração pública, taxistas, estudantes, reformados, agências de viagens e outros que trabalham e vivem na ilha do Sal. Procurou-se, no entanto, inquirir pessoas das mais diversas profissões e estratos sociais a fim de obter opinião mais abrangente possível.

O inquérito concentrou-se nas zonas de Espargos, Santa Maria e Aeroporto Francisco Mendes, porque são localidades onde se encontram a maior concentração de Serviços. Espargos e Santa Maria, constituem os dois aglomerados populacionais mais representativos.

Santa Maria é considerada vila turística e por conseguinte, a maioria dos inquiridos nesta localidade são pessoas que trabalham directa ou indirectamente ligada à actividade turística. Trata-se de uma zona costeira onde se localiza uma das praias mais extensa da ilha e se concentra a maioria dos empreendimentos turísticos. A Vila dos Espargos é o centro Administrativo, Político e Comercial do Concelho.

Para melhor compreender a opinião dos inquiridos, os resultados do inquérito foram organizados em função da faixa etária a fim de poder fazer uma análise mais realista e comparar as opiniões entre as diferentes faixa etária. Como se pode apurar a partir do quadro que se segue a idade dos inquiridos foram agrupadas em classes, permitindo obter uma visão mais realista no conjunto da população inquirida.

Quadro 5.1: Idade dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem acumulada
16-25	79	39,5	39,5	39,5
26-35	46	23,0	23,0	62,5
36-45	38	19,0	19,0	81,5
46-55	28	14,0	14,0	95,5
+55	9	4,5	4,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

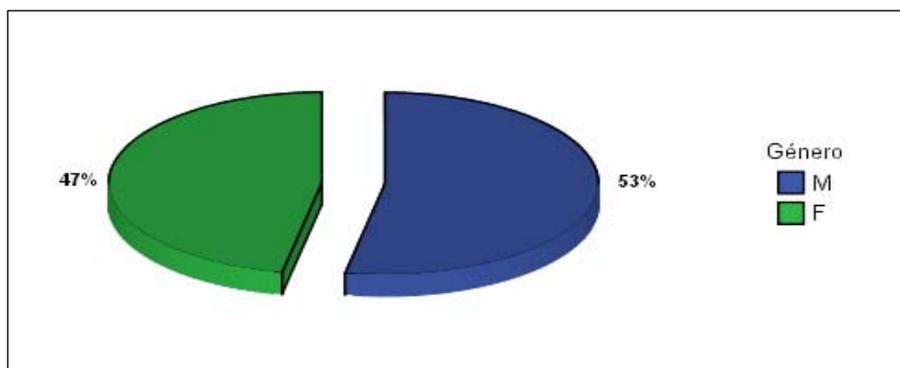
Dos dados analisados pode-se observar que cerca de 39,5% do pessoal inquirido têm a idade compreendida entre os 16 e os 25 anos e apenas 4,5% tem idade superior a 55 anos. A maioria são jovens dos 16 aos 35 anos, representando cerca de 62,5%. Pode-se deprender que se trata de uma ilha cuja população é extremamente jovem. Aliás, segundo as estatísticas cerca de metade da população da ilha é representada por jovens. Este facto pode constituir uma valência para o turismo dado que este sector emprega, sobretudo jovens e mulheres.

Quadro 5.2: Género dos inquiridos por faixa etária

		Idade					Total
		16-25	26-35	36-45	46-55	+55	
Género	M	23	28	28	19	8	106
	F	56	18	10	9	1	94
Total		79	46	38	28	9	200

Os indivíduos do género feminino são os mais representativos na faixa etária entre os 16 e os 25 anos. O gráfico seguinte permite uma melhor visualização entre os dois géneros.

Gráfico 5.1: Género dos indivíduos inquiridos



Conforme os resultados do inquérito, observa-se um relativo equilíbrio entre o género dos indivíduos inquiridos. A predominância dos indivíduos do género masculino, talvez esteja relacionada com o fenómeno migratório que se verifica na ilha.

Em virtude do desenvolvimento da actividade turística, a ilha tem sido foco de grande atracção de jovens, sobretudo do género masculino à procura de trabalho na construção civil e em outros ramos de actividade. São jovens provenientes de quase todas as ilhas, particularmente de Santiago, São Nicolau e Santo Antão.

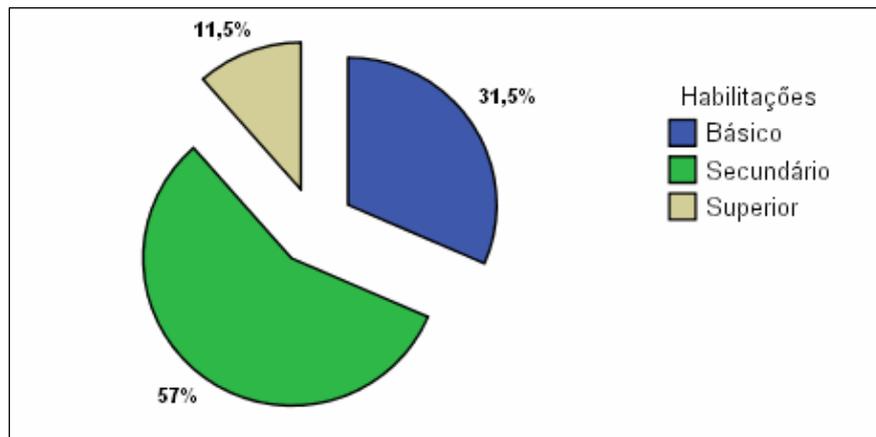
Para além das migrações internas, também se observa um número significativo de migrantes dos países da costa Ocidental africana. A relação entre turismo e migrações será desenvolvida mais a frente.

As habilitações dos inquiridos foram classificadas em Básico, Secundário e Superior, conforme consta no gráfico seguinte. Convém registar que nem todos os indivíduos inquiridos têm o ensino básico e secundário completo, apesar de estarem incluídos nestas categorias.

Quadro 5.3: Habilitação dos inquiridos por idade

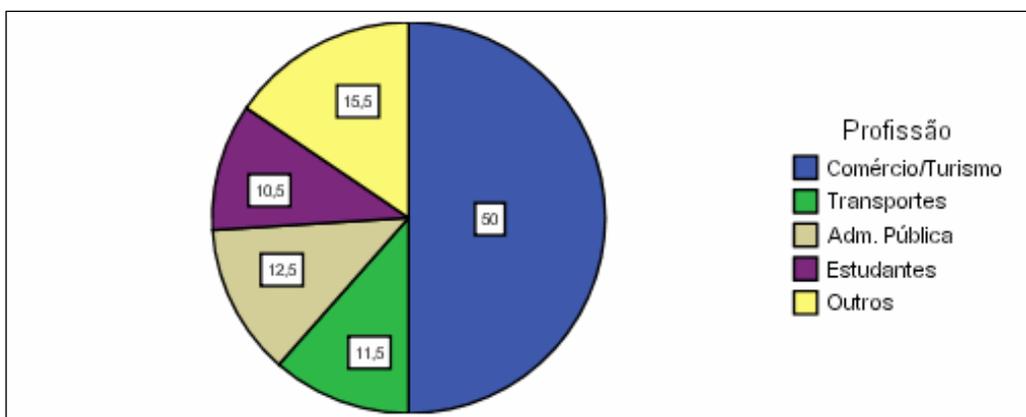
		Idade					Total
		16-25	26-35	36-45	46-55	+55	
Habilitações	Básico	16	18	13	8	8	63
	Secundário	62	21	18	13	0	114
	Superior	1	7	7	7	1	23
Total		79	46	38	28	9	200

Como se pode constatar, mais de metade da população inquirida possui o Secundário. Estes correspondem aos indivíduos em idade activa ou seja, apta para trabalhar. Este é um dado importante, porque permite treinar facilmente a mão-de-obra disponível para trabalhar no sector do turismo. É muito mais fácil treinar uma população escolarizada do que analfabeta.

Gráfico 5.2: População inquirida segundo habilitações (%)

Em termos percentuais pode-se constatar que 57% da população inquirida possui o Secundário, 31,5% o ensino Básico, enquanto 11,5% o ensino Superior. Esta situação reflecte os investimentos realizados no sector da educação desde finais da década de 70 no país. Segundo dados do INE, já em 1990, cerca de 61,1% da população do Sal possuía como nível de instrução o Ensino Básico; 16,7% o Secundário e Pós-Secundário. O nível de escolaridade pode reflectir positivamente na prestação de serviços no sector do turismo.

Em relação à profissão dos inquiridos foram classificados do seguinte modo: Comércio/Turismo, Transportes, Administração Pública, Estudantes e Outros. A ocupação dos inquiridos é importante, porque permite saber em que medida estes estão ou não ligados à actividade turística.

Gráfico 5.3: Profissão exercida pelos inquiridos

Cerca de 50% dos inqueridos trabalham no Sector do Comércio/Turismo. Este indicador mostra o peso dos dois sectores no desenvolvimento económico da ilha. Os dados apurados apontam para uma maior afirmação do sector dos serviços, com o comércio e o turismo a ocupar um lugar de destaque. As grandes oportunidades do emprego nos sectores de comércio e turismo resultam de investimentos realizados na hotelaria e no sector imobiliário.

Com o turismo aparecem novas formas de negócios na ilha contribuindo para aumentar postos de trabalho. Os investimentos realizados na hotelaria e no sector imobiliário cria uma nova dinâmica no sector da construção civil.

Os transportes sempre tiveram um papel de destaque na criação do emprego na ilha. Desde a construção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral em 1949, a vida económica desta ilha passou a desenvolver-se à volta de actividades aeroportuárias. A partir desta data várias companhias aéreas passaram a operar neste aeroporto, com destaque para a companhia sul-africana. Este aeroporto serviu de escala a várias companhias internacionais na rota entre Europa, África e América do Sul.

Recentemente, tem facilitado a realização de voos charters provenientes da Europa ocidental. Daí, o peso significativo do sector dos transportes no emprego. Os transportes nesta amostra representam cerca de 11,5% do total do emprego na ilha.

Como foi referido no capítulo quarto, o sector dos transportes, através da empresa de Aeroportos e Segurança Aérea deteve, até meados de 90, um peso significativo no emprego. Apesar da redução do seu peso no emprego, este desempenha um papel importante no desenvolvimento do turismo.

A categoria, outras profissões integra os trabalhadores da construção civil, oficinas de carpintaria, marcenaria e mecânica, pescadores, armadores de navios e guardas-nocturnos. Muitos desses trabalhadores sentem-se dependentes da actividade turística.

5.7.2 Apresentação e Discussão das Opiniões dos Inquiridos

Depois de caracterizar a população inquirida, segue-se a análise e discussão das opiniões obtidas no contexto de desenvolvimento socio-económico. O inquérito realizado encontra-se em anexo e contém um conjunto de doze questões de carácter socio-económicas.

Na análise e discussão das respostas apoia-se fundamentalmente na estatística descritiva, para avaliar o grau de percepção dos inquiridos em relação aos impactes derivados do turismo. As respostas obtidas serão analisadas em função das variáveis idade e profissão de modo a verificar se estas influenciam ou não as respostas. As questões dizem respeito ao impacte económico e social e encontram-se divididas em dois grupos a saber:

- Primeiro grupo: Impacto Económico
- Segundo grupo: Impacto Social.

Em relação ao primeiro grupo de questões, trata-se de um conjunto de seis perguntas previamente seleccionadas a partir das seguintes variáveis económicas: emprego, rendimento, impostos e inflação.

Partindo da hipótese de haver uma relação intrínseca entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento turístico, nesta primeira questão a preocupação fundamental consiste em saber, qual é a percepção da população inquirida em relação ao grau de importância do turismo no desenvolvimento económico da ilha. Por isso, a pergunta 1 consiste em saber “se o turismo constitui o principal factor de desenvolvimento económico na ilha. As respostas em relação a esta questão encontram-se representadas no quadro que se segue.

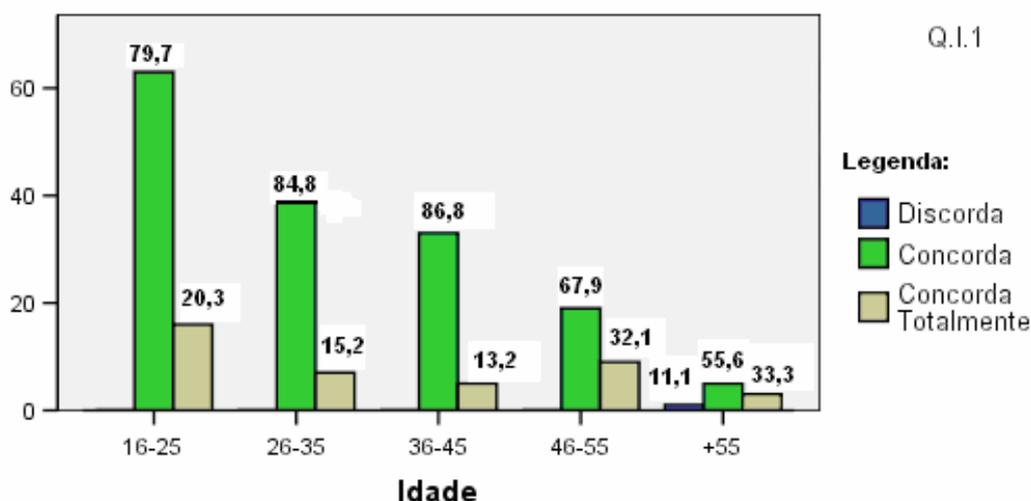
Quadro 5.4: Turismo como factor de desenvolvimento económico

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discorda	1	0,5	0,5	0,5
Concorda	159	79,5	79,5	80,0
Concorda Totalmente	40	20,0	20,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

A partir dos resultados obtidos, observa-se que das 200 pessoas inquiridas apenas uma manifestou discordância em relação à esta pergunta, ou seja, cerca de 99,5% dos inquiridos tem uma percepção positiva quanto à importância do turismo no desenvolvimento económico da ilha. Estes consideram o turismo um factor importante no desenvolvimento económico do Sal.

Dadas as características da amostra, algumas variáveis foram cruzadas com as afirmações, para se poder apurar se existe ou não relações entre elas. Ao cruzar a pergunta 1 com a idade dos indivíduos, observa-se no gráfico nº 4 que a maioria dos inquiridos independentemente da faixa etária concorda total ou parcialmente que o turismo é o principal factor de desenvolvimento económico do Sal.

Gráfico 5.4: Representação da pergunta 1 por idade



Em relação a esta amostra presume-se que as respostas obtidas não dependem da idade. As respostas dos mais jovens são mais expressivas, porque estes constituem a maioria. De acordo com a percepção dos inquiridos e com base nos indicadores analisados no capítulo anterior, pode-se concluir que o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento económico da ilha.

Quadro 5.5: Representação da pergunta 1 por género

		Género		Total
		M	F	
Q.I.1	Discorda	0	1	1
	Concorda	84	75	159
	Concorda Totalmente	22	18	40
Total		106	94	200

O género dos indivíduos por si só, também não constitui factor de diferenciação nas respostas obtidas. O que se pode registar é o facto dos indivíduos do género masculino serem ligeiramente superior ao do género feminino. Este facto acaba por reflectir na representatividade das respostas.

Quadro 5.6: Resposta à pergunta 1 de acordo com habilitações

		Habilitações			Total
		Básico	Secundário	Superior	
Q.I.1	Discorda	1	0	0	1
	Concorda	53	93	13	159
	Concorda Totalmente	9	21	10	40
Total		63	114	23	200

Em relação às habilitações já não se pode dizer o mesmo. Embora, nesta amostra o grau de diferenciação das respostas não são significativas, admite-se a hipótese desta influenciar as respostas.

Quadro 5.7: Resposta à pergunta 1 segundo a profissão

		Profissão					Total
		Comércio/Turismo	Transportes	Adm. Pública	Estudantes	Outros	
Q.I.1	Discorda	1	0	0	0	0	1
	Concorda	83	18	18	15	25	159
	Concorda Totalmente	18	4	6	6	6	40
Total		102	22	24	21	31	200

A profissão dos inquiridos pode constituir um factor de diferenciação nas respostas obtidas. Contudo, nesta amostra as variáveis cruzadas não influenciaram significativamente a resposta. Talvez, porque se trata de uma questão de natureza mais geral.

O facto da maioria das pessoas inquiridas reconhecerem a importância do turismo no processo de desenvolvimento económico da ilha pode constituir uma mais-valia para o sucesso de desenvolvimento do turismo nesta região. Esta percepção positiva dos inquiridos reforça a ideia de que o turismo é o principal vector de desenvolvimento económico desta ilha. Contudo, resta saber, qual é a verdadeira contribuição do turismo na economia local.

Conforme foi referido na revisão da literatura para determinar exactamente a contribuição do turismo no desenvolvimento de um país, região ou localidade, torna-se necessário, recorrer à análise dos multiplicadores económicos do turismo. Existem várias técnicas para avaliar os impactes económicos e sociais do turismo nas áreas de destino. Porém, neste trabalho, o que se pretende é apresentar alguns indicadores que permite ter uma percepção geral sobre a contribuição do turismo no desenvolvimento da ilha.

De acordo com as informações estatísticas discutidas no capítulo anterior, verifica-se que o turismo tem criado muitas oportunidades de emprego para os residentes. Os resultados do inquérito também apontam para esta tendência. O gráfico nº 3 indica que cerca de 50% dos inquiridos trabalham em sectores do comércio e turismo.

Embora os dados estatísticos indiquem em certa medida a contribuição do turismo no emprego, em termos quantitativos, seria oportuno confrontar essa realidade com a percepção dos residentes. A pergunta 2 tem como objectivo avaliar o grau de percepção dos inquiridos em relação ao impacte do turismo no emprego.

Portanto, em relação à pergunta 2 “se o turismo gera muitas oportunidades de emprego para os residentes”, as respostas obtidas encontram-se representadas no Quadro (nº 5.8) a seguir.

Quadro 5.8: Turismo e emprego

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Concorda	158	79,0	79,0	79,0
Concorda Totalmente	42	21,0	21,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Conforme a literatura, o emprego é uma das principais razões para o desenvolvimento do turismo. Existe uma grande expectativa por parte dos governantes e dos residentes em relação às oportunidades de emprego que o turismo pode gerar. As opiniões dos inquiridos vão de encontro a esta expectativa. Basta ver que não se registou nenhuma opinião que contrapõe esta afirmação.

Dos inquiridos todos concordaram parcial (79%) ou totalmente (21%) que o turismo gera muitas oportunidades de emprego para os residentes. Aliás, os dados estatísticos do INE, confirmam este facto.

A taxa de desemprego (ver capítulo 5) diminuiu consideravelmente na ilha, em virtude dos investimentos realizados no sector do turismo. Segundo o INE, passou de 21,5% em 1990 para 10,4% em 2000 e 6,6% em 2002. De acordo com a mesma fonte, de 1990 a 2002, a força de trabalho registou um crescimento à volta de 2,5%.

Segundo informações disponíveis já em 1990, o emprego na ilha concentrava-se sobretudo nos sectores de serviços, nomeadamente comércio, hotelaria, restauração, transportes, armazenagem e comunicações. O sector de comércio, construção, hoteleira, transportes mantém ainda esta tendência conforme se pode confirmar no gráfico n.º 5.3.

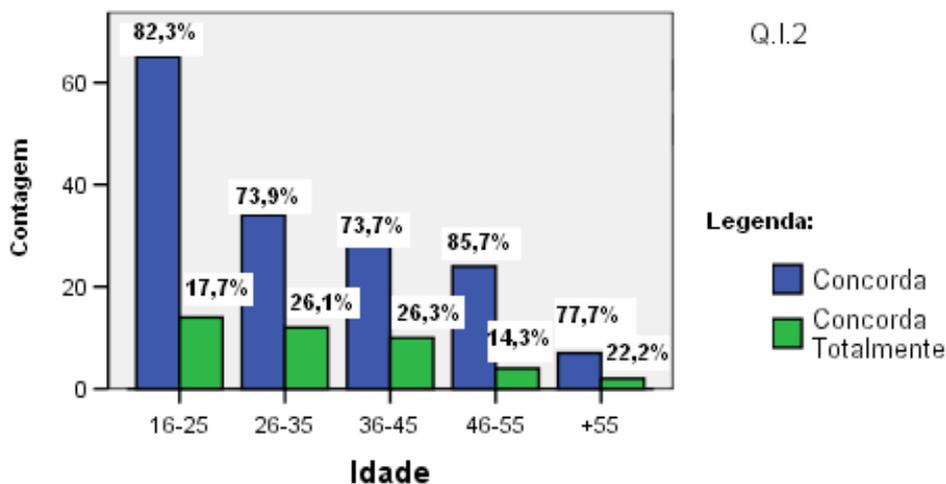
De acordo com as estatísticas do emprego, em 1991, a ilha do Sal concentrava 36% da oferta turística nacional e o emprego no sector representava 18% da população activa da ilha, sendo a maioria em Santa Maria.

De facto o turismo é um dos sectores que mais oportunidade de emprego tem gerado na ilha nos últimos anos. Em 2005, cerca de 1356 pessoas trabalharam em estabelecimentos hoteleiros nesta ilha, o que representa (63%) do total de emprego neste sector ao nível nacional. Mas, para além do emprego na hotelaria, existem outros serviços que oferecem oportunidades de emprego, como a construção civil, os restaurantes e bares, as lojas, os serviços de transportes rodoviários que operam sobretudo, em Santa Maria.

Portanto, não há dúvidas que o emprego constitui um dos maiores impactes do turismo na ilha. A expectativa de emprego com o desenvolvimento do turismo na ilha tem atraído muitos jovens de outras ilhas à procura de trabalho neste sector e na construção civil.

O gráfico a seguir evidencia de uma forma expressiva as respostas dos inquiridos em função da idade.

Gráfico 5.5: Resposta dos inquiridos em relação à pergunta 2 por idade



Fazendo uma análise sumária, a partir dos dados obtidos pode observar-se que a idade dos inquiridos não influencia as respostas. Embora a perspectiva de análise dos impactes do turismo, neste caso, tem sido do ponto de vista positivo, não se pode ignorar os aspectos negativos decorrentes desta actividade.

Conforme se referiu no primeiro capítulo, o turismo estimula investimentos, gera rendimentos e emprego, mas também, exerce uma relativa pressão sobre os preços dos produtos nas áreas de destino.

Por isso, sendo os residentes os principais prejudicados com a subida do preço de produtos, as suas opiniões permite ter uma apreciação mais objectiva sobre a relação entre o turismo e a evolução do preço de produtos na região. Daí a razão da pergunta 3 “se o turismo tem causado subida de impostos na ilha”. Trata-se de uma afirmação que tem causado alguma inquietação e divergência nas respostas dos inquiridos. O quadro a seguir sintetiza as respostas dos inquiridos.

Quadro 5.9: Turismo e subida de impostos

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda Totalmente	1	0,5	0,5
Discorda	25	12,5	13,0
Indeciso	36	18,0	31,0
Concorda	113	56,5	87,5
Concorda totalmente	25	12,5	100,0
Total	200	100,0	

Das 200 pessoas inquiridas (69%) concordaram com a afirmação sendo (12,5%) totalmente e (56,5%) parcialmente. Os que manifestaram desacordo representam (13%) dos inquiridos, sendo (0,5) manifestaram desacordo total. Os indecisos representam uma percentagem significativa (18%) dos inquiridos.

Durante a entrevista, os mais esclarecidos argumentaram que, à semelhança do que acontece ao nível nacional, os impostos são aplicados sobre o rendimento obtido. Na verdade, existe no país uma Lei¹³ sobre os impostos que regula a aplicação dos impostos ao nível nacional.

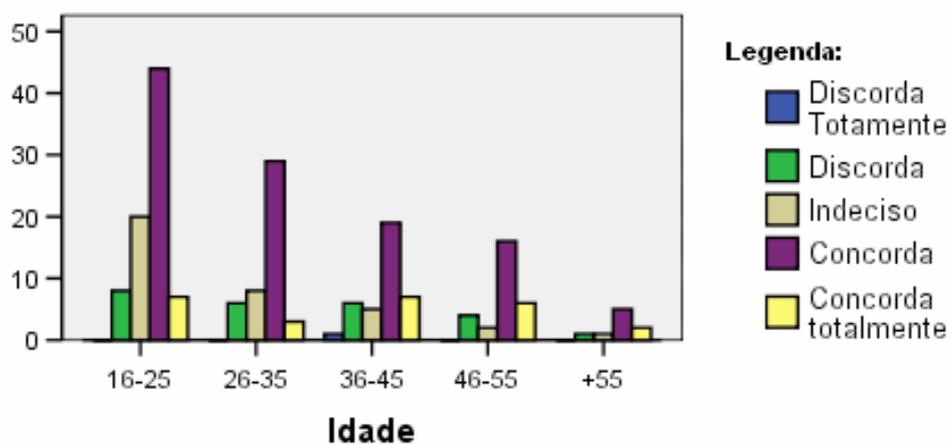
¹³Lei de Base do Imposto Único sobre o Rendimento-Lei Nº 127/IV/95 de 26 de Junho e Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento (RIUR): Decreto-Lei Nº 1/96 de 15 de Janeiro.

Quadro 5.10: Resposta dos inquiridos em relação à pergunta 3 por idade

	Idade	Idade					Total
		16-25	26-35	36-45	46-55	+55	
Q.I.3	Discorda Totalmente	0	0	1	0	0	1
	Discorda	8	6	6	4	1	25
	Indeciso	20	8	5	2	1	36
	Concorda	44	29	19	16	5	113
	Concorda totalmente	7	3	7	6	2	25
Total		79	46	38	28	9	200

Ao fazer uma análise comparativa sobre os resultados obtidos no quadro 9 e 10 pode-se concluir que a idade dos indivíduos não influencia directamente nas respostas obtidas. O gráfico seguinte ilustra de uma forma clara os resultados obtidos.

Gráfico 5.6: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 3 por idade



Apesar de mais de 50% dos inquiridos na faixa etária entre os 16 e os 25 concordarem com a pergunta 3, esta foi uma das questões que causou mais dúvidas e inquietação junto dos mesmos.

Quadro 5.11: Resposta dos inquiridos à pergunta 3 segundo habilitações

		Habilitações			Total
		Básico	Secundário	Superior	
Q.I.3	Discorda Totalmente	0	1	0	1
	Discorda	6	11	8	25
	Indeciso	11	19	6	36
	Concorda	37	73	3	113
	Concorda totalmente	9	10	6	25
Total		63	114	23	200

Ao analisar os resultados obtidos de acordo com as habilitações dos indivíduos nota-se que não diferem muito das outras. Pois, o grau de variação das respostas não é muito significativo.

Em relação à pergunta 4 “se os proprietários da indústria turística (hotéis, restaurantes, transportes aéreos, táxi, autocarros, etc.) deveriam pagar impostos mais elevados do que as outras indústrias na ilha” as opiniões são divergentes. As respostas dos inquiridos estão representadas no quadro a seguir.

Quadro 5.12: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 4

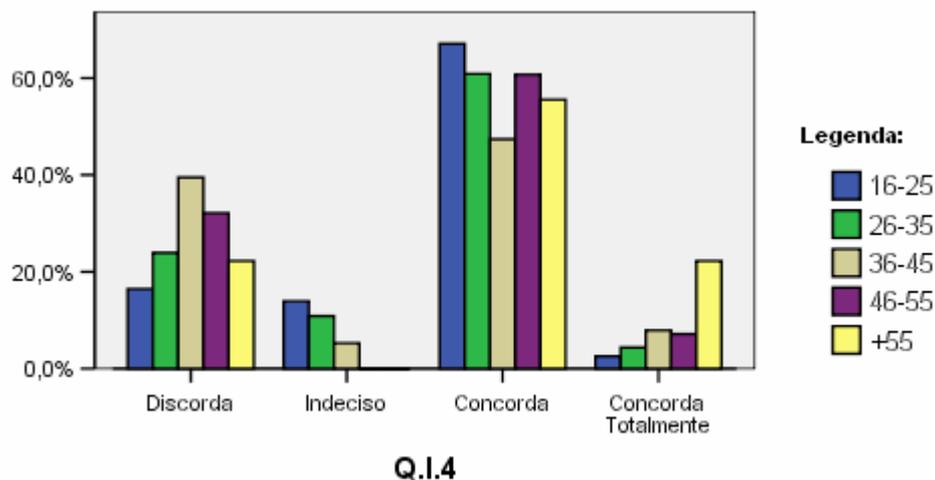
	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discorda	50	25,0	25,0	25,0
Indeciso	18	9,0	9,0	34,0
Concorda	121	60,5	60,5	94,5
Concorda Totalmente	11	5,5	5,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

A partir do quadro nota-se que 66% dos inquiridos concordaram com essa questão, sendo 5,5% acordo total. Pelo contrário, cerca de 25% dos indivíduos, manifestaram opinião contrária argumentando que existe no país uma Lei que regula os impostos sobre o rendimento. Por isso, consideram que os impostos devem ser aplicados em função do rendimento, independentemente da natureza da actividade. Cerca de 9% dos inquiridos não manifestaram qualquer opinião.

Para muitos dos inquiridos cabe agora ao Estado criar estruturas funcionais que permitam fazer uma maior fiscalização junto dos proprietários da indústria turística. Isto porque, nem sempre o rendimento declarado corresponde ao montante arrecadado.

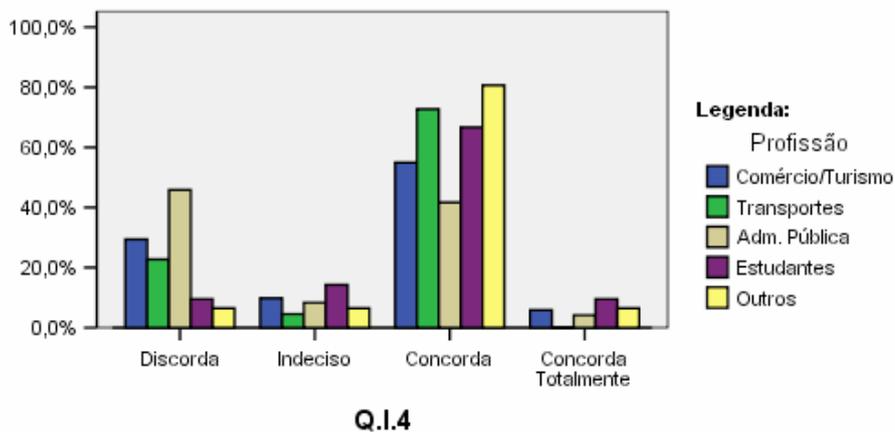
O quadro seguinte representa a pergunta 4 segundo a faixa etária de modo a saber se, a idade dos inquiridos influencia ou não nas respostas.

Gráfico 5.7: Opinião dos inquiridos por faixa etária



Tendo em conta a proporção dos inquiridos por faixa etária, ao considerar as respostas obtidas em função da idade nota-se que o grau de variabilidade das respostas não é expressivo.

Gráfico 5.8: Opinião dos inquiridos segundo à profissão



Com a questão 5 “se a procura da ilha como destino turístico tem provocado aumento no preço dos produtos” pretende-se apurar em que medida o aumento da procura turística poderá influenciar o aumento do preço de produtos. Nesta questão, muitos dos inquiridos argumentaram que os preços de produtos no Sal sempre foram elevados. Para estes inquiridos este facto relaciona-se com o problema de transbordo das mercadorias devido à ausência de um porto com capacidade de carga e descarga para navios de grande porte.

Também, alguns admitem que em épocas altas as oscilações de preços poderão estar relacionadas com a maior presença de turistas. Os residentes aproveitam a presença dos turistas para aumentarem o preço de produtos com custos adicionais para a comunidade local.

O facto do país importar a maioria dos bens essenciais de consumo agrava ainda mais a situação dos preços. No caso da ilha do Sal o problema é maior por causa do transbordo interno e do turismo.

Tratando-se de uma ilha onde a agricultura não tem qualquer expressão, alguns produtos hortícolas produzidos no país são provenientes de outras ilhas e ali mais cara. Esta situação provoca nos residentes uma relativa sensação de inflação local. O quadro que se segue ilustra a opinião dos inquiridos em relação a esta questão.

Quadro 5.13: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5

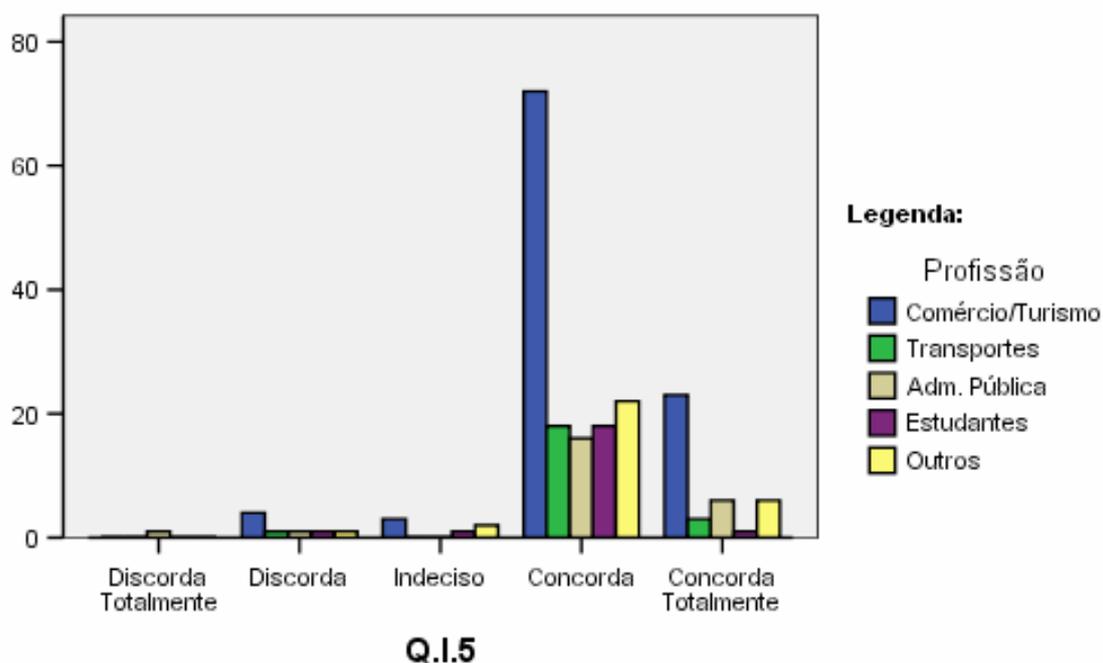
	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda Totalmente	1	0,5	0,5
Discorda	8	4,0	4,5
Indeciso	6	3,0	7,5
Concorda	146	73,0	80,5
Concorda Totalmente	39	19,5	100,0
Total	200	100,0	

O quadro mostra que dos inquiridos apenas 4,5% manifestaram desacordo em relação a esta questão, ou seja, cerca de 92,5% concordaram com a afirmação de que a procura da

ilha como destino turístico pode provocar aumento do preço de produtos. Os que ficaram indecisos representam 3% dos inquiridos.

Em Santa Maria, o principal pólo de desenvolvimento turístico da ilha, os preços praticados são relativamente mais elevados que em Espargos.

Quadro 5.14: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5 por profissão



De acordo com os dados representados, as opiniões concordantes são mais expressivas em relação às pessoas que trabalham ligado ao comércio e turismo do que nas outras profissões. Contudo, não se pode esquecer que nesta amostra, cerca de 50% na população inquirida, trabalha no sector de comércio e turismo.

A pergunta 6 “se a maior parte da riqueza gerada pelo turismo vai para o estrangeiro”justifica-se pelo facto da maioria dos proprietários de hotéis estarem sob o domínio de estrangeiros. Conforme se referiu no capítulo anterior, a ilha continua a ser palco de grandes investimentos estrangeiros, destacando os italianos e portugueses. Estes são proprietários dos maiores estabelecimentos hoteleiros e por isso, parte significativa do rendimento é canalizada para os seus países de origem.

Quadro 5.15: Opinião dos inquiridos quanto à pergunta 6

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discorda	15	7,5	7,5	7,5
Indeciso	16	8,0	8,0	15,5
Concorda	127	63,5	63,5	79,0
Concorda Totalmente	42	21,0	21,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Como se pode constatar 84,5% dos inquiridos concordaram com a afirmação, 8% ficaram indecisos e 7,5% manifestaram desacordo. Nota-se que cerca de 21% dos inquiridos concordaram totalmente com a afirmação.

Conforme ficou expressa no item sobre a revisão da literatura, o turismo para além de impactes económicos, também tem repercussões ao nível social nas áreas de destino. Os dados apresentados no capítulo anterior, demonstram em certa medida as suas implicações sociais.

O segundo grupo de questões enquadra-se nesta perspectiva de análise. Neste grupo de questões foi colocada à disposição dos inquiridos um conjunto de variáveis previamente seleccionadas, tais como: poder de compra, crescimento populacional; migrações, valorização cultural, prostituição e segurança. O objectivo é apurar de certo modo o grau de percepção dos inquiridos em relação aos impactes sociais do turismo na ilha.

O quadro seguinte representa a opinião dos inquiridos relativa à pergunta 1 “se o rápido crescimento populacional na ilha nos últimos anos resulta da actividade turística” Esta questão visa apurar a opinião dos inquiridos quanto a relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento da actividade turística na ilha. Apesar de não existir uma reflexão profunda sobre esta questão, as estatísticas demonstram que o rápido crescimento populacional no Sal, a partir de 1990, se deve sobretudo, às migrações internas e internacionais e não ao crescimento natural. Segundo o INE, em 1990, o Sal tinha 7715

habitantes tendo passado em 2000, para 14792 e em 2006, para 18333. O desenvolvimento da actividade turística está na origem deste crescimento.

Quadro 5.16: Opinião dos inquiridos sobre o rápido crescimento populacional

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Discorda Totalmente	1	0,5	0,5	0,5
Discorda	2	1,0	1,0	1,5
Indeciso	3	1,5	1,5	3,0
Concorda	175	87,5	87,5	90,5
Concorda Totalmente	19	9,5	9,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

A opinião dos inquiridos foi a seguinte: das 200 pessoas inquiridas cerca de 97% concordaram, 1,5% ficaram indecisas. Os que manifestaram opinião contrária representam apenas 1,5% dos inquiridos. Trata-se de uma das questões que mereceu maior concordância.

Conforme se referiu na literatura, um dos impactes sociais do turismo é a alteração na estrutura demográfica da população. No Sal, a partir de 1990, o rápido crescimento da população deve-se ao incremento da actividade turística. Foi precisamente a partir desta década que a população da ilha registou um rápido mais acelerado. Pois, este crescimento deve-se às migrações internas e internacionais influenciadas pelo turismo.

Com a questão 2 “se o turismo é a causa de indícios de prostituição” pretende-se apurar a percepção dos inquiridos em relação à esta problemática. Embora de acordo com a literatura, a prostituição seja considerada um fenómeno muito antigo não se pode negar que a presença de turistas poderá ser aproveitada para esse fim. Por exemplo, nas Filipinas e no Japão existem muitos estudos que fazem referência ao turismo sexual. Actualmente, muitos países, sobretudo asiáticos utilizam nas suas estratégias de marketing a exploração do prazer sexual como forma de atrair e despertar a curiosidade dos turistas.

Em Cabo Verde, embora seja praticada de forma ilegal, começa a preocupar as autoridades nacionais e locais. Com o turismo, a prostituição passou a ser uma actividade rentável em Santa Maria.

Quadro 5.17: Opinião sobre a relação entre o turismo e a prostituição

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda	3	1,5	1,5
Indeciso	5	2,5	4,0
Concorda	170	85,0	89,0
Concorda Totalmente	22	11,0	100,0
Total	200	100,0	

Dos Inquiridos, 96% concordaram com a afirmação, 2,5% manifestaram-se indecisos e apenas 1,5% mostraram-se contra. Para muito dos inquiridos, embora se trata de uma actividade incipiente, torna-se necessário tomar algumas precauções. Também, justificam as suas opiniões com a entrada de muitas jovens provenientes do Senegal e da Nigéria cujo propósito é a prática da prostituição.

O problema da segurança é também uma questão que preocupa a comunidade local. Cabo Verde é considerado a nível internacional um país seguro e tranquilo. Esta tem constituído uma vantagem em relação aos países da sub-região e associada às suas características naturais tem traduzido num grande atractivo para os turistas.

Com o desenvolvimento da actividade turística talvez, o problema da segurança pode ser analisado com mais acuidade. Como a segurança é um problema que também, pode estar relacionada com o incremento da actividade turística, a pergunta 3 “se a ilha poderia ser um lugar mais seguro sem turistas” visa saber em que medida o turismo pode contribuir para a insegurança na ilha.

Quadro 5.18: Opinião dos inquiridos sobre a relação entre turismo e segurança

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda Totalmente	2	1,0	1,0	1,0
Discorda	65	32,5	32,5	33,5
Indeciso	15	7,5	7,5	41,0
Concorda	114	57,0	57,0	98,0
Concorda Totalmente	4	2,0	2,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

A relação entre o turismo e a segurança tem causado uma grande divergência nas respostas dos inquiridos. Dos resultados obtidos, cerca de 59% dos inquiridos concordaram que a ilha seria um lugar mais seguro e tranquilo se não houvesse presença de turistas mas também, menos desenvolvida.

Para estes inquiridos, com o desenvolvimento do turismo a ilha tornou-se um lugar menos seguro, passando a enfrentar problemas relacionados com o consumo e tráfico de drogas, prostituição, actos de vandalismo etc. Consideram que apesar de serem actos isolados não deixam de causar alguma apreensão em relação à forma como o problema tem evoluído nos últimos anos.

Nesta questão, cerca de 33,5% dos inquiridos discordaram da afirmação argumentando que o problema da segurança é o resultado da própria dinâmica do desenvolvimento da ilha e do país. Consideram os turistas pessoas tranquilas e pacíficos.

Os impactes do turismo também são sentidos a nível cultural. A cultura autóctone está sujeita às influências externas. Como se referiu na literatura, da interacção turista e população local pode surgir alterações ou modificações em determinados aspectos culturais que dependendo do grau de interacção e de outros factores contribuem de forma positiva ou negativa para transformar a cultura local.

A cultura cabo-verdiana é considerada por muitos como um grande atractivo turístico. A ‘morabeza’ do povo cabo-verdiano e os aspectos característicos da sua cultura poderão sentir-se muito mais valorizada com o desenvolvimento do turismo.

O objectivo da pergunta 4 “ se o turismo tem contribuído para a valorização da cultura na ilha” visa apreciar em que medida o turismo tem contribuído para valorizar a cultura na ilha.

Quadro 5.19: Opinião dos inquiridos sobre a relação entre turismo e cultura

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda	59	29,5	29,5
Indeciso	10	5,0	34,5
Concorda	123	61,5	96,0
Concorda Totalmente	8	4,0	100,0
Total	200	100,0	

Dos resultados obtidos, verifica-se que cerca de 65,5% dos inquiridos concordam com a afirmação, 5% ficaram indecisos e 29,5% manifestaram opinião contrária. Os que manifestaram opinião contrária argumentaram que uma das formas de valorizar a cultura local é através da arte e dos ofícios. Para os mesmos, isto não se verifica, porque a maioria das lojas de recordações apresentam produtos da costa africana que não reflecte especificamente a cultura cabo-verdiana. Argumentam ainda que o governo deveria apoiar e incentivar mais os artesãos

Quadro 5.20: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 4 segundo habilitações

		Habilitações			Total
		Básico	Secundário	Superior	
Q.II.4	Discorda	13	39	7	59
	Indeciso	4	6	0	10
	Concorda	44	65	14	123
	Concorda Totalmente	2	4	2	8
Total		63	114	23	200

Como se pode observar, apesar das divergências nas respostas nota-se que em todos os níveis de escolaridade, mais de 50% dos inquiridos concordaram com a afirmação. Na realidade esta valorização pode ainda não ser tão expressiva, mas os festivais de Santa Maria, a actuação dos grupos folclóricos nos hotéis, o aumento do número de lojas de recordações, com produtos tipicamente cabo-verdiana, são algumas das formas de valorização da cultura na ilha.

A Pergunta 5 “ se o turismo contribui para a diminuição do poder de compra dos residentes” procura-se com esta questão saber se, o turismo influencia ou não a perda do poder de compra dos residentes. Partindo da hipótese que o aumento da procura turística pode influenciar o preço dos bens nas áreas de destino, então, a opinião dos inquiridos pode revelar-se importante.

Quadro 5.21: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta 5

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda Totalmente	2	1,0	1,0
Discorda	33	16,5	17,5
Indeciso	10	5,0	22,5
Concorda	139	69,5	92,0
Concorda Totalmente	16	8,0	100,0
Total	200	100,0	

Conforme afigura-se no quadro, cerca de 77,5% dos inquiridos responderam afirmativamente, 5% ficaram indecisos e 17,5% manifestaram-se contra. Os que concordaram argumentaram que a ilha tem se afirmado cada vez mais como um destino turístico, criando oportunidades de emprego para muitos dos residentes. Estes alegam que a maioria dos trabalhos na hotelaria e restauração são de curta duração, dependente da entrada e permanência dos turistas.

Os que manifestaram contra são da opinião que a perda do poder de compra dos residentes é um problema nacional que não se relaciona apenas com o desenvolvimento da actividade

turística, mas com outros factores. Muitos consideram que o turismo tem contribuído para repor o poder de compra dado que as oportunidades de emprego são significativas.

Portanto, com base na opinião dos inquiridos pode concluir-se que o turismo contribui tanto para a perda ou reposição do poder de compra dos residentes. Apesar do carácter sazonal de muitos empregos turísticos, este repercute positivamente no poder de compra dos que trabalham neste sector. Muitos dos jovens e das mulheres sem grandes qualificações académicas e profissionais viram no turismo a sua principal fonte de rendimento.

Por último, um dos impactes do turismo que pode ser analisado, tanto na perspectiva positiva ou negativa é a sua capacidade de atrair pessoas fora da área de destino. A relação entre o turismo e as migrações (internas e internacionais) também foi um dos aspectos que mereceu a apreciação dos inquiridos.

Quadro 5.22: Opinião dos inquiridos em relação à pergunta.6

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Discorda	1	0,5	0,5
Indeciso	1	0,5	1,0
Concorda	173	86,5	87,5
Concorda Totalmente	25	12,5	100,0
Total	200	100,0	

Esta foi uma das questões mais consensuais, ou seja, cerca de 99% dos inquiridos concordaram que o turismo vem estimulando migrações internas e internacionais para ilha. Os indecisos e discordantes representam apenas 1%. Apesar das migrações contribuírem positivamente para o crescimento demográfico não se pode esquecer os problemas sociais daí advenientes.

5.8 Conclusão

No capítulo 4 ficou demonstrado que o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento económico do Sal. Os indicadores analisados apontam claramente esta tendência. Neste capítulo, as opiniões dos inquiridos também confirmam este facto. Depois de efectuar uma análise cuidada sobre as opiniões dos inquiridos conclui-se que o turismo tem contribuído de forma positiva para o desenvolvimento económico desta ilha.

A maioria dos inquiridos tem uma percepção positiva quanto à importância do turismo no desenvolvimento socio-económico da ilha. Aliás, para estes, o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento económico desta ilha. O emprego é apontado como um dos maiores impactes do turismo, não obstante o seu carácter sazonal.

Os inquiridos também estão conscientes de que nem todo o rendimento gerado fica no país. Reconhecem que uma boa parte da riqueza gerada pelo turismo vai para o estrangeiro. Isto porque, a maioria dos proprietários dos empreendimentos turísticos são estrangeiros ou o capital investido é de origem externa. Acreditava-se que o turismo seria a causa das altas de preço de produtos praticados nesta ilha, mas as opiniões dos residentes contrapõe esta tese, argumentando que o Sal sempre foi uma ilha onde o preço dos produtos foi elevado. Para os residentes, os altos preços praticados ali deriva sobretudo, do problema de transbordo, pela ausência de um porto de carga e descarga com capacidade para navios de grande porte.

Em relação aos impostos trata-se de uma questão polémica dado que existe no país uma Lei sobre os impostos que regula os impostos em função do rendimento. Por isso, muitos dos inquiridos atribuem maior responsabilidade ao Estado sobre esta matéria, criando mecanismos de controlo mais eficiente e eficaz.

Para além dos impactes económicos com destaque para a criação do emprego e do rendimento, existem também, impactes sociais considerados relevantes. Em relação ao rápido crescimento populacional que a ilha conheceu nos últimos anos, as opiniões dos inquiridos apontam o turismo como a principal causa.

É por causa da actividade turística que muitas pessoas das outras ilhas e alguns estrangeiros têm procurado o Sal para trabalhar e viver. Por isso, a partir dos indicadores estatísticos e das opiniões dos inquiridos pode-se concluir que o turismo é a principal causa das migrações quer seja interna ou internacionais na ilha. Essas migrações se por um lado constitui uma valia em termos de força de trabalho por outro têm trazido alguns problemas.

Os inquiridos também manifestaram sensíveis a determinados problemas sociais como a segurança, droga, prostituição e criminalidade. Apesar de constituírem problemas que poderão ser agravadas com o desenvolvimento do turismo, para os residentes estes problemas derivam da própria dinâmica do desenvolvimento.

Em termos de valorização cultural, ficou subjacente a ideia de que o turismo pode contribuir de forma positiva para a valorização e preservação da cultura nacional mas, para tanto precisa de uma maior intervenção das autoridades nacionais e locais na criação de incentivos nos mais variados domínios.

Capítulo 6 Conclusão

Neste capítulo, procura-se expor as principais conclusões que se pode extrair desta investigação. Apesar de se ter apresentado conclusões parciais em relação aos capítulos precedentes, parece oportuno, realçá-los aqui, de maneira sintética e organizada para dar uma visão de conjunto e mais completa sobre os seus conteúdos.

A fim de ganhar clareza e precisão pode se estruturar estas conclusões em vários pontos a seguir:

1. Há uma necessidade de aprofundar o debate sobre a relação entre o turismo e o desenvolvimento económico. A contribuição do turismo no emprego, rendimento, receitas governamentais, investimentos em infra-estruturas, entrada de divisas, volume de negócios, equilíbrio da balança de pagamentos justifica qualquer esforço neste sentido.

Até então, este debate tem sido condicionado por uma série de obstáculos que se relacionam com as deficiências em termos estatísticos dificultando por conseguinte a medição da real contribuição deste vasto sector da economia. Tudo porque, as estatísticas disponíveis são insuficientes para uma análise científica de rigor.

Conforme a literatura, o turismo é um fenómeno bastante complexo e heterogéneo que incorpora uma série de variáveis, tanto de natureza económica como social, o que dificulta ainda mais a sua avaliação em termos de impactes junto da comunidade receptora. Apesar do grande interesse que este sector tem despertado junto das autoridades governamentais e da comunidade académica, em Cabo Verde, só muito recentemente esta actividade tem despertado alguma curiosidade científica. Por isso, trata-se de um sector que precisa ser analisado e discutido do ponto de vista científico.

Contudo, recentemente, se tem notado algum interesse por parte de académicos, empresários e políticos em debater a questão de desenvolvimento do turismo no arquipélago. São vários os fóruns de reflexão desde a produção de trabalhos de natureza

académica, passando por debates e reflexões promovidos pelas autoridades governamentais em parceria com as organizações representativas dos operadores turísticos. Este interesse deriva-se em parte da tomada de consciência por parte dos intervenientes em relação aos impactes que o turismo pode causar e à necessidade de uma intervenção concertada. O papel que o turismo vem desempenhando na criação de emprego, rendimento, atracção de investimentos, dinamismo empresarial, suscita e requer um debate mais aprofundado não só por parte dos académicos, mas também, dos empresários e governantes.

2. Afirmação do turismo, enquanto sector chave no processo de desenvolvimento económico do Sal. Em virtude do papel preponderante que o turismo vem desempenhando desde a década de 90, nota-se uma clara tendência desta actividade em afirmar-se como factor principal no desenvolvimento da ilha. Nesta investigação, ficou demonstrado pelos indicadores analisados, que o turismo vem se afirmando cada vez mais como grande impulsionador da económica do Sal.

Embora se considere positivo, o impacte do turismo no território em estudo, convém enquadrar-se no contexto de desenvolvimento económico do país, como aliás se referiu ao longo deste trabalho. A conjuntura política e económica nacional e internacional têm facilitado de certo modo o sucesso de desenvolvimento turístico nesta ilha. Considerando esta fase inicial bastante promissor e encorajadora, cabe às autoridades públicas e privadas, nacional ou locais desempenharem um papel fulcral neste processo.

As potencialidades turísticas da ilha, particularmente, no domínio do turismo balnear e de desportos náuticos foram condições que à partida favoreceram o sucesso de desenvolvimento turístico nesta região. É evidente que a política de incentivos concedidos pelo governo aos investidores externos tiveram um peso considerável. Estes incentivos aliados ao clima de paz e estabilidade propiciaram a multiplicação de investimentos externos, a diversificação económica e uma nova dinâmica empresarial na ilha.

Em quase todos os capítulos foi discutido e apresentadas inúmeras e importantes vantagens resultantes do desenvolvimento da actividade turística, especialmente para países em

desenvolvimento. Estas foram muitos dos argumentos usados pelos países em desenvolvimento para apoiar a implementação da actividade turística, através da criação de vários incentivos e de infra-estruturas turísticas.

3. Turismo enquanto factor de desenvolvimento económico. O turismo será com certeza, num futuro próximo, um factor de peso no desenvolvimento económico de Cabo Verde. Os indicadores de desenvolvimento turístico com relação à ilha do Sal demonstram claramente esta tendência. Se for implementada de forma sustentada, proporciona benefícios de longo prazo à economia nacional e local. Para que isso aconteça, é necessário uma rede complexa de actividades económicas envolvidas no fornecimento de bens e serviços desde transportes, alojamento, entretenimento e outros serviços conexos ao nível do país.

A experiência das Maurícias e Seychelles poderá ser interessante para Cabo Verde, embora o contexto de desenvolvimento turístico desses países sejam diferente. A integração do turismo nos planos nacionais de desenvolvimento de Seychelles tem reflectido no seu crescimento económico. Esta é uma experiência que Cabo Verde poderia aproveitar para promover o desenvolvimento do turismo no país. A diversificação do mercado de procura e a aposta numa política de desenvolvimento turístico sustentável e de qualidade é uma estratégia adoptada por esses países para promoverem o turismo de forma controlada.

A estratégia de diversificar e captar uma maior quota de mercado turístico internacional, deveria evitar a concentração da promoção de uma oferta baseada apenas em produtos ‘sol e praia’, considerado produtos tradicionais e procurar ‘soluções inovadoras’ que por um lado permite consolidar este mercado, mas que por outro lado, constitui alternativas para novos turistas. Esta pode ser uma forma de aumentar os impactes ainda que seja por arrastamento sobre a economia local.

Por exemplo, o mercado dos emigrantes poderia ser dinamizado e aproveitado com vantagens significativa para o país. Cabo Verde dispõe de uma vasta comunidade emigrada em vários países europeus e norte americana. Esta poderia constituir-se num autêntico segmento de mercado a explorar com vantagens comparativa para o país.

Embora Cabo Verde tem muito mais limitações em termos de recursos naturais que Maurícias, a estratégia da diversificação económica, apostando fortemente no sector industrial, poderá ser útil para o país em relação a determinadas indústrias. A posição geográfica da ilha do Sal, numa zona de confluência dos ventos alísios, poderia ser aproveitada melhor na produção de energia eólica e solar. O aproveitamento deste importante recurso poderia minimizar os problemas que a ilha depara com relação à produção e ao fornecimento de energia, reduzindo os custos. Investindo em certos sectores industriais poderia reduzir a total dependência da importação de certos bens essenciais ao consumo e aumentar os benefícios com o turismo.

Uma das conclusões que se pode tirar deste estudo é que o turismo pode servir de estímulo ao processo de crescimento económico de Cabo Verde e das pequenas ilhas. A experiência de desenvolvimento de turismo no Sal pode ser alargada ao nível nacional desde que seja tomada algumas precauções. É necessário diversificar tanto o capital de investimento externo como o mercado de procura turística. Como aconselha muitos conceituados economistas “não se deve pôr os ovos no mesmo cesto”. É necessário dividir o risco, porque, o turismo é uma indústria que depende muito da conjuntura económica internacional.

- 4 A revisão teórica da literatura e a análise empírica sobre os impactes socio-económicos de turismo, permite concluir que se deve apoiar a política de desenvolvimento turístico nas áreas de destino, desde que seja promovida de forma adequada e beneficie a comunidade anfitrião. Neste sentido, recomenda-se para o caso de Cabo Verde, um modelo de desenvolvimento turístico sustentável e integrado com outros sectores da economia.

O planeamento turístico das áreas de destino é fundamental. Muitas experiências de desenvolvimento do turismo falharam precisamente por causa da improvisação que deriva em parte do crescimento desordenado das infra-estruturas de alojamento, sem qualquer critério e rigor científico. A ilha do Sal, até ao presente momento, detém as maiores infra-estruturas hoteleiras do país em detrimento das outras ilhas. Esta situação tem provocado uma grande concentração, tanto da oferta como da procura turística nesta região, apesar

dos benefícios para à economia local. Por outro lado, também tem influenciado o aparecimento de certos problemas sociais como migrações, tráfico de droga, prostituição e criminalidade. Portanto, é necessário continuar com a política de fomento à promoção turística na ilha, mas com garantia de futuro, criando em paralelo, serviços públicos e equipamentos urbanos colectivos, tendo sempre em consideração o ambiente natural, social e cultural da região.

É necessário definir uma estratégia nacional e local de promoção do desenvolvimento turístico, com a participação de todos os intervenientes, instituições públicas e privadas, empresários do sector e representantes da própria comunidade local. Pois, é necessário, definir uma estrutura de coordenação capaz de oferecer um serviço de qualidade ao nível global: alojamento, restauração, animação, segurança, limpeza pública e conservação do ambiente.

- 5 Existe uma clara tendência em transformar o Sal numa ilha de vocação turística. Esta opção estratégica tem reflectido grandemente no desenvolvimento desta região e de Cabo Verde. Trata-se de um sector de relevância estratégica tanto para o desenvolvimento desta ilha como do país.

Denota-se uma opção estratégica do governo em promover o desenvolvimento do Sal, baseado no turismo. O volume de investimentos realizados no sector e as oportunidades de emprego conseguidos são indicadores que motivam a prossecução desta política. O Sal é actualmente a única ilha onde o desemprego reduziu para menos de um dígito ao nível nacional. Este é o reflexo do desenvolvimento da actividade turística na ilha. Contudo, embora esta fase inicial tem beneficiado muito os residentes com a criação de infra-estruturas diversas e o emprego, resta saber, quais as perspectivas para a população local a médio e longo prazo. Neste sentido, não basta ter uma opção, é necessário planear e definir uma política de desenvolvimento turístico sustentável.

- 6 A conclusão final que se pode tirar desta análise é que o momento é adequado para promover um crescimento turístico ordenado e controlado sem por em causa o ambiente natural e cultural. Mas também, é propício para promover um

debate sério sobre a sustentabilidade do turismo no arquipélago e que modelo adoptar.

Embora cada ilha apresenta particularidades geográficas muito específicas, esta pode constituir uma mais valia em termos de complementaridade. Por isso, é necessário repensar a oferta em termos da definição de um produto de marca que abarque a realidade cabo-verdiana na sua totalidade. Esta poderá ser uma estratégia de diversificar a oferta, aumentar a permanência média dos turistas e dos gastos, atrair investimentos para outras ilhas e potenciar o desenvolvimento das outras ilhas. Por outro lado, também de contribuir para uma melhor repartição dos benefícios derivado do turismo.

Reconhece-se à importância do turismo para o desenvolvimento desta ilha, mas a polarização do sistema económico, com maior ênfase no sector do turismo em detrimento de outras actividades económicas estrategicamente importantes, o desequilíbrio demográfico, a pressão cultural entre os turistas e os residentes, as migrações da força de trabalho externa e o problema da degradação do meio ambiente, constituem aspectos importantes a ter em conta na dinâmica de desenvolvimento desta ilha. Este reconhecimento ficou também demonstrado pelos residentes na parte empírica do trabalho.

Os inquiridos na sua maioria subscreveram a tese de que o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento socio-económico do Sal. As opiniões analisadas e representadas em forma de quadros e gráficos atestam este facto (ver capítulo 5). Após a análise dos indicadores estatísticos e a discussão das opiniões dos inquiridos, pode-se afirmar sem sombra de dúvidas que o turismo é um dos principais factores de desenvolvimento socio-económico do Sal e que existe na verdade uma forte correlação entre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento económico desta ilha, a partir da década de 90. Estas são as duas principais hipóteses levantadas no início desta investigação.

Referências Bibliográficas e outras Fontes de Informação

a) Referências Bibliográficas

Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos (2004), Guia do Investidor, colectânea de Legislação.

Ap. J., (1992), Residents' perceptions on tourism impacts, Annals of Tourism Research.

Apostolopoulos, Y. e D.J. Gayle (eds.) (2002), Island Tourism and Sustainable Development: Caribbean, Pacific and Mediterranean Experiences, Westport, Praeger.

Archer, B., and Cooper. C., (1994), The positive and negative impacts of tourism in Theobald, W. (editor), Global Tourism, The Next Decade. Oxford: Butterworth Heinemann.

Archer, Brian (1985), Demand forecasting in tourism, University of Wales Press.

Baud-Bovy, Manuel & Lawson, Fred (1991), Tourism & Recreation: Handbook of Planning and Design, second edition, Architectural Press.

Baud-Bovy, Manuel e Lawson, Fred R. (1998), Tourism and Recreation Handbook of Planning and Design, Published, Architectural Press.

Baum T., Ram Mudambi (1999), Economic and management methods for tourism and hospitality research, John Wiley & Sons LTD.

Baum, T., (1994), The development and implication of national tourism policies, Tourism Management.

Baum, Tom (2001), Seasonality in Tourism, Published by Elsevier, Pergamon.

BCV (2007), Boletim Económico (Agosto 2001- Fevereiro 2007), disponível em <http://www.bcv.cv>

BCV (2007), Relatório Anual (1998-2005) disponível em <http://www.bcv.cv>

BCV (2007), Relatório ao Governo (2004-2006) disponível em <http://www.bcv.cv>

Boniface, Brian G., Cooper, Chris (1994), The Geography of Travel & Tourism, Second Edition.

Boniface, C. & Cooper, C. (2001), World Wide Destinations- The Geography of Travel and Tourism, 3ª ed, Oxford: Butterworth-Heinemann.

Bramwell, B e Lane, B, (2000), Tourism collaboration and Partnership – Politics, Practice and Sustainability, Channel view Publications, Clevedon

Briguglio, L., Archer, B., Jafari, J., e Wall, G., (eds.) (1996), Sustainable Tourism in Islands and Small States: Issues and Policies, London, Pinter.

Briguglio, L., Butler, R., Harrison D., e Filho, W.L., (eds.) (1996), Sustainable Tourism in Islands and Small States: Case Studies, London, Pinter.

Brunt, Paul (1997) Market Research in Travel and Tourism, First published, British Library Cataloguing in Publication Data

Bull, A. (1991), La Economía del sector turístico, Alianza Editorial, S.A; Madrid

Burkhart, A J e Medlik, S (1981), Tourism – Past, Present and Future, Butterworth-Heinemann Ltd, Oxford, 2ª Edition

Burn, D., (1996), Attitudes towards tourism development, Annals of Tourism research.

Butler, R. W. (1980), The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources, Canadian Geographer.

Butler, R. W., (1975), Tourism as an agent of social change, Occasional paper N° 4, Peterborough, Ontario: Trent University.

Butler, R.W., (1993), Tourism Development in Small Islands, Past Influences and Future Directions in Lockhart, D. G., Smith, D.D., Schembri (eds) The Development Process in Islands States, London and New York, Routledge, pp71-91.

Butler, R., (1996), Problems and possibilities of Sustainable Tourism: The Case of the Shetland Islands in Biguglio, L., Butler R., Harrison D., e Filho, W. L., (eds) Sustainable Tourism in Islands and Small States: Case Studies, New York, Pinter.

Butler, R.W. (1993), Sustainable tourism: A state-of-the-art review, Tourism Geographies.

Butler, R.W. (1993), Tourism – An evolutionary perspective, in J.G. Nelson, R. W. Butler e G. Wall (eds.), Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning and Managing, Department of Geography Publications Series N° 37, Waterloo, University of Waterloo.

Butler, Richard (EDT) e Pearce, Douglas G, (2002), Contemporary Issues in Tourism Development, Published, Routledge (UK)

Butler, Richard (EDT) e Pearce, Douglas, G, (2002), Tourism in Small Island, Routledge

Cabo Verde, Decreto – Lei N° 2/93, de 1 de Fevereiro, Governo, “Boletim Oficial” da República de Cabo Verde (Declara as Zonas Turísticas Especiais)

- Cabo Verde, Decreto-Lei Nº47/97, de 14 de Julho, Governo, I Série – Nº27 – “Boletim Oficial” da República de Cabo Verde. (Regulamento do Imposto de Turismo).
- Cabo Verde, Lei Nº 42/IV/92, de 6 de Abril, da Assembleia Nacional Popular, Suplemento ao “Boletim Oficial” de Cabo Verde Nº 14 de 6 de Abril de 1992. (Lei da Utilidade Turística)
- Cabo Verde, Lei Nº 89/IV/93, de 13 de Dezembro de 1993, da Assembleia Nacional Popular, Suplemento ao “Boletim Oficial” de Cabo Verde” Nº 27 de 13 de Julho de 1989. (Lei do Investimento Externo)
- Câmara Municipal do Sal (1998), Plano Municipal de Desenvolvimento, Volume I,
- Câmara Municipal do Sal (1998), Plano Municipal de desenvolvimento, Volume II.
- Charles, Maria, Eugenia, Commonwealth (1995), A Future Small States: Overcoming Vulnerability, Report, Commonwealth, Secretariat.
- Clarke, J. (1997), A framework of approaches to sustainable tourism, journal of Sustainable Tourism.
- Cohen, E., (1988), Traditions the qualitative sociology of tourism, Annals of Tourism Research.
- Commonwealth Secretariat (2004), Small States: Economic Review and Basic Statistics, vol. 8, Commonwealth Secretariat
- Conlin, M. V., and Baum, T., (1995), Island Tourism: An Introduction in Conlin, M.V., and Baum, T., (eds) Island Tourism, Chichester: John Wiley&Sons, pp3-13.
- Conlin, M. V., and Baum, T., (eds), (1995), Islands Tourism, Management Principles and Practices, Chichester: John Wiley&Sons.
- Cooper, C. (1995), Strategic Planning for sustainable tourism: The case of the offshore islands of the UK, Journal of Sustainable Tourism.
- Cooper, C., and Wanhill, S., (eds), (1997), Tourism Development, Environmental and Community Issues, Chichester, John Wiley&Sons.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S., (1993), Tourism Principles and Practice, London: Pitman.
- Cooper, C., J. Fletcher, S. Wanhill, D. Gilbert e R. Shepherd (eds.) (1998) Tourism: Principles and Practices, 2ª Edição, Harlow, Pearson Education.
- Costa, C M M. (1991), Planning for Tourism in Portugal: A Comparison Between the Tourism Organisation in Portugal and England, University of Surrey, England

Costa, C M M. (2004), Turismo e Poder Local, in Actas XIV Congresso Associação Nacional de Municípios Portugueses, Funchal, 3 de Abril

Costa, C. M. M, (1997), Turismo e Desenvolvimento Regional: Reflexão sobre Algumas Políticas Estratégicas para Portugal, Comissão de Coordenação da região do Norte (CCRN), 24 Novembro.

Costa, C. M. M; (1998), O Turismo e os Municípios - Porquê e Que Relação? In Turismo: Horizontes Alternativos, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 191-212.

CTC, David, W. Howell, (1989), Passport: An Introduction to the Travel and Tourism Industry, South-Western Publishing Co.

Crandall, L., (1994), the social impact of tourism on developing regions and its measurement in Ritchie, J.R.B., and Goeldner, C.R., (eds), Travel Tourism and Hospitality Research 2nd ed., New York: John Wiley & Sons.

Cunha, Licínio, (1997), Economia e Política do Turismo, Editora McGRAW-HILL.

Cunha, Licínio, (2003), Introdução ao Turismo, 2ª Edição, Editorial Verbo, Lisboa

Dados do Turismo sobre a oferta turística Cabo-verdiana de 2000-2002 – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

DANN, Graham M.S (2002), Tourism and Development, in DESAI, V; POTTER, R.B (Ed), The Companion to Development Studies, London: Arnold; and New York: Oxford University Press.

Davidson Rob (1989), Tourism, British Library Cataloguing in Publication Data.

De Kadt, E. (ed) (1979), Tourism -Passport to development? Perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries, New York, Oxford University Press for the World Bank and UNESCO.

DGDT (2004), Proposta de Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico-Após a validação do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde, Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico.

Duffield, B. S; (1982), Tourism: the measurement of economic and social impact, Tourism Management.

Eco, Humberto (1997), Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas, Lisboa, Editorial Presença.

Elliot J., (1997), Politics and Public Sector Management, London New York: Routledge.

- Estêvão, João (2004), O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional In Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2004), Cabo Verde – um caso insular nas relações Norte-Sul, in *Estratégia*, nº 20, 1º semestre, Principia, Lisboa.
- Felix Martins, J; (2000) “Attitudes of resident towards tourism in Madeira”, tese de doutoramento não publicada, University of Surrey.
- Ferreira, Eduardo Sarmiento (1998), Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano, in Documento de Trabalho, nº 52 CEsa, ISEG, Lisboa.
- Figueirola, M (1985), Teoria Económica del Turismo, Alianza Editorial, Madrid.
- Foster, Douglas (1985), *Travel and Tourism Management*, 1st Ed.
- Foster, Douglas (1992), Viagens e Turismo: Manual de Gestão, Edição CETOP, Lda.
- Fridgen D. Joseph (1990), Dimensions of Tourism.
- Gee, Chuck Makens, James e Choy, Dexter (1989), The travel Industry, 2ª ed. AVI. Publishing.
- Ghosh, R N e Sinddique, Mohammed Abu B. (2003), Tourism and Economic Development: Cases studies from the Ocean Region, Ashgate Publishing Ltd.
- Glasson, John, Godfrey, Kerry e Goodey, Brian (1997), Towards Visitor Impact Management: Visitor Impacts, carrying capacity and management Responses in Europe’s Historic Towns and Cities.
- Global Reporting Initiative (GRI) (2003) [http://www. Globalreporting.org](http://www.Globalreporting.org).
- Godfrey, K.B. (1998), attitudes towards ‘sustainable tourism’ in the UK: A view from local government, Tourism Management.
- Goodall, Brian e Ashworth, Gregory, (1988), Marketing in the Tourism Industry: The Promotion of Destination Regions, First publication by Croom Helm in association with Methuen, Inc.
- Gössling, Stefan, (2003), Tourism and Development in Tropical Islands: Political Ecology Perspectives, Edward Edgar Publishing
- Governo de Cabo Verde (2005), As grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica
- Gunn, A. Clare, (1994), Tourism Planning: Basics Concepts Cases, 3ª ed. Library of Congress Cataloguing-in-Publication Data
- Gunn, C. A., (1994), A perspective on the purpose and nature of tourism research methods in Ritchie, J. R., and Goeldner (eds), Travel Tourism and Hospitality Research, 2nd ed.,

Chichester: John Wiley and Sons.

Gunn, C.A., (1988), Tourism Planning, 2nd ed., New York: Taylor and Francis.

Hall, C M, (2000), Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships, Harlow Prentice Hall.

http://www.sidsnet.org/docshare/other/20040113105550_Mauritius_NAR_2003.pdf,
cedido em Abril de 2007.

Hall, C.M. and Page, S.J. (1999), The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space, Routledge, London.

Hall, C.M., Page, S.J. (2002), The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space, 2ª ed. London: Routledge.

Hall, Colin e Müller, Dieter K, (2004), Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground, Channel View Publications

Hall, Colin Michael (1994), Tourism and Politics: policy, Power and place.

Hall, Colin Michael (1995), Tourism and Public Policy, Routledge

Hall, Michael C. e Lew Alan, A. (1998), Sustainable Tourism: A Geographical Perspective Published in the United States of America by Addison Wesley Longman, New York.

Hall, Michael C. e Williams, Allan M., (2002), Tourism and Migration: New Relationships between Production and Consumption, Published, Springer

Harrison, David (1992), Tourism&The Less Developed Countries, first published in Great Britain, British Library Cataloguing in Publication Data.

Hebert, Michelle Lessard, Goyette, Gabriel e Boutin, Gérald (2005), Investigação Qualitativa: Fundamentos e Prática, 2º edição, Instituto Piaget.

Herman, Jacques (1983), Les langages de la sociologie, Paris, P.U.F., col. « Que sais-je? »

Hill, M.M. e A. Hill (2005), Investigação por Questionário, 2ª Edição, Lisboa, Edições Sílabo.

Hope, Elisabeth, (2002), Caribbean Migration, University of the West Indies Press

Hudman, Lloyd E., Hawkins, Donald (1989), Tourism in contemporary society: An Introductory Text.

IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), Observatório de Migrações e Emprego – 1º trimestre 2003, Praia, Departamento do Emprego do IEFP, Website

<http://WWW.iefp.cv/doc/ OME1 03.pdf>

INE (2006a), Dados do Turismo sobre a oferta turística cabo-verdiana de 1999 a 2005 – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

INE (2006b), Dados do Turismo sobre a procura turística Cabo-verdiana de 1993 a 2006 – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de estatística de Cabo Verde.

Inskeep, E; (1991), Tourism Planning: An integrated and Sustainable Development Approach, John Wiley and Sons, New York.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, (2003), Seminário, Internacionalização em Turismo: Ciclo de Debates 2002: Livro de Actas, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2006), <http://www.ine.cv>, Janeiro 2007.

Jafari, J. (1990), Research and scholarship: The basis of tourism education, Journal of Tourism Studies.

Jenkins, O. H. (1999) Understanding and measuring tourist destination images, International Journal of Tourism Research.

Krippendorff, Jost- The Holiday Makers (1984), Understanding the impact of leisure and travel, First edition.

Lage Beatriz H. Gelas e Milone Paulo César (2001), Economia do Turismo

Lavery, Patrick, (1989), Travel and Tourism, 2ª ed. ELM Publications

Lesourd, M, (1994), Insularismes et développement en République du Cap Vert, Lusotopie

Lesourd, Michel, (1991), “Le probleme du contrôle territorial dans les petites espaces: l’exemple de la République du Cap-Vert, micro État insulaire”, in L’État et les stratégies du territoire. Memoires et documents du Géographie, CNRS, Paris.

Lessard-Hérbert, Goyette, G. e Boutin, G. (2005), Investigação Qualitativa: fundamentos e Práticas, 2ª ed., Instituto Peaget.

Lickorish Leonard J. (1991), Developing Tourism Destinations- Policie and Perspectives.

Lickorish, Leonard J., Jefferson, Alan, Badlender, Jonathan e Jenkins, Carson (1991), Development Tourism Destination: policies and perspectives.

Lickorish, Leonard J.e Jenkins, Carson L. (1997), An Introduction to Tourism, 1º ed.

Lockhart, D. e D. Drakakis-Smith (1997), Island Tourism: Trends and Prospects, London, Pinter.

Lockhart, D. G., D. Drakakis-Smith e J. Schembri (eds.) (1993), The Development Process in Small Island States, London, Routledge.

Loomis, John B. e Walsh, Richard G. (1997), Recreation economic decisions: comparing benefits and costs, 2ª ed.

Lundberg, Donald E. (1990), The Tourism Business, 6º ed.

Mathieson, A. e Wall, G. (1982) Tourism: Economic, Physical and Social Impacts, London: Longmans.

McIntosh / Robert W (1990), Tourism: Principles, Practices, Philosophies, 6º ed., New York, John Wiley.

McIntosh, Goeldner e Ritchie (1995), Tourism Principles, Practices and Philosophies, Seventh Edition

McIntosh, Robert W., e Goeldner, Charles R. (1986), Tourism: Principles, Practices, Philosophies, 5ª ed. Library of Congress Cataloguing in Publication Data.

Meade, Edward James (1968) Economic and Social Structure of Mauritius, Published Routledge

Miles, Matthew B. e Huberman, Michael (1984), “Drawing valid meaning from qualitative data: toward a shared craft”, in Educational researcher, pp.20-30.

Mill Robert Christie and Morrison Alistair M. (1985), The Tourism System- An Introductory Text, Library of congress cataloguing in Publication data.

Mill, Robert Christie, (1990), Tourism: The International Business.

Ministério da Economia (2004), Conclusões da II Conferência de Ministros de Turismo da CPLP, Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, Lisboa, Portugal.

Ministério das Finanças (2002), Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005) Volume I.

Ministério das Finanças e Planeamento (2001), As Grandes Opções do Plano-Uma proposta para o futuro, República de Cabo Verde, Ministério das Finanças e Planeamento, Cidade da Praia.

Moutinho, L. (ed.) (2000), Strategic Management in Tourism, Oxon CAB International.

Müller, H. (1994), The thorny path to sustainable tourism development, Journal of Sustainable Tourism.

Murphy, P. E. (1985), Tourism: A community Approach, First published by Methuen, Inc.

Murphy, P.E. (1994), Tourism and sustainable development, in W.F. Theobald (eds.),

Global Tourism: The Next Decade, Oxford, Butterworth-Heinemann.

Nagle, Garrett, (1999), Tourism, Leisure and Recreation.

O'Brian, Sally e Andrews Sarah, (2004), Canary Islands, Published, Lonely Planet.

O'Brien, Sally e Andrews, Sarah, (2001), Canary Islands, Published, Lonely Planet.

OMT (1998) Conferência Internacional sobre El Turismo sostenible en Pequeños Estados Insulares (PEI) y Otras Islas, Lanzarote, Espanha.

OMT (1998), Introducción al Turismo, Organización Mundial del Turismo, Madrid.

OMT (2001), Tourism in the Least Developed Countries, 3^a Conferência das Nações Unidas para os países menos avançados (PMA).

OMT, 1999, Conta Satélite do Turismo – Quadro Conceptual, Organização Mundial do Turismo, Madrid.

Organización Mundial del Turismo (OMT) (2003), <http://www.world-tourism.org./sustainable/activities.htm>.

Organization of American States, (1987), The Optimum Size and Nature of New Hotel Development in the Caribbean, Organization of American States.

Page, Stephen, (2003), Tourism Management, Published, Elsevier.

Pearce, D. (1989), Tourist Development, 2^a Edição, Harlow, Longman.

Pearce, D. (1995), Tourism Today: A Geographical Analysis, 2^a Edição, Harlow, Longman.

Pearce, Douglas (1991), Tourist development, 2nd ed. Longman Scientific&Technical.

Pearce, P. L. (1993), Fundamentals of tourist motivation, in D. G. Pearce e R. W. Butler (eds.), Tourism Research: Critiques and Challenges, London, Routledge.

Pearce, P.L. (1994), Tourism-resident impact: Examples, explanations and emerging solutions, in W.F. Theobald (ed.), Global Tourism: The Next Decade, Oxford, Butterworth-Heinemann.

Pearce. Douglas (1987), Tourism Today: A geographical analysis, Longman Scientific & Technical, Longman Group UK Limited.

Pereira Alexandre, 1999, SPSS – Guia Prático de Utilização: Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicológicas, Edições Sílabo, Lisboa, 2^a Edição.

Pestana, M H, (2000), Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do

SPSS, Edições Sílabo, Lisboa, 2ª Edição.

Proust, Alain (2000), This is Mauritius, New Holland Publishers.

Ritchie, J R B e Hawkins, D E. (1993), World Travel and Tourism Review: Indicators, Trends and Issues.

Ritchie, J.R. Brent e Crouch, Geoffrey (2003), The Competitive Destination: A Sustainable Tourism Perspective, Wallingford, CAB International.

Ritchie, W. Brent (2005) Tourism Research Methods: integrating Theory with Practice, CABI Published.

Roegiers, Jean-Marie De Ketele Xavier (1993), Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudos de Documentos, Instituto Peaget.

Royle, Stephen (2001), A Geography of Islands: Small Island Insularity, Published Routledge.

Ryan, Chris (1991), Recreational tourism: A social science perspective.

Ryan, Chris e Page Stephen (2000), Tourism Management: Towards the New.

Sethi, Praveen, (1999), Handbook of Sustainable Tourism, Aumol Published PVT, LDT.

Sharpley, R. (2000), Tourism and sustainable development: Exploring the theoretical divide, Journal of Sustainable Tourism.

Sharpley, R. (2002), Tourism: A vehicle for development? In R. Sharpley e D. J. Telfer (eds.), Tourism and Development: Concepts and Issues, Clevedon, Channel View Publications.

Silva, J, A, (2004), A investigação científica e o turismo, in Revista Turismo & Desenvolvimento, nº1, vol.1, pp.9-14.

Sinclair, M. Thea and Stabler, M.J. (1991), The Tourism Industry: An International Analysis, 1º ed.

Sinclair, M. Thea e Stabler, Mike, (1997), The Economics of Tourism, First published, Routledge.

Sinclair, M. Thea, (1997), Gender, Work and Tourism, First published, Routledge.

Smith, Stephen L. J. (1995), Tourism Analysis: a Handbook, Second Edition, Longman Group Limited.

Song, Haiyan e Witt, Stephen, (2000), Tourism Demand Modelling and Forecasting

Modern Econometric Approaches, Pergamon.

Stabler, M.J., e B. Goodall (1996), Environmental auditing in planning for sustainable island tourism, in L. Briguglio, B. Archer, J. Jafari e G. Wall (eds.), Sustainable Tourism in Islands and Small States, London, Pinter.

Theobald, F. William, (1998), Global Tourism: The Next Decade, Published, Elsevier.

Tisdell, C. (2001), Tourism Economics, the Environment and Development: Analysis and Policy. Cheltenham: Edward Edgar Publishing.

Tisdell, Clement A. e Roy, Kartik C. (1998) Tourism Development: Economic, Social, Political and Economic Issues.

Tribe, John, (1995), The economics of Leisure and Tourism, Second edition, British Library cataloguing in Publication Data.

Tribe, John, (2003), The Economic of Leisure and Tourism, Elsevier.

Turner, L. e Ash, J (1976) The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure periphery, New York: St. Martin's Press.

UNOTUR (2006), II Encontro Internacional de Turismo, Ilha do Sal, 18,19 e 20 de Outubro

Vieira, João Martins (2007) Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: Uma perspectiva estratégica, Editorial Verbo, Lisboa-São Paulo.

Website da UNCTAD: <http://www.unctad.org>., consulta efectuada em Janeiro de 2007.

Website: http://www.wttc.org/blueprint/wtt_cBlueprintFinal.pdf, consulta efectuada em 26 de Fevereiro de 2007.

Wilkinson, P.F. (1989), Strategies for tourism in island microstates, Annals of Tourism Research.

Williams, Allan M., Shaw, Gareth (1988), Tourism and Economic Development: Western European Experiences, 1º ed.

Williams, Allan, M.e Shaw, Gareth, (2004) Tourism and Tourism Space, Sage publication, Inc, Science.

Williams, Stephen, (1998), Tourism Geography, Routledge Contemporary Geography Series, First published.

Witt, Stephen F. e Moutinho, Luiz, (1989), Tourism Marketing and Management, Handbook., Prentice Hall

World Tourism Organization (1998), Tourism Economic Report, 1st Edition.

World Tourism Organization (WTO) (1999), Internacional Tourism: A Global Perspective, 2^a Edição, Madrid, WTO.

World Tourism Organization (WTO) (2002), The Economic Impact of Tourism in the Islands of Asia and the Pacific, Madrid, WTO.

WTO, (1994), National and Regional Tourism Planning: Methodologies and Case Studies.

b) Entidades Consultadas

Banco de Cabo Verde

Cabo Verde Investimentos

Câmara Municipal do Sal

Direcção Geral do Turismo

Instituto Nacional de Estatística

União Nacional dos Operadores Turísticos

Anexos

Anexo I – Inquérito por Questionário

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Nº: ___/___

Organismo: _____

Nome do inquirido: _____ Idade _____

Cargo/Função: _____

Habilitações: _____

Profissão: _____

Data/Hora da realização: ____ / ____ / ____ h ____ m

Local: _____

- Expor os objectivos do trabalho e do Inquérito

(Nesta breve exposição, apresenta-se ao inquirido, os objectivos do trabalho e o propósito do inquérito nesse contexto. Esta introdução permitirá enquadrar os objectivos do inquérito e proporcionar ao inquirido uma orientação em relação ao que dele(a) se espera como contributo para o trabalho)

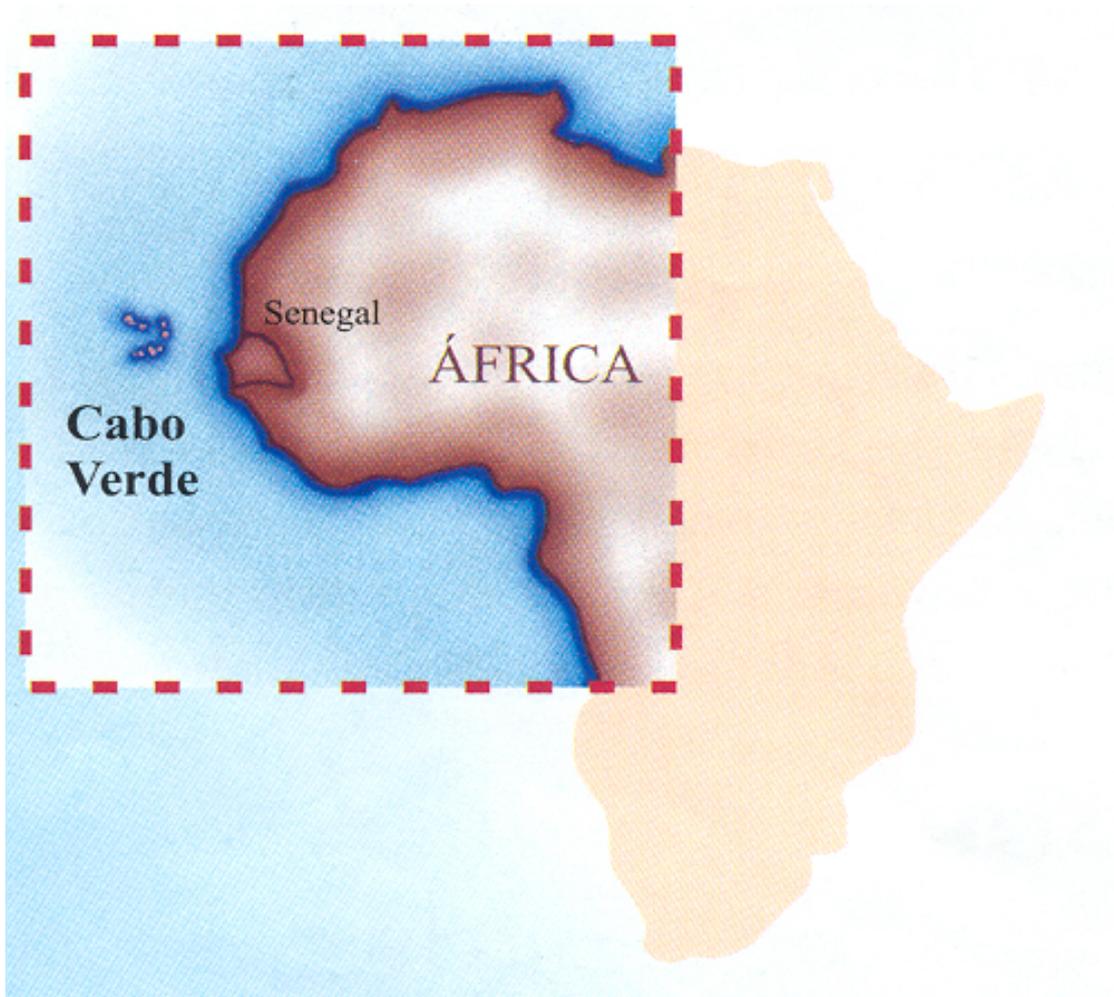
“ O trabalho de investigação em curso consiste num estudo sobre o impacte do turismo no desenvolvimento socioeconómico da ilha do Sal. O principal objectivo desta entrevista é medir o grau de percepção dos residentes e das pessoas ligadas à actividade turística em relação ao impacte económico e social que esta actividade provoca na região.

Nota: Pretende-se apurar qual é a percepção do inquirido em relação ao fenómeno. Para tal, coloca-se à sua consideração, um conjunto de cinco características, das quais deverá escolher, aquelas que melhor traduz a sua perspectiva.

Questões:

I-Grupo: Impacto Económico	Discorda totalmente	Discorda	Indeciso	Concorda	Concorda totalmente
QI.1-O Turismo é o principal factor de desenvolvimento económico na ilha.	1	2	3	4	5
QI.2-A actividade turística gera muitas oportunidades de emprego para os residentes.	1	2	3	4	5
QI.3-O turismo no Sal causou subida de impostos para os residentes.	1	2	3	4	5
QI.4-Os proprietários da indústria turística (hotéis, restaurantes, transportes aéreos, táxi, autocarros, etc.) deveriam pagar impostos mais elevados do que as outras indústrias da ilha.	1	2	3	4	5
QI.5-A procura da ilha como destino turístico tem provocado um aumento nos preços dos produtos.	1	2	3	4	5
QI.6-A maior parte da riqueza gerada pelo turismo vai para o estrangeiro.	1	2	3	4	5
II-Grupo: Impacto Social	Discorda totalmente	Discorda	Indeciso	Concorda	Concorda totalmente
QII.1-O rápido crescimento populacional na ilha, nos últimos anos deve-se à actividade turística.	1	2	3	4	5
QII.2-O turismo é a causa de indícios de casos de prostituição na ilha.	1	2	3	4	5
QII.3-A ilha seria um lugar mais seguro se não houvesse turistas.	1	2	3	4	5
QII.4-O turismo tem contribuído para a valorização da cultura na ilha.	1	2	3	4	5
QII.5-O turismo contribui para a diminuição do poder de compra dos residentes.	1	2	3	4	5
QII.6-O turismo tem estimulado migrações internas e internacionais para a ilha.	1	2	3	4	5

Anexo II: Mapa de África – Cabo Verde



Anexo III – Mapa de Cabo Verde



Anexo V: Mapa da ilha do Sal – Espargo



Anexo VI: Mapa da ilha do Sal – Santa Maria

